

MÔNICA FERREIRA CASSANA

**PÁGINAS DA VIDA:
A DISCURSIVIZAÇÃO DO PASSADO NA NARRATIVA DE SUJEITOS IDOSOS**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração Linguística Aplicada, da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dr. Aracy Ernst

Pelotas

2011

MÔNICA FERREIRA CASSANA

**PÁGINAS DA VIDA:
A DISCURSIVIZAÇÃO DO PASSADO NA NARRATIVA DE SUJEITOS IDOSOS**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração Linguística Aplicada, da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Conceito _____

Banca Examinadora:

Profa. Dr. Renata Silveira da Silva

Profa. Dr. Eliane Terezinha Campello

Profa. Dr. Aracy Ernst

Pelotas, 25 de fevereiro de 2011.

AGRADECIMENTOS

- Ao Programa de Pós-Graduação em Letras e à CAPES pela concessão da bolsa.

- À Professora Dra. Aracy Ernst pela dedicação e orientação ao meu trabalho e ao estágio de docência. Seus ensinamentos e observações sempre foram um norte para a minha reflexão e para a minha formação profissional e acadêmica.

- À amiga Janaína, pela leitura atenta desta e de outras histórias.

- À minha irmã Francine, pelo afeto, carinho e incentivo constante aos estudos.

- Aos meus pais, Osmar e Antônia, por compreenderem a minha ausência. Essa dissertação é dedicada a eles, sobretudo pelas suas histórias, que inspiraram não só meu trabalho, mas a minha própria vida.

*A vida tem duas faces:
Positiva e negativa
O passado foi duro
mas deixou o seu legado
Saber viver é a grande sabedoria
Que eu possa dignificar
Minha condição de mulher,
Aceitar suas limitações
E me fazer pedra de segurança
dos valores que vão desmoronando.
Nasci em tempos rudes
Aceitei contradições lutas e pedras
como lições de vida
e delas me sirvo
Aprendi a viver.
Assim eu vejo a vida*

Cora Coralina (1889-1985)

RESUMO

No presente trabalho, cuja base teórica é a Análise do Discurso de linha francesa, mobilizamos a questão da memória no discurso de sujeitos idosos. Focalizamos as lembranças resgatadas do passado e ressignificadas no discurso, através da observação da temporalidade linguística que manifesta elementos pretéritos – de ordem ideológica e social – representados na linearidade significativa. Para tanto, apresentamos noções de memória advindas do campo da filosofia, a partir das perspectivas de Bergson (1990) e Ricœur (2007), e a desenvolvida por Pêcheux (1999) na Análise do Discurso. A partir desses olhares, entendemos que a memória, através das lembranças, possui uma dimensão afetiva, a qual se torna significativa no momento do discurso do falar de si. Apresentamos, paralelamente a essas considerações, a influência da pós-modernidade no discurso de si e na constituição da subjetividade e da identidade de sujeitos na faixa etária dos sessenta e três a setenta e seis anos. Para a constituição do *corpus* de análise, entrevistamos oito sujeitos idosos. Buscamos demonstrar, em nossas análises, como certas posições ideológicas seguem vigorando socialmente através da identificação de tensões e rupturas derivadas da relação estabelecida entre elementos interdiscursivos inscritos no intradiscurso.

Palavras-chave: terceira idade; memória; identidade; discurso

RESUMEN

En el presente trabajo, cuya base teórica es la Análisis del Discurso de línea francesa, movilizamos las nociones de memoria, en el discurso de sujetos mayores. Focalizamos los recuerdos que son rescatados del pasado y resignificados en el discurso, por medio de la observación de la temporalidad lingüística que manifiesta elementos pretéritos – de orden ideológica y social – representados en la linealidad significativa. Exponemos las nociones de memoria traídas del campo de la filosofía, partiendo de las perspectivas de Bergson (1990) e Ricœur (2007), y la desarrollada por Pêcheux (1999) en la Análisis del Discurso. Partiendo de estas nociones, proponemos que la memoria, a través de los recuerdos, posee una dimensión afectiva, que se torna significativa en el momento del discurso del hablar de sí. Presentamos, paralelamente a esas consideraciones, la influencia de la posmodernidad en el discurso de sí y en la constitución de la subjetividad y de la identidad de sujetos en el grupo etario de los sesenta y tres a los setenta y seis años. Para la constitución del *corpus* de análisis, entrevistamos ocho sujetos mayores. Buscamos demostrar, en nuestros análisis, como ciertas posiciones ideológicas siguen vigorando socialmente a través de la identificación de tensiones y rupturas derivadas de la relación establecida entre elementos interdiscursivos inscritos en el intradiscurso.

Palabras-clave: tercera edad; memoria; identidad; discurso.

LISTA DE FIGURA

Figura 1: <i>O cone da memória</i>	17
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O TEMPO E A MEMÓRIA	13
2.1 A MEMÓRIA	13
2.1.1 A perspectiva de Bergson	13
2.1.2 A perspectiva de Ricœur.....	18
2.1.3 A perspectiva de Pêcheux	25
2.2 BREVE RESUMO DAS NOÇÕES APRESENTADAS.....	28
2.3 O TEMPO	29
2.3.1 A perspectiva de Benveniste.....	29
2.3.2 A abordagem de Silva	32
3 A TEORIA DA ANÁLISE DO DISCURSO	35
3.1 A PRIMEIRA FASE.....	35
3.2 A SEGUNDA FASE.....	38
3.3 A TERCEIRA FASE	45
3.4 A CONTRIBUIÇÃO DA PSICANÁLISE	51
4 A TERCEIRA IDADE	55
4.1 O NOVO SUJEITO IDOSO: UMA PERSPECTIVA IDENTITÁRIA.....	55
4.2 O IDOSO E A TERCEIRA IDADE NA CONTEMPORANEIDADE: UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA	59
5 O FALAR DE SI.....	70
5.1 AS HISTÓRIAS DE VIDA	70
5.2 O FALAR FEMININO	80
6 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	84
6.1 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS ANALISADOS.....	87
6.2 SOBRE O MÉTODO DE ANÁLISE E A MATERIALIDADE LINGUÍSTICA	88
7 ANÁLISE	91
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS	114
ANEXOS - Corpus	118

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas linguísticas, cada vez mais, vêm discutindo a necessidade de pensar a relação entre sujeito e linguagem, o que nos permite refletir sobre a complexidade das relações sociais. No âmbito dos estudos discursivos, é imprescindível a reflexão sobre o atravessamento de sentidos, as relações sociais e ideológicas presentes nos discursos, o que permite compreender e desvelar sentidos outros e, assim, aprofundar e interpretar a relação entre os elementos do intradiscurso e os do interdiscurso.

Entendendo que as pesquisas em Linguística - principalmente em Análise do Discurso - devem investigar as relações entre sujeito e linguagem, pretendemos analisar as subjetividades constituintes dos discursos cotidianos, que contêm a história do homem comum. Dessa forma, a proposta desta pesquisa – a análise de discursos de idosos¹ –, por meio da interpretação das histórias de vida, das lembranças de si e de seus mundos que esses sujeitos possuem, pode nos fornecer elementos que permitem compreender a forma como se constitui sua identidade.

Nesse aspecto, lembrar o passado e discursivizar a trajetória de vida de cidadãos é construir a sociedade que conhecemos e na qual vivemos. Por outro lado, ouvir essas histórias é dar voz àqueles que, muitas vezes, não são mais ouvidos, valorizando-os como sujeitos “donos” de sua história.

Também é relevante mencionar uma motivação mais pessoal. A leitura de um livro infantil² despertou-nos curiosidade em analisar o discurso de idosos sobre as suas memórias. No livro, um garoto não entende porque Dona Antônia, a senhora que vive no asilo de idosos, ao lado de sua casa, perdeu a memória. O garoto, então, sai em busca de elementos que possam fazer que Dona Antônia sinta, novamente, o prazer de entrar em contato com o seu passado.

Somado a esse fato, acrescentamos o aumento da população idosa e de sua marginalização social, devido às injunções sociais que valorizam demasiadamente a juventude e as aparências. Assim, na tentativa de chamar a atenção para a importância da escuta de discursos que contam as trajetórias existenciais desses sujeitos, lançamos mão dos

¹ Entende-se como idoso, a pessoa com 60 anos ou mais, conforme o Estatuto do Idoso, lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.741.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

² O livro infantil em questão intitula-se Guilherme Augusto de Araújo Fernandes e foi publicado originalmente na Austrália sob o título *Wilfrid Gordon MacDonald Partridge*, em 1984. Foi escrito por Mem Fox e ilustrado por Julie Vivas. No Brasil, recebeu o selo “acervo básico” da Fundação Nacional do Livro infantil e juvenil.

pressupostos teóricos da Análise do Discurso, visando à compreensão do processo implicado na discursivização de elementos da memória que constituem suas histórias de vida.

No início do trabalho, consideramos pertinente realizar uma pesquisa no Banco de Teses da CAPES³ com a finalidade de verificar se o tema proposto teria se constituído em objeto de dissertações e teses. Ao inserirmos a expressão “análise de discurso idoso”, resultaram 172 dissertações de mestrado. No entanto, tais dissertações, em sua grande maioria, estão relacionadas aos campos da saúde, da gerontologia, da psicologia e da assistência social.

Defendemos, assim, a necessidade de apresentar uma pesquisa, relacionada aos estudos da linguagem e do discurso, que interprete as histórias de vida de idosos, as páginas que narram as lembranças de seu passado. Isso tornou-se possível porque contamos com a colaboração de idosos que frequentam um Centro de Atenção à Terceira Idade, situado na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Seus discursos constituem o *corpus* que será alvo de análise e considerações no desenvolvimento desta dissertação.

Nosso principal objetivo é articular as noções de memória, derivadas das vertentes filosóficas com os conceitos trazidos da Teoria do Discurso, relacionando-as com a forma como os sujeitos discursivizam o passado. Nesse sentido, não podemos pensar em memória sem antes pensar no sujeito que lembra, ou seja, o sujeito ao qual “pertence” essa memória.

Ao discursivizar o passado, o sujeito não possui consciência de que está atualizando já-ditos e, por consequência, ressignificando-os. Na relação com o passado, afetado pela memória, ele assume determinadas posições ideológicas, enquanto autor do seu discurso. Nesse contexto, tais posicionamentos devem ser interpretados de acordo com as condições de produção desses discursos.

Com base na abordagem teórica adotada, desenvolvemos algumas questões norteadoras deste trabalho:

- Quais posições-sujeito são inscritas na narrativa das histórias de vida dos sujeitos idosos?
- Como os elementos evocados são linearizados na superfície discursiva?
- Quais efeitos de sentido os elementos rememorados produzem no presente?
- Esses elementos nos permitem compreender aspectos sociais, familiares e identitários do passado?
- A memória intervém na constituição da identidade atual desses sujeitos?

³ Pesquisa do termo sem aspas e busca na opção “todas as palavras”, em nível de Mestrado, em todos os anos, desde 1987. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>>. Acesso em: 10 mai. 2010.

- Quais pressupostos da ideologia capitalista afetam o discurso do falar de si na contemporaneidade?

Procuraremos responder a essas questões no decorrer do texto, a partir de uma revisão teórica acerca da memória, apresentando análises que evidenciem o entrecruzamento entre elas e o *corpus* de análise.

No segundo capítulo, discorreremos sobre o papel da memória nas vertentes filosóficas de Bergson (1990) e Ricœur (2007). Mostraremos os aspectos mais importantes de seus estudos sobre esse tema, dialogando com as reflexões de Pêcheux (1999). Além disso, consideramos necessária uma explanação sobre a categoria do tempo linguístico, dada sua relação com a memória entendida como lembrança, rememoração, recordação dos sujeitos. Para isso, foram utilizadas basicamente as considerações de Benveniste (1989) e Silva (2010).

No terceiro capítulo, apresentaremos os fundamentos da Análise do Discurso de linha francesa e seus principais conceitos. Mobilizaremos, mais especificamente, aspectos da noção de memória discursiva, fundamentada por Pêcheux em sua teoria do discurso. Não deixaremos de salientar outros conceitos que fazem parte dessa teoria e são essenciais à análise e interpretação das sequências discursivas de referência.

No quarto capítulo, apresentaremos os conceitos de terceira idade e suas formas de representação na pós-modernidade. Questionamos, a partir das reflexões de Dufour (2005), os aspectos da construção identitária do idoso na pós-modernidade, bem como a influência da mídia e do Mercado na constituição da identidade do idoso e na anulação daqueles que não têm acesso às injunções estabelecidas pela ideologia capitalista.

Também, neste capítulo, mostraremos alguns enunciados que remetem à passagem do tempo, proferidos pelos sujeitos da pesquisa. Ainda faremos uma reflexão sobre os vários termos utilizados na contemporaneidade para caracterizar a velhice. Tais termos distorcem ou anulam a posição do sujeito idoso, provocando, muitas vezes, o silenciamento desse estágio natural da vida.

No quinto capítulo, discorreremos acerca da questão do falar de si, no qual trataremos algumas considerações de outras áreas do conhecimento, como a psicologia e a educação, para construir o referencial teórico sobre as narrativas de histórias de vida. Dessa maneira, articularemos noções de diversos autores que trabalham com as narrativas, em uma análise que considerará as questões da mutabilidade da identidade. Além disso, neste capítulo, associaremos as narrativas de história de vida com elementos abordados em outros capítulos, como a questão do tempo e da memória e a maneira como suas transformações são capazes de alterar o fluxo das lembranças do sujeito, compondo a sua história de vida.

No sexto capítulo, apresentaremos nossas considerações metodológicas e as nossas reflexões acerca da construção dos dispositivos teóricos e analíticos, bem como demonstraremos o viés pelo qual seguiremos nossa análise. Também exporemos nossas observações a respeito da constituição do *corpus* de análise, o qual se encontra anexado ao final deste trabalho.

No capítulo seguinte, apresentaremos as sequências discursivas de referência bem como as análises desses enunciados. Procuraremos mostrar a articulação entre elementos do interdiscurso e do intradiscurso, bem como refletir sobre as questões propostas nesta introdução.

Pretendemos, pois, focalizar aspectos não só discursivos e linguísticos, mas também a sua articulação com a questão social e ideológica do sujeito idoso na sociedade contemporânea. Ao longo das análises, procuraremos demonstrar a relação do discurso com a constituição das identidades dos sujeitos e a maneira como a memória – como interdiscurso e, ainda, como lembrança– exerce papel preponderante na narrativa dos sujeitos.

2 O TEMPO E A MEMÓRIA

2.1 A MEMÓRIA

A relação da memória com a representação é uma das primeiras tentativas de conceituar esse termo tão complexo. Também a sua relação com a imaginação, muitas vezes associada ao fantástico e ao irreal, vem sendo problematizada por inúmeros filósofos, desde a antiguidade até a contemporaneidade. Trilhar esse caminho é enveredar por questões do imaginário e das lembranças que constituem o sujeito e que justificam posicionamentos, formas de ser e agir tão distintas – e ao mesmo tempo, únicas – que são o reflexo do experienciado, mas que ainda permanece vivo, enfim, por meio dos traços do passado no presente.

Apresentaremos três diferentes visões de memória advindas da filosofia: (1) a perspectiva de Henri Bergson (1859-1941); (2) Paul Ricœur (1913-2005); (3) Michel Pêcheux (1938-1983). Esta última está ligada ao conceito de interdiscurso.

A memória, entendida não em seu aspecto cognitivo, mas discursivo, configura-se como um espaço de evocações do passado no qual o sujeito rememora acontecimentos que considera relevantes no presente, fazendo com que sentidos passados sejam ressignificados no presente, uma vez que são produzidos em um espaço e um tempo diferentes.

É importante – ainda que estejamos focalizando outros autores – mencionar as considerações de Tedesco (2004, p. 35) sobre a diferença entre memória e lembrança. Para o autor, a memória é a faculdade humana de conservar traços de experiências passadas e, ao menos em parte, ter acesso a essas pelo veio da lembrança. Já a lembrança, recoloca no sujeito a capacidade de recuperar alguma coisa que possuía ou um tempo que esqueceu. Em suma, enquanto a memória tem a ver com a conservação, a lembrança diz respeito à recuperação de elementos passados.

2.1.1 A perspectiva de Bergson

Henri Bergson foi um filósofo francês que se preocupou em tratar essa questão desde seu ponto mais fulcral, abordando a relação entre memória e corpo e memória e espírito. A memória, para esse autor, começa na relação entre imagem e corpo, desde a

seleção, do reconhecimento, da sobrevivência e da fixação das imagens. Neste trabalho, nosso interesse recai sobretudo na sobrevivência das imagens. Contudo, tentamos demonstrar o percurso teórico do autor a fim de ilustrar a riqueza de sua reflexão para os estudos da memória.

Bergson defende que “a lembrança representa precisamente o ponto de intersecção entre o espírito e a matéria” (BERGSON, 1990, p. 4). Para o autor, o corpo constitui-se em uma imagem que atua com outras imagens exteriores em um contínuo movimento de escolha entre receber imagens e devolvê-las, na medida em que o próprio corpo deseja. Dessa forma, designa “matéria”, como o conjunto das imagens, “percepção da matéria”, as mesmas imagens relacionadas à ação possível de uma certa imagem determinada: o corpo (cf. BERGSON, 1990, p. 13).

Para Bergson, o corpo ocupa o centro, já que as coisas agem sobre ele e ele reage a elas. O autor afirma que é sob forma de dispositivos motores que o corpo pode armazenar a ação do passado. Nessa perspectiva, as imagens passadas se conservam através de mecanismos motores e de lembranças independentes. Com respeito a essa última forma, a memória busca no passado as representações mais adequadas para se inserir na situação atual. O corpo, então, adquire uma dimensão fundamental nessa questão, uma vez que se torna “um limite movente entre o futuro e o passado, como de uma extremidade móvel que nosso passado estenderia a todo momento em nosso futuro” (BERGSON, 1990, p. 60). Na relação com as lembranças, o corpo conserva os hábitos motores que são necessários ao presente, isto é, atitudes habituais são conservadas, uma vez que devem ser repetidas comumente.

Para esse filósofo, a primeira forma é a memória como hábito. O autor exemplifica essa forma apoiando-se no exemplo do ato de decorar uma lição. Denomina memória como hábito porque a forma como se imprimiu na memória derivou da repetição de um esforço, exigindo, primeiramente, uma decomposição e, secundariamente, a recomposição da ação. Diz o autor: “como todo exercício habitual do corpo, enfim, ela armazenou-se num mecanismo que estimula por inteiro um impulso inicial, num sistema fechado de movimentos automáticos que se sucedem na mesma ordem e ocupam o mesmo tempo” (BERGSON, 1990, p. 61).

A segunda forma de memória baseia-se em uma lembrança que se imprime de imediato na memória. Retomando o exemplo citado: ao passar-se a examinar cada fase da lição decorada, as situações em que foi produzida enquadram a lembrança ainda mais, juntamente com a posição que ocupou no tempo, que passa diante do indivíduo como “um acontecimento determinado de sua história” (cf. BERGSON, 1990, p. 61). Essa forma de

memória não possui nada em comum com a lembrança enquanto hábito; a imagem imprimiu-se diretamente na memória como um acontecimento que não pode ser repetido.

O autor afirma que essas duas formas de lembranças diferem: a primeira, denominada memória-hábito, baseia-se no caráter sistemático dos movimentos que encenam o passado, sendo útil ao presente por meio do esforço acumulado ao longo do tempo e do exercício de repetição que realiza. A segunda forma, denominada imagens-lembranças, registra os acontecimentos da vida cotidiana, armazenando o passado como efeito de uma necessidade humana. É essa a memória à qual se remonta, na intenção de buscar uma certa imagem do passado.

O registro que é feito do passado, pela memória, possui o caráter do irrepitível. Os indivíduos querem, de alguma forma, lembrar de algo que foi relevante, que merece fazer parte da sua história de vida. Ter um acontecimento, uma data, uma imagem para lembrar de algo é o que fazemos a todos os momentos, devido ao fato de tais eventos não se repetirem. Contudo, a memória-hábito é útil somente à vida prática, é algo que se aprende e que visa à reprodução. A memória-hábito desempenha a experiência passada, mas não evoca imagens. No entanto, é exatamente nesse ponto que Bergson põe em discussão o caráter de cada uma dessas lembranças, através da seguinte indagação: “Como não reconhecer que a diferença é radical entre o que deve se constituir pela repetição e o que, por essência, não pode se repetir?” (BERGSON, 1990, p. 64).

Para responder a essa questão, o autor afirma que a lembrança espontânea, memória por excelência – denominada por ele como imagens-lembrança – possui um caráter “imediatamente perfeito” e, portanto, irrepitível, uma vez que, à medida que se rememora, essa lembrança é maculada pelo tempo: o tempo acrescenta outros aspectos à imagem da lembrança, que só pode ser registrada uma única vez. Ao contrário, a lembrança aprendida – ou memória-hábito – possui uma relação diferente com o tempo, desaparecendo, na medida em que perde sua utilidade.

O passado, dessa forma, armazena-se sob essas duas formas de memória: através dos mecanismos motores que servem à repetição, pelo esforço, e através das imagens-lembranças individuais, espontâneas, as quais “desenham todos os acontecimentos do passado com seu contorno, sua cor e seu lugar no tempo” (cf. BERGSON, 1990, p. 69).

Bergson preocupa-se em distinguir três termos, que, embora possam ser descritos separadamente, não possuem fronteiras fixas e delimitáveis, ao contrário, esses elementos se articulam entre si (cf. BERGSON, 1990, p.109-110). São eles:

a) a *lembrança-pura*, que é o presente real, concreto, vivido, considerado como o estado original, o qual será destituído pela lembrança-imagem;

b) a *lembrança-imagem*, que é o princípio de materialização da lembrança-pura ou, nas palavras de Bergson, “uma percepção nascente” (1990, p.109). Configura-se em uma atualização da lembrança-pura;

c) a *percepção*, que consiste em uma seleção das imagens relacionada à representação que o sujeito faz do passado.

Podemos dizer, inicialmente, que a lembrança-imagem se situa entre a percepção e a lembrança-pura, ou fato vivido. No entanto, o papel que a lembrança exerce no sujeito ainda é mais complexo.

Portanto, a importância de conceituar esses três elementos reside no fato de que é necessário compreender que o passado, para o sujeito, pode representar-se como ficção. Isso ocorre porque a “lembrança se transforma à medida que se atualiza” (BERGSON, 1990, p.112). Segundo o autor, o presente é aquilo que é objeto do interesse do sujeito, o que o impele à ação, enquanto o passado é essencialmente impotente.

Seguem-se a essas questões alguns complexos questionamentos realizados pelo autor, como, por exemplo, “*onde se conserva a lembrança*” (1990, p. 122) [grifo do autor]. Como já mencionamos anteriormente, o autor não descarta as condições físico-químicas, as questões motoras que agem no cérebro. No entanto, essa resposta carece de uma profunda reflexão filosófica. Assim, não é suficiente afirmar que o cérebro possa servir como um depósito em que imagens ficam acumuladas, mas que o passado é uma realidade que se prolonga no presente (cf. BERGSON, 1990, p. 122). Diz o autor:

Mas como o passado, que, por hipótese, cessou de ser, poderia por si mesmo conservar-se? Não existe aí uma contradição verdadeira? – Respondemos que a questão não é precisamente saber se o passado deixou de existir, ou se ele simplesmente deixou de ser útil. Você define arbitrariamente o presente como *o que é*, quando o presente é simplesmente *o que se faz*. Nada é menos que o momento presente, se você entender por isso esse limite indivisível que separa o passado do futuro [...] A sua percepção, por mais instantânea, consiste portanto numa incalculável quantidade de elementos rememorados, e, para falar a verdade, toda percepção já é memória. *Nós só percebemos, praticamente, o passado*, o presente puro sendo o inapreensível avanço do passado a roer o futuro (BERGSON, 1990, p. 123) [grifos do autor].

Bergson demonstra que as lembranças e a percepção estão em uma espécie de simbiose, em que uma depende da outra para concretizar-se. As lembranças, portanto, têm o caráter do irrepetível, são espaços únicos que se representam no presente, e, por mais que se volte a lembrar, não será da mesma forma. Para o autor, o passado é conservado via memória, em uma relação inconsciente, porque supõe fenômenos que costumam ficar à sombra. O pensamento de Bergson baseia-se na noção de que o corpo é ação e não representação. Assim, o cérebro possui uma capacidade indiscutível no que diz respeito à memória, mas torna-se impossível que nele se conservem as lembranças.

O autor expõe o *esquema do cone invertido* (BERGSON, 1990, p. 125), no qual o cone SAB corresponde à totalidade das lembranças acumuladas; a base AB diz respeito ao que está assentado no passado e permanece imóvel; e o vértice S refere-se ao que figura a todo o momento no presente e avança sem cessar tocando o plano P, que significa a representação atual do universo.

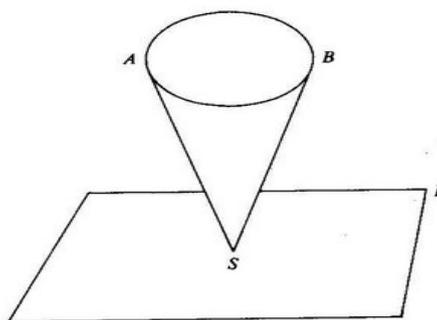


Figura 1: O cone da memória
Fonte: (BERGSON, 1990, p. 125).

O esquema acima explicita a diferença entre o passado e a maneira como o presente é percebido, em sua atualidade. A memória do passado, nessa perspectiva, serve de

base à memória instantânea. Essas funções não agem separadamente, mas se apoiam mutuamente.

É necessário reiterar que Bergson considera a importância do papel que o corpo ocupa em relação à memória. Na perspectiva adotada por esse autor, o corpo não armazena as lembranças, mas as escolhe e as traz à consciência, de forma a esclarecer a situação e atingir os objetivos que se tem ao lembrar. Essa lembrança é “útil”, pois se presta a uma finalidade. No entanto, o autor não deixa de mencionar o “trabalho da imaginação”, que distingue os animais, cujas lembranças prestam a executar determinadas ações, dos homens, que constantemente, lembram e fantasiam.

2.1.2 A perspectiva de Ricœur

Ricœur aborda a impossibilidade de uma diferenciação estanque entre memória e imaginação, a qual já é fruto da reflexão de Platão, filósofo da Grécia Antiga, predecessor do pensamento filosófico. Essa discussão centraliza a obra de Ricœur, situando a questão da memória desde a herança deixada pelos gregos até a filosofia contemporânea. A dicotomia entre memória e imaginação é explicitada, através da afirmação do autor de que “a memória está voltada para o tempo terminado e imaginação é orientada para o irreal, o fantástico e o fictício” (cf. RICŒUR, 2007, p. 121).

Ricœur demonstra que Platão preocupa-se em distinguir três empregos para a palavra “*rastro*”: “rastro escrito num suporte material”, “impressão-afecção na alma” e “impressão corporal, cerebral, cortical” (2007, p.32-34). A primeira concepção diz respeito às marcas da exterioridade, presentes nos discursos. A segunda concepção deriva do choque de um acontecimento, daquilo que é sentido, das sensações, da impressão na alma. A terceira concepção da palavra *rastro* refere-se às neurociências, ou seja, à relação entre o vivido e as impressões no cérebro.

Assim, é a partir da noção de que “*a memória é do passado*”, introduzida por Aristóteles, que Ricœur irá fundamentar a sua reflexão. Discípulo de Platão, Aristóteles preocupa-se em distinguir a lembrança da recordação. Enquanto esta consiste em uma “busca ativa”, aquela se revela através da afecção, através da impressão. Contudo há uma relação entre essas sutis diferenciações, que diz respeito ao tempo: “o ato de se lembrar produz-se quando transcorreu um tempo. É esse intervalo de tempo, entre a impressão original e seu retorno, que a recordação percorre. Nesse sentido, o tempo continua sendo a aposta comum à

memória-paixão e à recordação-ação”. (RICŒUR, 2007, p.37). A lembrança, para Aristóteles, surge, através da *evocação*. Platão e Aristóteles se perguntam o que significa o ato de ter ou buscar uma lembrança.

A recordação é o ato de buscar aquilo que nos pertence, “‘poder buscar’ o que é nosso”, nas palavras de Ricœur. Assim, percorrer o caminho do passado depende de um ponto de partida, o que não impede que o trajeto seja único e estanque. Ao contrário, o autor afirma que caminhos diversos podem ser seguidos desde o ponto inicial, o que permite que a recordação seja mutável, podendo enganar-se, conservando-se ou modificando-se.

Ricœur fundamenta a sua reflexão, afirmando que a memória é o meio que os indivíduos possuem de fazer referência ao passado. O autor assegura que:

Se podemos acusar a memória de ser pouco confiável, é precisamente porque ela é o nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo que declaramos nos lembrar. Ninguém pensaria em dirigir semelhante censura à imaginação, na medida em que esta tem como paradigma o irreal, o fictício, o possível e outros traços que podemos chamar de não posicionais. [...] Para falar sem rodeios, não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela. (RICŒUR, 2007, p. 40)

Fundamentalmente, a relação com o tempo é o fio que conduzirá toda a reflexão do autor acerca da memória. Primeiramente, é necessário entender a relação entre a memória e as lembranças. Para Ricœur, alguns acontecimentos são “privilegiados” em nossas lembranças: encontros memoráveis, semblantes de pessoas queridas, momentos marcantes. Essa lembrança-acontecimento ocorre e passa. Seguindo, há uma distinção entre as coisas aprendidas e adquiridas, ou seja, aquilo de que se lembra aquilo que se sabe.

Para aprofundar sua reflexão, Ricœur propõe uma série de oposição de pares, que dizem respeito ao aspecto memorial. O autor fornece profundas observações entre pares como a oposição hábito/memória, difundida por Henri Bergson. A memória-hábito, conclui Ricœur, é aquilo que se faz presente, assim como as ações naturalizadas pelo indivíduo, tal como andar ou escrever, configurando-se como a “recitação de uma lição decorada” (RICŒUR, 2007, p.44). Ricœur afirma que a memória que se repete (a memória-hábito) opõe-se a memória que imagina (a lembrança espontânea, a memória por excelência).

O segundo par oposicional denomina-se evocação/busca. A evocação é o aparecimento natural da lembrança. Novamente baseando-se em Aristóteles, Ricœur afirma que a evocação é uma afecção, a “presença do ausente anteriormente percebido,

experimentado, aprendido” (RICŒUR, 2007, p.44). Oposta à evocação, a busca caracteriza-se por aquilo que, comumente, chama-se de recordação. Conforme o autor,

Buscamos aquilo que temos ter esquecido, provisoriamente ou para sempre, com base na experiência ordinária da recordação [...] Quem busca não encontra necessariamente. O esforço da recordação pode ter sucesso ou fracassar. A recordação bem-sucedida é uma das figuras daquilo a que chamaremos de memória “feliz”. (RICŒUR, 2007, p.46) [grifo do autor].

Ricœur também poussa o seu olhar na distinção efetuada por Husserl entre retenção ou lembrança primária e reprodução ou lembrança secundária (RICŒUR, 2007, p. 49). Enquanto a reprodução refere-se à lembrança de que um objeto temporal “desapareceu e voltou” (RICŒUR, 2007, p.52), a retenção relaciona-se à percepção do momento. Metaforicamente, a lembrança primária é a mesma melodia que retorna, enquanto a lembrança secundária é a melodia quase ouvida, (re)apresentada. A lembrança secundária, portanto, rompe com a idéia de percepção, porque esta pertence ao passado.

O último par oposicional que expressa a questão da memória encontra-se na distinção entre reflexividade e mundanidade (RICŒUR, 2007, p.53). A reflexividade encontra-se relacionada também a outros pólos aqui já descritos. Por exemplo, na oposição entre hábito e memória, a reflexividade está relacionada à memória, enquanto no par evocação e recordação, a recordação esteja marcada pela reflexividade. Segundo Ricœur, a reflexividade a mundanidade relacionam-se com os três “modos mnemônicos”, propostos por Casey. São eles:

- a) *reminding*, que diz respeito aos indicadores que “protegem” a memória contra o esquecimento. A associação a que se recorre na tarefa de aprender ou no ato de colocarmos uma fita no dedo para lembrarmos daquilo que deve ser feito, o que constitui-se no primeiro modo mnemônico;
- b) *reminiscing*, modo que consiste em reviver o passado, revelado através da oralidade, evocando-o entre vários indivíduos. Assim, ao perguntarmos se alguém se lembra de algo, “o modo de *reminiscing* se estende, no mesmo nível de discursividade que a evocação simples em seu estágio declarativo” (RICŒUR, 2007, p. 56);
- c) *recognizing*, modo que se efetua através da transição. Há, dessa forma, um reconhecimento, o momento da recordação. Tal reconhecimento dispõe sobre a presença da alteridade daquilo que está no passado, que já foi decorrido, fazendo com

que a lembrança seja reapresentada “no duplo sentido: para trás e de novo” (RICŒUR, 2007, p. 56).

A partir do par reflexividade/mundanidade, Ricœur afirma que há, sempre ligado à experiência da lembrança, um lugar. Esse lugar está, evidentemente, no mundo. Lembra-se, portanto, associando-se os eventos aos lugares em que ocorreram. Esse fenômeno, denominado pelo autor como “espaços da memória” (RICŒUR, 2007, p. 58), funciona como os indícios de recordação (“*reminders*” – lembretes), dos quais nos fala Casey. Os “espaços da memória” funcionam como apoio à memória.

Um tema sempre pertinente à reflexão sobre a memória refere-se à questão da imagem. O ponto que se quer abordar diz respeito até mesmo à ideia cotidiana de que a lembrança é uma imagem do passado que emerge no presente. Ricœur demonstra como Husserl enfrenta essa dicotomia, durante toda a constituição de seu pensamento sobre a questão da memória. O filósofo alemão aborda uma problemática complexa, que diferencia muito sutilmente alguns aspectos que, em suma, podem ser apresentados em uma seqüência assim descrita: percepção, lembrança, ficção.

O pensamento extremamente elaborado de Ricœur traz à tona uma série de questões que estão intrincadas ao conceito de memória. E é exatamente a questão da imagem que fornece subsídios para pensar ainda mais uma questão tão complexa. O autor acredita que a lembrança se produz no imaginário. Para isso, toma as palavras de Sartre:

Existe uma diferença essencial entre a tese da lembrança e a da imagem. Se me recordo de um acontecimento de minha vida passada, não o estou imaginando, eu me lembro dele, isto é, não o coloco como dado-ausente, mas como dado-presente do passado (RICŒUR, 2007, p. 69).

Concluindo que o imaginário “confunde” a memória, Ricœur afirma que há uma busca da verdade no passado. De uma forma abreviada, pode-se afirmar que a memória é a coisa ausente representada no presente. Mas a memória torna-se vulnerável, na medida em que fatos passados se confundem no presente.

Ricœur realiza as suas reflexões sobre a memória, atreladas ao caráter pragmático do termo, mas não deixa de realizar observações sobre a importância da memória cognitiva. O autor considera necessário distinguir o processo de memorização do processo de rememoração. O processo de rememoração pressupõe um retorno ao que foi antes aprendido, sentido, pressupõe um reconhecimento. Ao contrário, o processo de memorização viabiliza

um acesso àquilo que está guardado na memória. Tal processo permite que o indivíduo não tenha que reaprender o modo de executar uma tarefa toda vez que o tiver de fazê-lo.

Ao fazer um esboço daquilo que considera a “fenomenologia da memória”, Ricœur demonstra como alguns dos mais importantes pensadores a respeito do assunto se posicionam. Primeiramente, Santo Agostinho acredita que a memória possui um caráter privado, extremamente singular. As lembranças são, metaforicamente, consideradas “arquipélagos”, ou seja, o modo como os sentidos se organizam, se agrupam, de forma a serem lembrados. Já a memória constitui-se como o meio de percorrer as lembranças, o tempo. O vínculo com o passado permanece na memória.

Para o filósofo inglês John Locke, a memória possui uma relação com a identidade, tem uma relação com a consciência. Ricœur diz: “Locke não distingue a memória de suas lembranças, as das percepções e das operações. A memória, por assim dizer, é sem lembranças” (RICŒUR, 2007, p. 117). Para Locke, a memória é construída através da identidade, porque “a identidade pessoal é uma identidade temporal” (RICŒUR, 2007, p.15)

Novamente, Ricœur traz à baila o nome de Husserl, cujas reflexões se aproximam das de Santo Agostinho, no que tange à vinculação de temas como a interioridade, a memória e o tempo. Husserl propõe a reabsorção de uma lembrança secundária na lembrança primária. Desse modo, Husserl defende que o passado é representado fielmente no presente, posição que Ricœur se afasta veementemente, uma vez que acredita em uma memória permeada por aquilo que denominou usos e abusos, ou seja, uma memória afetada pelo tempo, pelo espaço, pela alteridade.

Ricœur afirma que a memória está sujeita a usos e abusos, isto é, a impossibilidade de permanecer inalterada. Essas formas de modificação da memória são descritas pelo autor através de duas formas, relacionadas à memória artificial, no que tange às técnicas de memorização utilizadas para não esquecer e à memória natural, na qual se inserem três categorias, a saber: *i*) memória impedida (o trabalho de rememoração com fins terapêuticos, como no caso da psicanálise), *ii*) memória manipulada (a problemática da memória vinculada à da identidade, levando em consideração os aspectos ideológicos) e *iii*) memória obrigada (a relação entre o dever da memória e justiça, um direcionamento da consciência por razões políticas ou morais).

O pensamento de Maurice Halbwachs, sociólogo francês, criador do conceito de memória coletiva, também é explorado por Paul Ricœur. Para Halbwachs, as lembranças estão atreladas ao contexto social. Os indivíduos só lembram porque entraram em contato com outros, em espaços sociais determinados. Ricœur considera o pensamento de Halbwachs

ao afirmar que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda segundo o lugar que nele ocupo e que, por sua vez, esse lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (RICŒUR, 2007, p. 134). Assim, principiamos uma indagação sobre a questão da identidade, a qual está ligada não só à memória coletiva, mas também tem relação com outros indivíduos, os quais também constroem a subjetividade, a história pessoal de cada um. Essas reflexões serão demonstradas posteriormente, neste trabalho.

Recobramos que as lembranças de um grupo, portanto, são necessárias à lembrança de um indivíduo. Lembrar-se, a partir de outros olhares, é deslocar o próprio ponto de vista de quem lembra. A importância da memória coletiva é demonstrada dessa forma, o que possibilita compreender o elo entre o passado e o presente.

A memória fundamenta-se, sobretudo, em dois aspectos: a abordagem cognitiva, na qual se acredita que o passado é reproduzido de forma fiel no presente e a abordagem pragmática, aquilo que Ricœur considera como o lado operatório da memória, o seu exercício, a arte da memória (cf. RICŒUR, 2007, p. 424). Diz Ricœur:

O fato notável é que as duas abordagens, cognitiva e pragmática, se reúnem na operação da recordação; o reconhecimento, que coroa a busca bem-sucedida, designa a face cognitiva da recordação, ao passo que o esforço e o trabalho se inscrevem no campo prático. Reservaremos doravante o termo *rememoração* para significar essa superposição [...] das duas problemáticas: cognitiva e pragmática. (RICŒUR, 2007, p. 71, grifo do autor).

Antes de abordar a questão do esquecimento, Ricœur não deixa de mencionar a importância do trabalho de Henri Bergson. Esse pensador continua a ser, na visão de Ricœur, o filósofo cujas reflexões mais se aproximaram do fenômeno da permanência das imagens. O reconhecimento e a sobrevivência das imagens constituem-se como os fundamentos da obra bergsoniana, uma vez que o reconhecimento está atrelado à memória-hábito e a sobrevivência está relacionada à lembrança “pura”, ao “estado virtual de representação do passado, anterior à sua vinda em imagem sob a forma mista da lembrança-imagem” (cf. RICŒUR, 2007, p. 438-439).

Ricœur afirma que o método de divisão proposto por Bergson no esquema do “cone invertido da memória” não pode ser negligenciado, uma vez que “esse esquema busca ilustrar, ao mesmo tempo, a heterogeneidade das memórias e a maneira como elas se prestam um apoio mútuo” (RICŒUR, 2007, p. 444). É justamente na passagem da lembrança “pura” à

lembrança-imagem que ocorre o reconhecimento, que se reaprende o passado no presente. Se para Bergson, as lembranças não passam de inscrições, de imagens sobrevividas no cérebro, o esquecimento é tão somente uma questão de apagamento.

Contudo, o pensamento de Ricœur é mais abrangente. O autor preocupa-se com a caracterização filosófica do esquecimento⁴, apoiado em alguns pressupostos, baseados em uma duplicidade: na experiência do envelhecimento humano, o sujeito depara-se com o desgaste da memória; no entanto, ao mesmo tempo, o sujeito vê-se lembrando o que acreditava já haver esquecido, ou seja, aquelas lembranças que acreditava estarem perdidas no tempo. Esse caráter ambíguo do esquecimento demonstra que “esquecemos muito menos coisas do que acreditamos ou tememos” (RICŒUR, 2007, p. 448).

O autor afirma que a memória não deve ser pensada apenas no nível dos rastros corticais (como nas abordagens cognitivas), porque a falta de acesso ao que fica guardado na memória pode não ser uma questão patológica. O esquecimento relacionado à memória impedida, no trabalho da psicanálise, ocorre na confusão das lembranças da infância, aquilo que o indivíduo acredita ser verdade, mas que não passaram de falsas impressões que permaneceram na memória. A linguagem, através dos lapsos e os gestos, através das confusões não passam de atos falhos que demonstram não só o esquecimento, mas o desejo que houvesse o diferente. Ricœur ainda afirma, brilhantemente, que, em nível coletivo, esses esquecimentos só podem emergir à luz da história e da memória da história.

A relação entre esquecimento e memória manipulada está imbricada com a noção de identidade. Ricœur, mais uma vez, cita o nome de Locke: “tudo o que constitui a fragilidade da identidade se revela assim oportunidade de manipulação da memória, principalmente por via ideológica” (RICŒUR, 2007, p. 112). Dessa forma, ao narrar-se um fato do passado, ocorre um processo de seleção daquilo que deverá ser narrado, já que é impossível lembrar-se e narrar todos os fatos acontecidos. O modo como o sujeito narra, ou seja, como desloca e interpõe sentidos é uma estratégia do esquecimento, é um meio de controle, manejo da história, já que muitas vezes tais sentidos estão em um tempo e espaço tão longínquos que se perdem na memória.

Na perspectiva assumida pelo autor, a expressão da relação entre memória e esquecimento pode ser representada pela questão da anistia. O esquecimento institucional que irrompe o presente através do perdão é uma das formas de olvidar um passado profundamente afetado pela ordem do político e do ideológico. Ricœur afirma que a similitude dos vocábulos

⁴ O autor dá o nome de esquecimento de *reserva* ou de *recurso* (RICŒUR, 2007, p. 448).

anistia e amnésia⁵ não ocorre apenas no plano fonético, mas também no campo semântico, isto é, a anistia se aproxima da amnésia, uma vez que passa a situar o passado como exterior ao acontecimento.

2.1.3 A perspectiva de Pêcheux

A perspectiva adotada por Pêcheux, que tentamos esboçar neste capítulo, vale-se de um texto apresentado no colóquio “História e Linguística”, na Escola Normal Superior de Paris, em abril de 1983. Pêcheux assume uma postura questionadora em relação ao conceito de memória, procurando discutir os modos como se produz a memória e que papel esta possui em relação à abordagem discursiva.

Articulando à sua reflexão também os questionamentos de outros teóricos, Pêcheux apresenta o que entende por “papel da memória” e observa que há várias formas de teorizar sobre esse aspecto, demonstrando que há a possibilidade de diferentes abordagens se encontrarem na reflexão sobre essa questão frequentemente debatida.

Pêcheux refere-se, assim, aos textos apresentados por Achard, estudioso da sociolinguística e da Análise do Discurso; Davallon, autor da área de semiótica e sociosemiótica do espaço; e Durand, cujas pesquisas semióticas recaem sobre o gestual na antiguidade clássica.

Em sua reflexão, primeiramente, Pêcheux inscreve a questão da memória na perspectiva do acontecimento, afirmando que:

[o papel da memória] conduziu a abordar as condições (mecanismos, processos...) nos quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória (PÊCHEUX, 1999, p. 49-50).

No aspecto apresentado, a memória é aquilo que propicia que o acontecimento possa fazer sentido, permitindo que sejam acolhidos e mantidos na própria memória. O autor ainda ressalta que o “conceito” de memória tomado por ele não se restringe apenas à concepção psicologicista, no sentido de uma memória individual. Devemos, portanto, pensar o conceito de memória relacionado ao “entrecruzamento da memória mítica, da memória

⁵ Na língua francesa há uma semelhança fonética muito acentuada entre os termos anistia (*amnistie*) e amnésia (*amnésie*).

social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiador” (cf. PÊCHEUX, 1999, p.50).

Em que aspectos a memória toca a materialidade do discurso? Essa é uma das grandes questões sobre a qual se debruça Pêcheux, abordando as noções de implícito. O autor se pergunta onde estariam os “famosos implícitos”, que estão “ausentes por sua presença” na análise da sequência discursiva (cf. PÊCHEUX, 1999, p. 52). Existe um “lugar” em que esses vestígios de memória estariam guardados, esperando irromper a materialidade linguística. É exatamente nesse ponto que o autor quer chegar. Não há como delimitar espaços que abriguem regiões da memória que estejam ligados diretamente ao fio do discurso. Isso ocorre pela impossibilidade de cristalização do que está guardado: a memória é fluida, é heterogênea. Não há como prendê-la, determiná-la ou submetê-la a um determinado acontecimento.

Pêcheux menciona o mecanismo de regularização, proposto por Achard no mesmo colóquio, como o lugar onde residiriam os implícitos, “sob a forma de remissões, retomadas e de efeitos de paráfrase” (PÊCHEUX, 1999, p. 52). A “regularização”, para Achard, configura-se como a forma de situar uma “oscilação entre o histórico e o linguístico, na sua suspensão em vista de um jogo de força de fechamento que o ator social ou o analista vem exercer sobre os discursos em circulação” (ACHARD, 1999, p. 16). Os implícitos serviriam assim como meios de especificar aquilo que se deseja falar, articulando a questão histórica (da memória) com a materialidade linguística.

Achard demonstra que a regularização se apoia sobre o reconhecimento daquilo que é repetido. Contudo, esse reconhecimento não assegura que a palavra assumo o mesmo significado em outro contexto discursivo. É nesse momento que o autor considera a necessidade da presença da palavra enquanto processo simbólico. O autor afirma:

Por outro lado, uma vez reconhecida essa repetição, é preciso supor que existem procedimentos para estabelecer deslocamento, comparação, relações contextuais. É nessa colocação em série dos contextos, não na produção das superfícies ou da frase tal como ela se dá, que vemos o exercício da regra. (ACHARD, 1999, p. 16)

Há, dessa forma, no interdiscurso, uma série de elementos que fazem sentido e que tomam a linearidade discursiva como meio de se simbolizarem. Engendrar paráfrases em torno daquilo que é possível dizer permite com que sejam dados valores diferentes ao que está sendo discursivizado. Dessa maneira, a memória, na reflexão de Achard, “não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é constituído nas

relações de paráfrase” (ACHARD, 1999, p. 16). Isso quer dizer que a memória resgata sentidos já ditos e os ressignifica no presente, em uma íntima e fugidia relação com o tempo.

Dessa maneira, a enunciação, não advém do enunciador, mas de operações que regulam a retomada e a circulação do discurso. O enunciador não controla o seu dizer, mas o reconstrói segundo as diferenciações do sentido e as diferenciações da memória, em um paradoxo, ou seja, produzindo um discurso sustentado no passado, mas inaugurado a cada dizer.

Esse parêntese foi aberto, em função da necessidade de conceituar a noção de regularização, proposta por Achard, a qual Pêcheux demonstra ser vista como considerável. No entanto, voltando à questão da memória para Pêcheux, observa-se que o autor questiona o termo “regularização”, ao colocá-lo na relação com o acontecimento. O autor afirma que o acontecimento desloca e desregula os implícitos, desvelando um outro sentido que não havia sido demonstrado ou construído anteriormente.

Esse confronto provoca um “jogo de força” na memória, a partir da perspectiva do acontecimento. Tal “jogo de força” comporta dois aspectos, mantendo a regularização, estabilizando-a até ser dissolvida pelo acontecimento e, ao mesmo tempo, provoca uma “desregulação”, que perturba a rede de implícitos.

A memória discursiva seria, então, o que

face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Assim, a memória discursiva configura-se como um conjunto de saberes que estão implícitos ao discurso, mas que são acessados inconscientemente pelo sujeito, na produção desses discursos. O meio como os saberes da memória se engendram no discurso ocorre pela articulação do pré-construído, pelo movimento que ocorre na atribuição do sentido ao que se quer ou ao que se tem intenção de dizer.

A reflexão de Pêcheux sobre a questão da memória não se encerra nos seus questionamentos acerca da memória discursiva. O autor demonstra que a memória não pode ser concebida como “uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório” (PÊCHEUX, 1999, p. 56). Ao contrário, o autor assevera que a memória é um espaço de disjunções, deslocamentos, conflitos e retomadas.

2.2 4 BREVE RESUMO DAS NOÇÕES APRESENTADAS

Autor	Concepção central de memória
BERGSON	<i>memória-hábito</i> { ação repetição <i>imagens-lembranças</i> { representação memória por excelência
RICŒUR	<i>memória impedida</i> – rememoração com finalidade terapêutica; <i>memória manipulada</i> – os aspectos ideológicos relacionados à memória e à identidade; <i>memória obrigada</i> – redirecionamento da consciência por razões políticas ou morais.
PÊCHEUX	<i>memória discursiva</i> – espaço de disjunções, deslocamentos, conflitos e retomadas.

A teoria bergsoniana, na qual se articulam as noções de memória-hábito e imagens-lembrança é o ponto de partida para pensar a questão da memória como necessária ao cotidiano, às ações humanas, uma vez que não é concebível que o sujeito deva aprender a executar uma ação toda vez que tiver que colocá-la em prática. No entanto, o autor não desprezou a utilidade da memória enquanto meio de representação daquilo que se sobressai e torna-se parte da memória do sujeito. As concepções de memória, expostas por Ricœur, demonstram que a memória não age somente como um meio de conservação e representação do passado no presente, mas como dimensões ideológicas e identitárias que possuem um objetivo social e ideológico, necessário não só à história da coletividade, mas também à história individual. Finalmente, Pêcheux, com a noção de memória discursiva demonstra o necessário engendramento do discurso às dimensões psíquicas e ideológicas, que coexistem interdiscursivamente.

Consideramos ainda, de extrema importância, demonstrar aqui o que Tedesco (2004) afirma sobre a afetividade na memória, isto é, as lembranças são fruto das relações que os sujeitos tiveram com outros e com o próprio passado. O autor salienta que há sempre uma ligação afetiva entre indivíduos e até mesmo com objetos, que, com o passar do tempo, passam a se constituir bens simbólicos, que se tornam desencadeadores de emoções, sentimentos e recordações no futuro.

Sendo a noção de memória discursiva, proposta por Pêcheux, a memória que se engendra no fio do discurso, possibilitando ao analista observar a filiação do sujeito às formações ideológicas, é importante dizer também que essa noção abarca a questão afetiva.

Essa afirmação é possível, tendo em vista que tais saberes são determinantes na construção da subjetividade. Dessa maneira, entendemos que é possível articular a noção pecheuxtiana com aquilo que Tedesco (2004) apresenta como memória afetiva⁶, isto é, o fato de o sujeito discursivizar aquilo que lhe é relevante. Essa memória incide na produção do discurso, permeando-o, demonstrando o que de fato se salienta e merece ocupar a história de vida, a biografia do sujeito. Essa memória é uma lembrança que, a todo momento, ocupa o dizer e funda a(s) identidade(s) do sujeito. Nesse sentido, a memória está substancialmente ligada à temporalidade, pois o dizer do sujeito, expressão de seus desejos, sentimentos e sonhos, encontra-se profundamente relacionado a sua história de vida.

2.3 O TEMPO

A questão da memória é indissociável da questão do tempo. Procuraremos mostrar, nesta parte do trabalho, perspectivas referentes a essa relação, provindas da enunciação e do discurso. Iniciaremos nossa reflexão, a partir do linguista francês Émile Benveniste que considerou, em seus estudos, as categorias de pessoa, espaço e tempo como necessárias à experiência humana.

2.3.1 A perspectiva de Benveniste

A abordagem de Benveniste recai sobre a questão da subjetividade. Para esse autor, o sujeito que fala sempre inaugura um novo ato, a cada momento que enuncia, porque instaura a inserção do locutor em um novo momento do tempo, em relação ao “tu”, aquele que ouve. Dessa maneira, em todas as línguas, o locutor é aquele que se apropria do “eu”, que o toma em relação ao “tu”. Ao se colocar em ação, o “eu” deixa de ser uma “categoria vazia”, passando a perceber o falante como aquele que enuncia, sem o qual a linguagem não seria possível.

É a relação entre o “eu” e o “tu” que possibilita o discurso. Essas categorias gramaticais só adquirem sentido na linguagem, já que, conforme Benveniste (1989, p. 69) “fora do discurso efetivo, o pronome não é senão uma forma vazia, que não pode ser ligada

⁶ Para Tedesco (2004, p. 181), a memória afetiva é “um sentimento, uma impressão e uma sensação manifesta quando se reinvoca uma recordação. Intensidade, autenticidade, circunstâncias, distinções, imaginações, sentimentos e sensações expressam as características e formas de a memória afetiva se recordar.”

nem a um objeto nem a um conceito. Ele recebe sua realidade e sua substância somente no discurso”.

O autor atenta para o fato de que não só os pronomes pessoais servem para situar o enunciador; os pronomes demonstrativos se apresentam como formas de organizar o espaço em que o locutor enuncia, orientando tanto este quanto o ouvinte, em relação ao espaço. Para o autor, entretanto, há uma categoria “reveladora da experiência subjetiva” (p.70), que é expressa pela expressão do tempo, a qual interessa de modo muito particular, ao estudo que ora propomos. O tempo é representado de maneira peculiar através da linguagem. Cada língua organiza a sua temporalidade e cabe refletir como se caracteriza a noção de tempo na língua.

Benveniste propõe que sejam elucidadas duas noções de tempo: o tempo físico e o tempo crônico. O tempo físico do mundo é, nas palavras do autor, “uniforme, infinito, linear e segmentável à vontade”. Essa categoria temporal se relaciona com o homem e tem a ver com a forma como ele mede, levando em consideração as suas emoções e o ritmo de sua vida interior (cf. BENVENISTE, 1989, p. 71). Já o tempo crônico é o “tempo dos acontecimentos”, o qual permite que sejam situados os acontecimentos vividos em uma escala, através de “pontos de referência” que permitem que os acontecimentos sejam ordenados, possibilitando a organização do tempo, em torno de fixação de datas, por exemplo. O autor afirma: “o observador, que é cada um de nós, pode lançar o olhar sobre os acontecimentos realizados, percorrê-los em duas direções, do passado em direção ao presente e do presente em direção ao passado” (BENVENISTE, 1989, p. 71)

No tempo crônico, a noção de acontecimento torna-se fundamental, uma vez que é, a partir dessa noção que se permite pensar a categoria de continuidade, inerente ao tempo. Os acontecimentos, portanto, “não *são* o tempo, *estão* no tempo” (BENVENISTE, 1989, p. 71) [grifos do autor]. A forma que a sociedade criou para socializar os acontecimentos, os quais constituem o tempo, foi o calendário. Os calendários possuem características em comum, as quais permitem organizar o tempo, servindo como uma espécie de “ponto zero” que dá início a um determinado acontecimento. Dessa forma, Benveniste demonstra que há três formas pelas quais os acontecimentos se organizam: *i*) a condição *estativa*: é a condição primeira, que marca o início de um acontecimento; *ii*) a condição *diretiva*, pela qual se enuncia mediante termos opostos: antes...depois; *iii*) a condição *mensurativa*, que se caracteriza pela adoção de medidas que servem para nomear os intervalos temporais (cf. BENVENISTE, 1989, p. 72).

São esses pontos que permitem estabelecer uma referência, para o sujeito enunciador, sobre quando e onde determinados acontecimentos ocorreram, situando os

interlocutores a respeito dos fatos passados. Para Benveniste, os referidos pontos se constituem essenciais ao discurso, já que se não houvesse uma forma de organizar a temporalidade, a humanidade falaria a “linguagem da loucura” (BENVENISTE, 1989, p. 73). O autor ressalva que o tempo crônico, atribuído a uma data, fixada em um calendário é distante do tempo vivido e que estes podem não coincidir, já que a experiência humana do tempo não está relacionada a medidas e divisões temporais, mas está baseada em categorias temporais próprias.

É nesse aspecto que o autor introduz a reflexão sobre um terceiro nível de tempo: o tempo linguístico, que corresponde à inserção do acontecimento no tempo da língua. Segundo Benveniste, “é pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo, e o tempo linguístico manifesta-se irreduzível igualmente ao tempo crônico e ao tempo físico” (BENVENISTE, 1989, p. 74).

O tempo linguístico está “organicamente ligado ao exercício da palavra” (BENVENISTE, 1989, p. 74). Referindo-se ao presente do indicativo, o autor menciona que diversas vezes, os locutores utilizam o tempo verbal para situar algum acontecimento passado na contemporaneidade. A utilização desse elemento se assemelha a uma linha divisória, que permite nortear o discurso, tanto em relação ao passado quanto ao futuro. Sobre essa consideração, retomamos as palavras do autor,

A língua não os situa no tempo segundo sua posição própria, nem em virtude de uma relação que devia ser então outra que aquela da coincidência entre acontecimento e discurso, mas somente como pontos vistos para trás ou para frente *a partir do presente*. (Para trás e para frente, porque o homem vai ao encontro do tempo ou o tempo ao encontro dele, segundo a imagem que anima nossa representação). A língua deve, por necessidade, ordenar o tempo a partir de um eixo, e este é sempre e somente a instância do discurso. (BENVENISTE, 1989, p. 75) [grifos do autor].

Segundo o autor, é impossível imaginar uma língua que não tomasse como eixo de referência, o presente. Assim, o autor verifica que o único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso e que esse tempo verbal é implícito e determina as outras formas temporais no discurso. O tempo linguístico possui especificidades, que permitem, ao enunciador, localizar um acontecimento como simultâneo ao seu discurso. Na ótica do autor, a união do tempo linguístico ao tempo crônico ocorre pela remissão do discurso às coordenadas de tempo e espaço, sem as quais torna-se impossível conceber um discurso inteligível.

A temporalidade linguística é articulada em torno de alguns vocábulos que situam o locutor no tempo. Assim, para se referir ao que se passou, em relação a hoje, o locutor poderá utilizar as palavras “ontem” e “antes de ontem”. Para se referir ao futuro, o falante poderá utilizar o vocábulo “amanhã”. Qualquer vocábulo que exceda a esses limites temporais é impossível de ser realizado linguisticamente. Assim, o falante pode recorrer às qualificações: “semana passada”, “na última noite”, ou seja, utilizando elementos que situam o ouvinte, mas que não fornecem dados precisos. Além disso, o falante pode recorrer ao tempo crônico para expressar a temporalidade, sob a forma de medidas (“há oito dias”, “dentro de três meses”), utilizando, dessa forma, operadores que transferem o tempo linguístico ao tempo crônico.

Diante do exposto, entendemos que a temporalidade linguística é de fundamental importância para a constituição do discurso do falar de si. Os sujeitos, por se situarem temporalmente ao narrarem suas lembranças, apresentam pistas a ela ligadas que podem possibilitar a compreensão de determinados efeitos de sentido.

2.3.2 A abordagem de Silva

O estudo realizado por Silva (2010) fornece uma importante contribuição a este trabalho, uma vez que integra a questão temporal à noção de memória discursiva, trabalhada por Pêcheux. Para a autora, devemos pensar a temporalidade no discurso articulando as questões da memória, presentes na própria teoria do discurso, bem como em categorias advindas de outras abordagens teóricas. Brevemente, destacamos o diálogo, realizado pela autora, da Análise do Discurso com a reflexão de outros pensadores, entre eles, Castoriadis, a quem o tempo, na sociedade capitalista adquire uma dimensão matemática: “tudo passa a ser calculável, mensurável para a sociedade tenha um mínimo de coerência” (cf. SILVA, 2010, p. 61).

A articulação da noção de tempo a uma abordagem quantitativa vai ao encontro da reflexão proposta neste trabalho, uma vez que é essencial para pensar a questão do sujeito na pós-modernidade. Assim como o sujeito se torna um objeto de consumo, o tempo, na contemporaneidade adquire uma dimensão mercadológica: o tempo deve ser consumido.

A relação com o tempo não pode ser pensada desprezando a questão do imaginário. O sujeito, em seu imaginário, possui a ilusão de que controla o seu dizer e de que é dono daquilo que diz. Esquecemo-nos de que, ao inaugurar um novo dizer, estamos, de acordo com a perspectiva discursiva, atualizando dizeres outros, deslocando sentidos e

filiando-se a saberes já-ditos. É exatamente nesse ponto que o sujeito não percebe que esses saberes que estão sendo atualizados no momento da enunciação já foram ditos em outro tempo e em outro espaço. É esse movimento que faz com que o sujeito não seja dono de seu dizer, que faz com que o discurso seja a fusão do que foi dito, em um tempo passado, com o que se pretende dizer na atualidade.

A partir dessa perspectiva, o imaginário também não pode ser pensado desligado da memória. Dessa forma, quando rememoramos uma determinada situação, voltamos a um passado. Esse passado, no entanto, não está estagnado ou preservado, da maneira como realmente aconteceu; na memória, a situação vivida sofreu a ação do tempo, que, por sua vez, o sujeito representa, sob a forma do discurso, na relação com o imaginário. Mesmo que a intenção do sujeito seja representar a forma exata como uma situação aconteceu, a relação com o tempo não permite que o discurso seja o puro reflexo da memória.

No estudo proposto por Silva (2010), a autora busca pensar a noção de “tempo discursivo”, na qual se afasta das noções enunciativas, propostas por Benveniste e das noções filosóficas, da abordagem de Castoriadis, além de outras com as quais ela dialoga. A autora procura inaugurar uma categoria de tempo articulada à noção de discurso e de memória discursiva, sob a ótica da teoria da Análise do Discurso. A noção de “tempo discursivo” estaria ligada a noção de imaginário no nível do interdiscurso – “a intervenção do real na relação imaginária com o tempo discursivo” – e no nível do intradiscurso – “de que modo as brechas abertas pelo real na imagem do tempo manifestam-se no fio do discurso” (cf. SILVA, 2010, p. 37).

É através dos recortes feitos pela memória, pelos elementos que traz à tona, a partir de seu caráter desestruturante e desestabilizador, que o discurso constrói a sua própria temporalidade na relação com a memória. Tais elementos são rememorados pelos sujeitos e estão submetidos a um tempo não mais cronológico, ou mensurável, mas um tempo da memória. Nas palavras da autora,

Importa ressaltar que, ao descrevermos as tentativas de homogeneização, de “organização” da memória afetivo-discursiva, estamos apreendendo como o discurso constrói sua própria temporalidade. Expliquemo-nos: nos “recortes de memória”; na “costura” entre acontecimentos; nas “relações sintáticas” estabelecidas entre saberes da memória discursiva; na tessitura entre o ocorrido, a atualidade e o devir, os discursos constroem uma versão histórica para a realidade, uma narrativa específica e “ilusoriamente” mais coerente que outras. Enfim, constroem um tempo discursivo (SILVA, 2010, p. 54).

Conforme Silva, portanto, a temporalidade do discurso está relacionada aos acontecimentos, à memória discursiva. É dessa forma que o discurso de cada sujeito remete a uma temporalidade, produzindo a dimensão afetiva do discurso, uma vez que cada um apreende o tempo de forma diferente. A maneira como os acontecimentos se engendram na memória e também no fio do discurso, através das relações que se podem perceber intradiscursivamente, possibilita que cada discurso possua a sua temporalidade, tornando-a significativa de maneiras distintas para cada sujeito.

No percurso teórico que realiza em seu trabalho, Silva propõe que o “tempo discursivo” seja pensado em relação imaginário do tempo, uma vez que em Análise do Discurso, não se pode pensar em um tempo cronológico, como uma simples sucessão de acontecimentos, mas como um tempo dependente das práticas e das relações sociais (cf. SILVA, 2010, p. 81). É de profunda relevância para este trabalho observar o tempo, a partir de uma ótica enunciativa e calcada na intersubjetividade, conforme o exposto por Benveniste. Consideramos fundamental pensar o tempo, no discurso, como uma relação entre as condições de produção sócio-históricas às quais o sujeito se filia na produção discursiva de suas histórias de vida.

Relacionar as concepções de memória e tempo, na perspectiva adotada neste trabalho é, portanto, inquirirmos sobre a forma temporal adotada pelo sujeito, mediante a qual ele se afasta ou se aproxima de seu discurso, ou seja, interpretarmos a forma como se relaciona com o seu passado, na medida em que constrói sua história de vida. Dessa maneira, também estamos questionando o modo como os acontecimentos narrados por esses sujeitos seguem produzindo efeitos de sentido no discurso atual. Através da análise das sequências discursivas de referência, tentaremos, posteriormente, dar conta desse propósito, engendrando um gesto de interpretação que leve em conta o sujeito, a memória e a identidade.

3 A TEORIA DA ANÁLISE DO DISCURSO

A articulação entre a linguagem e a ideologia é um dos fundamentos básicos da Análise do Discurso, disciplina que, amplamente falando, trata da imbricação entre a Linguística, o Materialismo Histórico e a Teoria do Discurso, atravessadas por uma teoria da subjetividade, fundada nos pressupostos da Psicanálise. A emergência dessa disciplina advém da necessidade de se pensar, discursivamente, como a ideologia e a linguagem contribuem para a constituição do sujeito.

Em sua versão formalista, as Ciências da Linguagem excluíam o papel do sujeito, enquanto as Ciências Sociais apenas visavam ao sujeito, sem considerar a linguagem, ou melhor, considerando-a como transparente, como se ela se originasse no sujeito. Os estudos na área das Ciências Sociais, por desconsiderarem a questão do inconsciente e da incompletude da linguagem, concebem normalmente que os sentidos, revelados pelos sujeitos no discurso, são cristalinos.

A definição sobre o que é o discurso percorreu uma longa trajetória teórica que até hoje é discutida e questionada. No entanto, nos estudos filiados a Pêcheux, ele vem sendo considerado “efeito de sentido entre os interlocutores”. Isso significa que a palavra não possui sua origem no sujeito e que não é transparente, mas adquire sentidos que dependem das implicações de caráter sócio-histórico que a determinam. Esse efeito de sentido, portanto, está relacionado à articulação entre intra e interdiscurso que se dá na produção do discurso.

Esse filósofo, principal representante da Análise do Discurso, fundou sua teoria, baseado nos pressupostos do Materialismo Histórico, a partir da releitura de Marx feita por Louis Althusser, e da teoria psicanalítica de Lacan. Na perspectiva pecheuxtiana, a língua passa a ser vista como materialidade, produto de uma ideologia e vinculada a um sujeito. Em suma, a língua deixa de ser considerada um objeto amorfo e passa a ser analisada em sua concretude, numa perspectiva semântica que compreende a impossibilidade de os sentidos serem apreendidos pelos sujeitos, pois são construídos discursivamente.

3.1 A PRIMEIRA FASE

As pesquisas em Análise do Discurso surgiram nos anos 60, década em que as teorias estruturalistas haviam alcançado seu apogeu. Influenciada por essa atmosfera, a

primeira fase, denominada AD – 1 inicia-se com a publicação do número 13 da revista “Languages” e do texto intitulado “Análise automática de discurso – AAD 69”, no qual Pêcheux propunha um dispositivo de análise, desprovido da interferência do analista. Na chamada AAD 69, o termo “discurso” ainda não havia recebido um “contorno nítido” (cf. TEIXEIRA, 2005, p.29). Inicialmente, o objeto de análise compunha-se apenas de discursos políticos, pelo próprio contexto sócio-histórico em que a teoria estava sendo produzida e a partir dos quais podiam se definir aspectos ideológicos e discursivos.

Dessa maneira, Pêcheux começa a esboçar que os atos discursivos estão vinculados a determinadas condições de produção, isto é, às “circunstâncias” nas quais o discurso se inscreve (cf. PÊCHEUX, 1969, p.75). As “condições de produção” caracterizam-se pela contextualização do meio em que o discurso é produzido. Por exemplo, o discurso de uma mãe é produzido em determinadas situações, para um determinado tipo de interlocutor (os filhos, por exemplo), com determinados objetivos, que vão fazer com que esse sujeito (a mãe) assuma uma posição em relação a esse lugar ocupado pelo filho. No entanto, nenhum discurso é fechado em si mesmo. Todo discurso está orientado a outros dizeres; todo discurso faz parte de um contexto. Assim, Pêcheux demonstra que os discursos estão em uma relação de antecipação, ou seja, cada dizer aponta para outros dizeres mais amplos. Essa antecipação ocorre porque tudo o que é discursivizado tem relação com os discursos previamente já-ditos. O interlocutor irá adequar a produção de seu discurso, dependendo do efeito de sentido que pretende criar. Como forma de complementar a noção de “condições de produção”, Pêcheux discorre sobre as relações de força, que são exteriores aos discursos. Voltando ao exemplo anterior, quando a mãe fala a seus filhos, ela assume esse papel, o papel de mãe; esse discurso, evidentemente, seria diferente se ela falasse na posição de filha. Pêcheux (1969, p.77), referindo-se à situação de um deputado que pertence ao governo ou à oposição, afirma que:

o que diz, o que enuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. (PÊCHEUX, 1969, p 77).

A noção de “condições de produção”, segundo Malidier (2003, p. 23), “designava a concepção central do discurso determinado por um “exterior”, como se dizia então, para evocar tudo o que, fora a linguagem, faz que um discurso seja o que é: o tecido histórico-social que o constitui.” Nesse sentido, a linguagem ocupa um papel determinante no

que diz respeito ao discurso, mas as condições em que este é produzido figuram apenas como simples circunstâncias. A questão social, nesse momento, é pensada como exterior ao discurso, ou seja, neste momento ainda não se considera que o discurso está atravessado pelos elementos sociais.

Estando o discurso inserido em uma determinada condição social, a questão relativa ao *corpus* é profundamente afetada: o discurso “se transforma em um filtro, capaz de selecionar as sequências discursivas que formam o espaço fechado do *corpus*” (cf. MALDIDIER, 2003, p.23). A primeira fase da AD (AD – 1) se caracterizava por sequências discursivas em um *corpus* fechado, cuja análise deveria ocorrer de forma automática, evidenciando ainda uma forte ligação da teoria com o estruturalismo.

O pensamento de Pêcheux é abrangente. Assim como um discurso remete a outro, as noções teóricas fundadas pelo autor não podem ser pensadas separadamente. Dessa forma, o a abordagem realizada pelo autor envolve os aspectos do processo discursivo. Cada interlocutor assume uma posição conforme a situação de enunciação, de acordo com os efeitos de sentido que pretende manifestar. Essa posição é determinada pelo autor como posição-sujeito, que consiste no lugar determinado na estrutura de uma formação social (cf. PÊCHEUX, 1969, p.82). Uma posição-sujeito não é uma posição física, mas uma posição discursiva, que se movimenta de acordo com as situações discursivas, definidas pela formação social. O sujeito não assume apenas uma determinada posição-sujeito, mas assume uma posição relacionada a cada situação de enunciação que lhe é apresentada.

Relacionado a esses conceitos, Pêcheux também reflete sobre aquilo que denominou formações imaginárias. Ora, se os sujeitos assumem posições distintas que variam segundo os lugares que ocupam e os efeitos de sentido que pretendem causar nos interlocutores, torna-se indispensável pensar sobre a imagem que se tem dos participantes do processo discursivo. O autor discorre sobre as questões implícitas que estão relacionadas ao conceito de formações imaginárias. Tais questões são relativas às imagens que os interlocutores têm – de si e do outro – no processo discursivo: imagem que o falante possui dele mesmo, imagem que o falante tem do ouvinte, imagem que o ouvinte faz dele mesmo, imagem que o ouvinte tem do falante. As formações imaginárias, portanto, são substancialmente constituídas pelo já-dito, isto é, os enunciados que se incorporam ao discurso, possibilitando a percepção de traços de outros discursos que permanecem sendo ressignificados. Há, então, uma articulação entre os elementos aqui descritos: as formações imaginárias se estabelecem pela maneira como os sujeitos se posicionam no discurso e as

imagens que possuem a respeito de si mesmo e dos outros, das condições de produção do discurso e pelos mecanismos de antecipação.

Embora o pensamento de Pêcheux tenha sido original, rompendo com os padrões estruturalistas e dicotômicos em que vivia a Linguística, as noções teóricas apresentadas ainda pressupunham um sujeito totalmente assujeitado, dominado por uma ideologia. Esta atuaria como o mecanismo de interpelação do indivíduo em Sujeito, identificando-o com as formações discursivas.

O trabalho de Courtine (2009, p. 45) contesta o modo como a fase inicial da AD trata a noção de condições de produção do discurso e aprofunda as reflexões a respeito desse conceito que muitas vezes é tratado como um dado intrínseco ao discurso e facilmente inferível. Contudo, não o é. As condições de produção do discurso devem ser mapeadas e apresentadas pelo analista, a fim de que os aspectos históricos e ideológicos produzam os efeitos de sentidos que se quer desvelar. O autor apresenta as origens do conceito, articulando-os à necessidade de pensar as condições de produção em relação à ideologia e a instabilidade das situações em que tais discursos são produzidos.

Assim, inicialmente, as condições de produção do discurso ocupavam o lugar de objeto da análise de conteúdo. Posteriormente, foram relacionadas à sociolinguística, com suas variáveis sociais e condições sociais da situação de comunicação. Por último, cunhou-se o termo “condições de produção do discurso”, na acepção teórica da AD, relacionado às formações imaginárias. No entanto, essas noções ainda não são suficientes para definir o conceito de condições de produção. Dessa forma, Courtine afirma: “tentamos mostrar que a noção de CP do discurso apresenta um conteúdo ao mesmo tempo empírico e heterogêneo. Queremos acrescentar que esse conteúdo é igualmente instável” (2009, p. 51). Assim, o autor demonstra que, inclusive, deve-se relacionar as CP à questão da contradição, existente no interior de toda formação discursiva.

3.2 A SEGUNDA FASE

A segunda fase da teoria, denominada AD – 2 e é inaugurada com a obra de 1975, *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Se, anteriormente, o termo “discurso” ainda não havia adquirido um sentido definido, agora, tal questão é aprofundada, articulando-o à questão da ideologia althusseriana (cf. TEIXEIRA, 2005, p.36). Dessa forma, o sentido extrapola a linearidade linguística e o próprio escopo da Linguística enquanto ciência,

demonstrando a questão da materialidade e da historicidade como essenciais à construção do sentido. É com o reconhecimento de que a língua não existe na forma de um “bloco homogêneo de regras organizado à maneira de uma máquina lógica” (ORLANDI, 2007, p. 19), que a questão do sentido começa a ser pensada como constitutiva dos discursos.

Articular a língua com os pressupostos ideológicos é o cerne da obra de Pêcheux, a qual institui uma série de conceitos e definições, que serão o fulcro de sua teoria: “a ideologia se produz justamente no encontro da materialidade da língua com a materialidade da história” (ORLANDI, 2007, p. 20).

Em “Semântica e Discurso”, Pêcheux introduz a questão semântica, a qual, na obra anterior não havia sido aprofundada em sua reflexão. Nessa obra, o autor amadurece o pensamento em torno da questão do sentido, que supera os limites da linguística, fazendo-se necessário o conhecimento de outras abordagens sociais. É na relação entre a língua e as Ciências Sociais, pensando a questão do Materialismo Histórico e das ideologias, que Pêcheux conceitua o termo formação discursiva, noção emprestada de Foucault e posteriormente, redefinida por Courtine.

A noção de formação discursiva aparece, primeiramente, na obra *Arqueologia do Saber*, de 1969, de autoria de Michel Foucault. Esse autor conceitua as formações discursivas como “formas de repartição” ou “sistemas de dispersão”, correlacionando, de maneira contraditória, dois níveis: o do enunciado (o nível de um sistema de formulação dos enunciados) e o da formulação (o nível de uma sequência discursiva completa) (cf. COURTINE, 2009, p. 82-83). Segundo Indursky (2007, p. 77), a noção de formação discursiva, formulada por Foucault,

estabelece a partir de determinadas regularidades do tipo ordem, correlação, funcionamento e transformação. As regras de formação determinam condições de existência, coexistência, modificações e desaparecimento de uma repartição discursiva dada. Em função dessas características, Foucault propõe-se a estudar suas formas de repartição e descrever seus sistemas de dispersão. (INDURSKY, 2007, p. 76)

Já o conceito de formação discursiva, tal como formulado por Pêcheux, é pensado em sua relação com a ideologia, sendo articulado a um amplo universo, que diz respeito à interpelação e à identificação do sujeito. Para refletir sobre tal conceito, é necessário compreender como o sujeito se relaciona com o sentido. Se o discurso é efeito de sentidos, o sentido é produzido na relação do sujeito com a formação discursiva, porque as formações

discursivas são regiões em que o sentido se produz, pelos quais os sujeitos se identificam ao mesmo tempo em que são interpelados. Nas palavras de Pêcheux (1975, p. 160):

Chamaremos, então formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 1975, p. 160).

Esse conceito apresenta marcas claras de que a formação discursiva, na perspectiva de Pêcheux, possui relação com a questão do Materialismo Histórico. À diferença de Foucault, Pêcheux demonstra que é a partir da ideologia e pela ideologia que o sujeito é concebido como sujeito de seu discurso. Para Pêcheux, o sentido está inscrito na ligação estabelecida entre a FD e a formação ideológica (FI), ou seja, como o “conjunto complexo de atitudes e de representações, não individuais nem universais, que se relacionam às posições de classes em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX, 1969, p. 166). O sentido se inscreve na dependência das FI, isto é, não existe por si mesmo, mas é determinado por essas relações. As formações discursivas vêm a ser, portanto, a materialização, no discurso, das formações ideológicas.

Conforme Brandão, as formações discursivas não devem ser entendidas como “um bloco compacto e coeso” (2004, p. 88), pois uma FD é heterogênea às outras e seu fechamento é instável, não havendo limites entre o “interior” e o seu “exterior”. Conforme a autora, “é assim que se pode afirmar que uma FD é atravessada por várias FDs e, conseqüentemente, que toda FD é definida a partir do seu interdiscurso” (BRANDÃO, 2004, p. 89).

Os sentidos não estão determinados pela língua, mas esta apresenta vestígios da relação que a história e a ideologia produzem, que interpelam e, ao mesmo tempo, identificam o sujeito. Cada formação discursiva abriga um conjunto de saberes provenientes de lugares discursivos diferentes, os quais identificam o aspecto social e ideológico do discurso. É sob essa ótica que Pêcheux introduz o termo “interdiscurso”, definindo-o como o “todo complexo com dominante” (PÊCHEUX, 1975, P. 162). Há, relacionado a cada formação discursiva, um interdiscurso, isto é, uma memória discursiva que carrega consigo saberes implícitos, que constituem o sujeito. A partir da reflexão sobre o lugar que o sujeito discursivo ocupa,

podemos interpretar, a partir de “resíduos”⁷ do discurso, a qual formação discursiva esse sujeito está filiado, revelando traços de sua identidade e do papel que tem em relação à sociedade. Contudo, observamos que o conceito de formação discursiva, desenvolvido por Pêcheux permanece atrelado à concepção althusseriana de interpelação, na qual os lugares que os sujeitos ocupam e, conseqüentemente, os sentidos que manifestam, ficam limitados às relações de classes. Assim, ocorre que inicialmente, tal conceito é considerado fechado e homogêneo, como se houvesse uma adesão direta do sujeito à FD. Essa relação de interpelação e identificação ocorre através da noção de forma-sujeito.

No sentido de que as formações discursivas carregam traços de uma memória, de uma relação com a historicidade, é pertinente salientar o que afirma Brandão (2004, p. 91):

[...] um discurso nunca seria autônomo: como ele se remete sempre a outros discursos, suas condições de possibilidades semânticas se concretizariam num espaço de trocas, mas jamais enquanto identidade fechada. A noção de FD implica, portanto, sua relação com o interdiscurso, a partir do qual ela se define (BRANDÃO, 2004, p. 91).

É a partir desse caráter heterogêneo que se passa a considerar que nenhum discurso permanece encerrado em si mesmo. Os discursos devem ser analisados e interpretados considerando que há uma interação entre as FDs que estão abrigadas no interdiscurso.

Pêcheux demonstra que há, no interdiscurso, dois tipos de elementos, que determinam o sujeito. São, portanto, duas formas de engendrar aquilo que “algo fala, sempre, antes, em outro lugar e independentemente” (cf. PÊCHEUX, 1975, p. 162). Tais elementos podem se constituir sob a forma de “pré-construído” ou sob a forma de “articulações”. Essas duas concepções permitem passar do terreno lógico-linguístico ao da teoria do discurso (cf. MALDIDIER, 2003, p. 47). O pré-construído não pode ser relegado a um simples antecedente, um já dito provindo de algum outro lugar. Ele revela na materialidade linguística, através da noção de encaixe, um sentido outro que mostra as relações presentes no interdiscurso e as questões ideológicas que passam a significar no intradiscurso. Conforme Brandão (2004, p. 49):

⁷ Já que todo discurso é incompleto, atravessado pela presença do outro, utilizamos a palavra “resíduo” para nos referirmos aos pequenos índices, perceptíveis nos discursos, que permitem identificar os sentidos que ali circulam.

O pré-construído, entendido como “objeto ideológico, representação da realidade” é assimilado pelo enunciador no processo do seu assujeitamento ideológico quando se realiza a sua identificação, enquanto sujeito enunciador, com o Sujeito universal da FD (BRANDÃO, 2004, p. 49).

Nessa perspectiva, o pré-construído diz respeito ao “sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade” (PÊCHEUX, 1975, p. 164). A noção de pré-construído é uma marca, um elemento do interdiscurso que se nominaliza no intradiscurso e que ressoa no discurso, evidenciando um sentido já dito, já enunciado, esquecido no momento da enunciação, mas que volta a produzir um novo efeito de sentido, de acordo com o que está sendo evocado pelo interdiscurso e pelas condições de produção.

A articulação “constitui o sujeito em sua relação com o sentido”, permitindo com que o interdiscurso seja linearizado; é o “encontro” ou, como menciona Pêcheux, o “efeito de incidência” (1975, p. 166), um retorno do saber no pensamento, marcando a relação do interdiscurso com o intradiscurso.

O processo de identificação do sujeito do discurso com a formação discursiva ocorre via forma-sujeito. Pêcheux afirma que se pode caracterizar a forma-sujeito como “realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui seus fundamentos” (PÊCHEUX, 1975, p. 167). O sujeito acredita em uma unidade⁸, que é ilusória, mas necessária a sua constituição enquanto tal. Para Pêcheux, no interior das formações discursivas ocorre o assujeitamento do sujeito, ou seja, ao mesmo tempo em que este é interpelado, ocorre a sua identificação com a FD que o determina.

Assim, “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)” (PÊCHEUX, 1975, p. 163). No entanto, o sujeito é desejanter, ou seja, a interpelação não ocorre de uma maneira certa, uma vez que as próprias formações discursivas não possuem fronteiras definíveis, limites exatos, onde se possa distinguir uma de outra. Assim sendo, também não podemos crer que a forma-sujeito será uma forma estanque de o sujeito se identificar.

Portanto, a forma-sujeito pode também estabelecer-se pelo viés da contraidentificação do sujeito com a formação discursiva à qual está inserido. Essa

⁸ A crença do sujeito na ilusória unidade advém do caráter do inconsciente, explicado em Lacan, que será explanado mais adiante, neste capítulo.

possibilidade diz respeito às várias tomadas de posição, às quais o sujeito pode assumir em seu discurso, contrariando, ou simplesmente se desidentificando com a formação discursiva esperada. Essa reação contrária ao saber da FD imposta ao sujeito provoca um deslocamento dos sentidos, já que há um elemento do saber que não coincide com o discurso do sujeito.

Como forma de demonstrar a relação entre FD e forma-sujeito, passamos à reconfiguração teórica do conceito de FD, a qual é dada pelo viés marxista, a partir do trabalho de Courtine. O autor articula o termo formação discursiva vinculando-o à formação ideológica. Ambos os termos são propostos por Pêcheux; no entanto, Courtine o faz de modo a relacionar tais termos com outros aspectos, que fazem com que tanto a questão linguística quanto a ideológica de maneira a pensar sobre o caráter contraditório das FD.

Courtine demonstra essa contradição, através da noção de “enunciado dividido”. O conceito de FD assume uma dimensão outra. Dessa forma, o autor demonstra que as FD são porosas, já que abrigam sentidos diferentes e contraditórios. O enunciado dividido abriga, assim, posições que são consideradas antagonistas, assumindo o caráter heterogêneo do discurso.

As formações ideológicas permitem que falemos dos mesmos objetos, mas vinculados a sentidos diferentes, de forma que as mesmas palavras poderão adquirir sentidos distintos de acordo com a FI que se filiam. Além disso, a materialidade linguística reflete a contradição existente nas FD e nas relações dessas FD com outras. Por último, Courtine afirma que não há como pensar o estudo do processo discursivo como dissociado do estudo da determinação desse processo discursivo no interdiscurso, ou seja, do todo complexo com dominante, o qual se constitui sob a forma de interdiscurso.

A noção de interdiscurso é um espaço de saberes que estão relacionados às FD. Tais saberes compartilham entre si semelhanças em relação ao campo semântico. Segundo Orlandi (2007, p. 87-88),

o interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciatador. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam enunciações distintas e dispersas que formam o conjunto do domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso (ORLANDI, 2007, p. 87-88).

Tocamos em uma questão fundamental neste trabalho: a memória. Esse conceito é essencial à reflexão sobre a linguagem, na perspectiva pecheuxtiana e, portanto, faz parte da

constituição do discurso. A memória discursiva que, neste trabalho, utilizamos como sinônimo da noção de interdiscurso, diz respeito aos saberes já ditos que retornam ao dizer, que são inscritos intradiscursivamente. Cada palavra adquire sentido, relacionado à FD a qual está sustentada. Esse retorno da memória à materialidade linguística permite ressignificar os sentidos: a todo o momento, o dizer resgata e renova o sentido.

O dizer é, portanto, uma constante ressignificação. Se para cada enunciado proferido, o sujeito se filia a uma determinada significação, ele automaticamente rejeita outros enunciados, que poderiam estar presentes no discurso. Essas operações são inconscientes. Contudo, o sujeito tem a ilusão de ser dono daquilo que diz, como se os enunciados tivessem nascido no instante do dizer. Mas isso não ocorre: o sujeito não é fonte, nem origem daquilo que diz. Essa questão é trabalhada por Pêcheux, constituindo-se como teoria dos dois esquecimentos.

Através do esquecimento número 1, o sujeito possui a ilusão de ser fonte daquilo que diz, como se o sentido se originasse no sujeito. Esquecendo-se de que o discurso é produzido em relação ao já-dito, ao pré-construído, o sujeito acredita ser a origem, o ponto de partida daquilo que diz. Em relação ao esquecimento número 2, o sujeito tem a ilusão de que é capaz de expressar, na materialidade linguística, exatamente o que tem a intenção de dizer. Nessa concepção, o sentido seria transparente e as palavras refletiriam o que se quis dizer, como se o sujeito houvesse selecionado as palavras exatas para a produção do discurso.

Teixeira afirma que:

o esquecimento número 1 diz respeito a uma zona de domínio inacessível ao sujeito, o esquecimento número 2 fica dentro do domínio do sujeito. O primeiro é o ponto de articulação entre ideologia e inconsciente. O segundo, entre a linguística e a teoria do discurso (TEIXEIRA, 2005, p. 49).

O esquecimento número 1 é de ordem ideológica. Demonstra a relação que o sujeito possui com a ideologia, já que os sentidos não se originam no sujeito, apenas se inscrevem em seu discurso. Já o esquecimento número 2, é de ordem discursiva. Assim, não há uma relação direta entre as palavras e as coisas, as palavras e os objetos dos quais queremos falar. Isso se constitui em uma ilusão que o sujeito possui a respeito do sentido. Tais afirmações nos permitem demonstrar que há uma relação entre os esquecimentos. Por acreditar que o sentido está cristalizado e as palavras se constituem reflexos daquilo que queremos dizer, o sujeito esquece-se de que esse sentido pertence ao já-dito, ao interdiscurso, aos saberes que se encontram ancorados a uma memória, ao que já foi sinalizado,

discursivizado, anteriormente. Cada sentido carrega uma história que se realiza e ressignifica no momento da enunciação.

A respeito da contribuição do caráter heterogêneo da linguagem em relação à teoria do discurso, considerando a perspectiva de Authier-Revuz, Brandão (2004, p.69) ressalta:

Impossibilitado de fugir da heterogeneidade constitutiva de todo discurso, o falante, ao explicitar a presença do outro através das marcas da heterogeneidade mostrada, expressa no fundo seu desejo de dominância. Isto é, movido pela ilusão do centro, por um processo de denegação em que localiza o outro e delimita o seu lugar, o falante pontua o seu discurso, numa tentativa de “circunscrever e afirmar o um (BRANDÃO, 2004, p. 69).

Conforme o exposto, pretendemos demonstrar como as contribuições da teoria da enunciação colaboram para a inauguração de uma terceira fase na Análise do Discurso, que considera a heterogeneidade do sujeito e do sentido. Assim, Pêcheux demonstra que o discurso também está relacionado a uma exterioridade, sendo o ponto de encontro entre uma memória do dizer (interdiscurso) e um acontecimento. Inegavelmente, possibilitam que a própria noção de sujeito também seja ressignificada, abrindo espaço para a falha, para o equívoco da língua, que funda o sujeito. Sentido e sujeito se encontram, portanto, na materialização discursiva desses vários elementos, que possibilitam analisar os discursos, sob um olhar atento, crítico e humano.

3.3 A TERCEIRA FASE

Em um texto de 1978, intitulado “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, Pêcheux retoma algumas questões trabalhadas anteriormente, de modo a fazer uma autocrítica à própria Teoria do Discurso. A questão do sujeito e do sentido constitui-se um ponto fundamental nessa reflexão, uma vez que Pêcheux demonstra que há espaço para a falha, o lapso, o ato falho. Tais formas se manifestam no discurso do sujeito, na substituição de uma palavra por outra, na adequação de um enunciado, no equívoco. É através dessas lacunas deixadas pelo sujeito no intradiscurso que Pêcheux afirma que “não há ritual sem falhas” (PÊCHEUX, 1978, p. 301).

A partir dessas considerações, voltamos ao aspecto ideológico presente nos discursos: a questão do ideológico e do inconsciente já não pode ser pensada nem como

exterior à linguagem nem como exterior ao sujeito. A retificação de Pêcheux ocorre devido à leitura parcial, feita anteriormente, do texto de Lacan. Sobre isso, afirma Teixeira (2005, p. 54):

Essa leitura, equivocadamente, faz coincidir o Outro lacaniano com o Sujeito althusseriano, não levando em conta que esse Outro não é simplesmente uma máquina resultante do automatismo de uma combinatória estrutural, mas é um Outro desejante (TEIXEIRA, 2005, p. 54).

Observamos que há, portanto, uma reconfiguração da noção de sujeito, que já não é mais absolutamente interpelado pela ideologia, mas devendo “ousar se revoltar” e “ousar pensar por si mesmo” (PÊCHEUX, 1978, p. 304).

Pelas considerações apresentadas, entendemos que uma nova fase em Análise do Discurso é iniciada, através dos questionamentos de Pêcheux sobre a própria Teoria do Discurso, pondo em questão o lugar que as Ciências Sociais ocupam em relação à noção de discurso. A contribuição dos estudos de Authier-Revuz mostram-se fundamentais, uma vez que consideram a necessidade de uma abordagem discursiva que leve em consideração os aspectos heterogêneos da língua. Além disso, devemos lembrar a importância dos estudos do campo da História, vinculados a Michel de Certeau. Esse autor, em especial, focaliza o aspecto cotidiano do discurso, demonstrando a importância das falas comuns, do dia a dia, que também servem à construção da história.

Michel de Certeau aborda a questão discursiva como elemento fundamental às práticas cotidianas, sobre as “artes de dizer”. Na perspectiva desse autor, os discursos cotidianos têm a capacidade de criar um “espaço de ficção” (DE CERTEAU, 1998, p. 153), isto é, um espaço em que as narrativas do homem comum tornam-se importantes para a compreensão dos elementos sociais. Assim, a colaboração desse teórico é de fundamental importância no campo do discurso, uma vez que permitem que a língua seja vista como um espaço de construção da subjetividade.

A abordagem enunciativa de Authier-Revuz, que desenvolve a noção de heterogeneidade discursiva, torna evidente a impossibilidade de a materialidade lingüística abarcar todos os sentidos discursivizados. A materialidade, portanto, está ancorada a uma memória do dizer, ou seja, a saberes estabelecidos implicitamente, provenientes de outros sentidos que já circulam.

Corroborando a existência do atravessamento de sentidos vários em um discurso, a Análise do Discurso utiliza os pressupostos da teoria da enunciação de Authier-Revuz sobre

a heterogeneidade enunciativa. A autora afirma que há, no discurso, formas de heterogeneidade, isto é, a manifestação de outras vozes, das palavras do Outro, no discurso. A primeira forma de heterogeneidade, denominada “heterogeneidade constitutiva” diz respeito à transversalidade do discurso do outro em relação ao discurso do sujeito. Ou seja, não há neutralidade nos discursos: estes estão sempre sendo atravessados por discursos outros. Authier-Revuz afirma (2004, p. 69):

Todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos “outros discursos” e pelo “discurso do Outro”. O *outro* não é um *objeto* (exterior, *do qual* se fala), mas uma *condição* (constitutiva, *para que* se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 69) [grifos da autora].

A segunda forma, denominada como “heterogeneidade mostrada” pode se apresentar de duas formas: marcada e não marcada. As formas marcadas são verificáveis na materialidade lingüística, ou seja, podemos perceber, no fio do discurso, a alusão do sujeito ao discurso do outro. A heterogeneidade mostrada marcada é perceptível através dos discursos diretos e indiretos e do uso das marcas de conotação autonímica (glosas, aspas). Tratando-se da heterogeneidade mostrada não marcada, a inscrição do sentido ocorre através do uso da ironia, da paródia, da imitação, indicando que a pluralidade de sentido é possibilitada pela inserção do outro no discurso do sujeito.

A heterogeneidade mostrada é, portanto, a forma como o outro se revela no discurso. Podemos dizer que é a maneira como o sujeito do discurso delimita e se movimenta entre as fronteiras da sua narrativa - o seu espaço - e o espaço discursivo do outro. Constitui-se de formas inseridas na materialidade, ou seja, perceptíveis ao nível do fio do discurso. Tais formas podem ser linguisticamente descritas. Além disso, como mencionamos anteriormente, essas formas inserem o discurso do outro no discurso do sujeito, não podendo, dessa forma, serem tratadas por um viés estritamente lingüístico ou gramatical.

Voltando à abordagem discursiva proposta por Pêcheux, mencionamos aqui a obra de 1983, intitulada “Discurso: estrutura ou acontecimento”, a qual se configura como uma crítica à ciência de base escolástica, ao materialismo e à lógica com a qual joga o positivismo, ou seja, que a resposta a uma determinada questão só pode ser dada através da polaridade, isto é, ou é certa ou é errada.

É, sobretudo a partir dessa crítica, que Pêcheux passa a considerar a importância da abordagem, tanto da história quanto da psicanálise. Segundo Teixeira (2005, p.180), tais aproximações consistem em:

História e psicanálise [...] ocupam-se de relatos, no entanto, uma e outra lidam diferentemente com a relação presente/passado. Para a história, essa relação se dá sob o modo da sucessividade (um depois do outro), da correlação (proximidade entre um e outro) e da disjunção (um ou outro, mas não os dois ao mesmo tempo). Já a psicanálise considera-a sob o modo da imbricação (um no outro), da repetição (um reproduz o outro sob outra forma) do equívoco e do quíprocó (o quê está no lugar de quê?). (TEIXEIRA, 2005, p. 180)

As influências de outras ciências provocam um deslocamento no pensamento de Pêcheux sobre a teoria do discurso. É a partir dessas colaborações que o interesse da Análise do Discurso não mais abrange os grandes discursos políticos, mas também passa a considerar os discursos que são produto das relações sociais cotidianas, dirigidos às pessoas comuns, que, à sua maneira, também contam uma história. A conclusão de que a letra é incapaz de abranger o objeto faz com que o conceito de discurso passe a ser ampliado, abarcando outra noção: o acontecimento.

O acontecimento torna-se um conceito essencial, quando ligado à materialidade linguística. O enunciado ganha efeito de sentido articulado ao que está implícito, ao eixo de memória com o qual está relacionado. As palavras adquirem sentido a partir da vinculação com aquilo que aconteceu, assumindo significado no intradiscurso. Nesse aspecto, as palavras, por si só, não possuem um significado estável e fixo. As palavras adquirem sentido ao se circunscreverem em um determinado acontecimento.

O acontecimento é a historicidade, é a exterioridade da língua que se faz presente no fio do discurso. A exterioridade não está à parte, fora da língua: o acontecimento se realiza discursivamente e permite que os sentidos se estabeleçam.

A noção de falha, já mencionada anteriormente por Pêcheux, corrobora a questão do acontecimento, definida pelo autor como o “ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1983, p. 17). É a partir da ideia de que algo falha que podemos pensar o acontecimento como o lugar em que se rompe a estabilidade, trazendo uma nova perspectiva ao discurso, a adesão do sujeito a um sentido, ancorado à memória e à história.

Inegavelmente, a noção de sujeito também começa a ser reconfigurada. A contribuição da psicanálise à Análise do Discurso permite também que um novo sujeito seja pensado. A inscrição no simbólico favorece o equívoco na língua. Isso ocorre porque o a

língua, enquanto cadeia de significantes, é falha. Dizer é, portanto, inscrever um sentido na cadeia significante, a partir de uma memória e de acordo com os sentidos que circulam social, cultural e historicamente.

É fundamentalmente no que se convencionou chamar AD – 3 que o pensamento do autor se solidifica teoricamente, através da articulação da discursividade com a noção de acontecimento, o que corrobora a importância da teoria do discurso fundada por Pêcheux com a proposta deste trabalho.

A questão do acontecimento deve ser vista como a relação do passado com o presente. No entanto, o acontecimento passado não deve ser entendido como um acontecimento histórico datado cronologicamente. Devemos pensá-lo como o deslocamento entre o passado e o que se enuncia no presente. É nessa perspectiva que a linguagem possibilita que a memória seja irrompida no presente, vinculando a atualidade à memória.

Pela noção de acontecimento, conforme afirma Teixeira (2005, p. 180), “não se trata de remeter a palavra a um “passado”, que daria conta dela, mas de buscar um efeito de sentido no entrelaçamento do passado com o presente” (TEIXEIRA, 2005, p. 180). A palavra ao ser remetida para o passado seria simplesmente contextualizada, de forma a prendê-la ao acontecimento. Ao remeter a palavra ao passado, o sentido permanece aderido aquele fato ocorrido.

Na perspectiva de Pêcheux, a palavra ganha novos sentidos, novos contornos, ao irromper na atualidade, ao articular-se o sentido com o que está sendo dito. Nesse aspecto, o sentido é ressignificado e não apenas remetido ao passado. Sobre isso, afirma Teixeira (2005, p. 181): “O acontecimento é fundamentalmente uma interrupção e uma emergência na e pela fala. Pensar o discurso como um acontecimento supõe entender que o discursivo pode parar um processo, romper uma repetição” (TEIXEIRA, 2005, p. 181). O discurso, portanto, assume um novo contorno, a partir da obra de 1983: o discurso é o acontecimento.

Para Courtine,

“o ressurgimento de determinadas formulações faz circular formulações anteriores, já enunciadas; assim, a manifestação discursiva rompe por meio da lembrança de uma fórmula ou ritual que preside à enunciação de um discurso, como um efeito da memória na atualidade de um acontecimento, sob a forma de um retorno da contradição nas formas do diálogo” (COURTINE, 2009, p. 104).

Dessa maneira, o autor reelabora a questão da memória discursiva na Análise do Discurso. Embora o trabalho de Courtine tenha sido articulado tendo como base o discurso político, as contribuições de sua obra são muito pertinentes ao aprimoramento da noção de acontecimento.

A noção de memória discursiva, para Courtine, diz respeito à “existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (COURTINE, 2009, p. 105-106). A memória discursiva é, nesse aspecto, estabelecida ideologicamente, uma vez que, enquanto FD deve estar, segundo o autor, articulada aos níveis da formulação e do enunciado⁹. Em relação a essa questão, diz Courtine (2009, p. 106):

[...] do que nos lembramos e como nos lembramos, na luta ideológica, do que convém dizer e não dizer, a partir de uma determinada posição em uma conjuntura dada, ao escrever um panfleto, uma moção, uma tomada de posição? Em outras palavras: como o trabalho de uma memória coletiva permite, no interior de uma FD, a lembrança, a repetição, a refutação, mas também o esquecimento desses elementos de saber que são enunciados? Enfim, sobre que modo material existe uma memória discursiva? (COURTINE, 2009, p. 106).

O autor indica dois caminhos obrigatórios na articulação da memória com o discurso. Embora afirme que tais caminhos são necessários ao discurso comunista, foco de sua reflexão, parece-nos útil considerá-los necessários a outras abordagens discursivas, dentro da linha teórica da Análise do Discurso. A articulação entre memória e discurso ocorre tanto via repetição quanto via comemoração. A repetição, no eixo interdiscursivo, serve como apelo, lembrança e esquecimento das formulações. Assim, o sujeito falante retoma as palavras, a partir da memória, o que faz com que os sentidos sejam deslocados, deslizados de uma FD a outra. A comemoração, para o autor, diz respeito ao estudo da “representação, no espaço imaginário em que a enunciação por um sujeito inscreve a formulação no interdiscurso, produzida pela FD do processo que a atravessa” (COURTINE, 2009, p. 238-239). O autor demonstra que comemoração produz um recorte que liga o enunciado à memória, que imaginariamente, seria anulada no momento da produção de um novo enunciado. Contudo, os efeitos de sentido produzidos, no interior da memória discursiva, estão determinados por aquele sentido produzido em um primeiro momento. Nessa

⁹ Courtine explica tais níveis da seguinte forma: o nível do enunciado seria a descrição do interdiscurso de uma formação discursiva. O autor denomina o enunciado como “os elementos do saber próprio a uma FD” (COURTINE, 2009, p. 100). O nível da formulação seria a descrição do intradiscurso de uma sequência discursiva, ou “o lugar onde se realiza a sequencialização dos elementos do saber” (COURTINE, 2009, p. 101). Uma rede ou conjunto de formulações está disposta de maneira vertical, no âmbito do interdiscurso, o que permite que os enunciados sejam “indefinidamente repetíveis” (COURTINE, 2009, p. 100).

perspectiva, Brandão afirma que “essa noção implica o estatuto histórico do enunciado inserido nas práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos de Estado” (BRANDÃO, 2004, p. 99).

A questão da memória e do acontecimento também fez parte da reflexão de Guimarães (2002, p. 14). A perspectiva do autor nos interessa em relação à articulação da questão da memória ao acontecimento e à temporalização. Diz o autor:

O sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar nesta memória, portanto não é estar no tempo (dimensão empírica) (GUIMARÃES, 2002, p. 14)

Nessa perspectiva, o autor demonstra o redimensionamento entre a questão da memória (interdiscurso) e o acontecimento. No momento em que “falar é estar nesta memória”, a língua adquire uma outra dimensão, só assumindo significado na relação com o interdiscurso. O passado no acontecimento torna-se, segundo o autor, “um memorável de enunciações recortado pela temporalização do acontecimento” (GUIMARÃES, 2002, p. 15). O autor preocupa-se, portanto, em demonstrar a diferença que há entre a memória discursiva (também chamada de memória de sentidos) e entre o passado do acontecimento, sobre o qual incide a questão do recorte de lembranças, que não ocorre em um tempo exato, empírico ou cronológico: ocorre no tempo do acontecimento. Na perspectiva de Guimarães, o acontecimento é responsável pela temporalização.

3.4 A CONTRIBUIÇÃO DA PSICANÁLISE

Como tentamos demonstrar no percurso teórico desenvolvido, do mesmo modo que o sujeito é considerado incompleto, a língua também o é. O discurso é a realização material daquilo que o sujeito inconscientemente acredita ser: uno, homogêneo e fechado. No entanto, a introdução dos registros lacanianos de real, simbólico e imaginário desfaz essa ilusão. Considerados na teoria do discurso, provoca grandes transformações quanto à concepção de língua e de sujeito.

Fundamentado nos três registros – real, imaginário e simbólico –, o pensamento de Lacan é pautado pela questão do inconsciente na linguagem. O imaginário se situa como o lugar da identificação, o qual se relaciona, na teoria laciana, com o estádio do espelho. Essa

noção se refere à transformação produzida no sujeito quanto assume uma imagem, isto é, com a ilusória unidade que o sujeito possui em relação a ele mesmo. Conforme Fink, o “eu” é uma “produção imaginária”. Portanto, para Lacan, o que fundamenta o imaginário é o estágio do espelho (FINK, 1998, p. 108).

O registro simbólico é o lugar da linguagem, a linguagem é essencial ao sujeito; não se pode pensar senão através da linguagem. O simbólico é uma noção fundamental para pensar a questão sujeito-linguagem em Lacan e como esta se tornou articulável à teoria do discurso. Conforme Fink, “a ordem simbólica possui uma importância avassaladora para os falantes” (FINK, 1998, p. 42). Para o autor, mesmo que se queira pensar em um tempo “pré-simbólico”, a linguagem permanece essencial. O simbólico opera um paradoxo: ao neutralizar o real, o simbólico cria uma realidade, aquela que é instituída pelo falante, que é criada por ele no momento da enunciação. A esse tempo “pré-simbólico”, Lacan denomina “real”. O real é o que está antes do domínio da ordem simbólica. Por isso, é impossível pensar o real, uma vez que vem antes da letra; se o simbólico não pode “dar conta” do real, o real não existe, escapa. Fink afirma que,

o real talvez seja melhor compreendido como aquilo que ainda não foi simbolizado, resta ser simbolizado, ou até resiste à simbolização; pode perfeitamente existir “lado a lado” e a despeito da considerável habilidade linguística de um falante (FINK, 1998, p. 44).

Na perspectiva psicanalítica adotada por Lacan, o simbólico possui um impacto no real, o que faz com que ele desapareça. Por reduzir, anular ou tornar o real inexistente, Lacan utiliza o seguinte esquema:

Simbólico
~~Real~~

(FINK, 1998, p. 45)

Como precede a linguagem, o real não existe, sendo por isso referido por Pêcheux como aquilo que escapa à ordem simbólica. É por esse motivo que a noção de real será fundamentada sob a ótica da Análise do Discurso, sendo explicitada na obra de 1983. Referindo-se à questão do real na língua¹⁰, Pêcheux demonstra que as pesquisas linguísticas devem “construir procedimentos capazes de abordar explicitamente o fato linguístico do

¹⁰ Segundo Ferreira (2001, p. 21-22), o “real da língua” configura-se como a “impossibilidade de se dizer tudo na língua, série de pontos do impossível, lugar do inconsciente de onde o sujeito fala e que não pode ser dito”. A noção do real na língua é denominada, na língua francesa, como *lalangue* (em português, *alíngua*). Nessa perspectiva, o termo, introduzido por Lacan, refere-se à incompletude da língua, à noção de equívoco.

equivoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (cf. PÊCHEUX, 1983, p. 51). Na Teoria do Discurso, a língua é afetada pelo real, o que faz com que o equivoco se constitua parte desta.

Para a compreensão de como é constituído o sujeito lacaniano, devemos pensar, primeiramente, nos elementos que não o constituem, tornando-o, nessa perspectiva teórica, um sujeito sempre incompleto. O sujeito lacaniano não é um indivíduo que não pode ser caracterizado como consciente. De acordo com Fink, a simbolização das imagens é o que garante que as crianças se constituam como “eu”; na perspectiva lacaniana esse eu apenas é coerente aparentemente (FINK, 1998, p.57-58). O autor afirma ainda que esse processo de constituição da identidade, por estar vinculado à ordem simbólica, está sujeito a mal-entendidos, o que gera, a partir disso, uma concepção equivocada a respeito de si mesmo. O sujeito, assim, em sua própria natureza, seria um produto da distorção e dos descentramentos.

O sujeito lacaniano é dividido entre o Eu e o inconsciente. A primeira característica do sujeito seria, então, justamente tal divisão. Essa clivagem é marcada pelo símbolo $\$$ e diz respeito à divisão realizada pela linguagem, quando as crianças começam a falar. Há um antagonismo latente que opera nessa divisão. Diz Fink:

A clivagem do Eu em eu (*falso self*) e inconsciente gera uma superfície num certo sentido com dois lados: um que é exposto e um que é escondido. Embora os dois lados possam não ser constituídos, em essência, de materiais radicalmente diferentes – lingüísticos por natureza – em qualquer ponto ao longo da superfície há uma frente e um verso, uma face visível e uma invisível (FINK, 1998, p. 66) [grifos do autor].

Essa clivagem se realiza entre duas formas de alteridade: o eu como outro e o inconsciente como Outro. Contudo, tal clivagem não pode ser explicada apenas pelo viés lingüístico, encontrando-se além da questão da estrutura.

As noções de sujeito e de língua, em Análise do Discurso serão fortemente resignificadas pela psicanálise lacaniana. A teoria fundada por Pêcheux articula as noções de imaginário, simbólico e real de um modo particular, de forma a estabelecer um gesto interpretativo que seja capaz de analisar o modo como o sentido se manifesta e se constrói no discurso dos sujeitos. Sujeito e sentido são, nessa perspectiva, constituídos e reconstituídos no momento da enunciação.

Assim, a articulação dessas noções está vinculada aos aspectos ideológicos e não a aspectos do inconsciente, como na teoria psicanalítica (cf. ORLANDI, 2007, 16). Orlandi demonstra ainda que o deslocamento da abordagem pecheuxtiana à questão ideológica diz

respeito, principalmente ao “domínio do imaginário e dos efeitos da evidência, produzidos pelos mecanismos ideológicos” (ORLANIDI, 2007, p. 16). Dessa forma, Michel Pêcheux procura, ao longo do seu trajeto teórico, entender o lugar do discurso na articulação entre linguagem, psicanálise e ideologia.

4 A TERCEIRA IDADE

4.1 O NOVO SUJEITO IDOSO: UMA PERSPECTIVA IDENTITÁRIA

A sociedade contemporânea passa por inúmeras transformações quanto à questão da subjetividade e da identidade. Nela, o sujeito idoso assume uma condição marginalizada e paradoxal. De um lado, convive com a identidade relacionada à sua história e trajetória de vida e, de outro, com a exigência social da eterna juventude. Conforme Tedesco, na pós-modernidade, há uma busca narcísica nos indivíduos no tempo histórico e social para a auto-satisfação, resultando em um recentramento dos sujeitos pautados pela valorização de novos signos culturais (consumo, lazer, estética, ócio) (2004, p. 66).

Na perspectiva adotada neste estudo, importamo-nos, sobretudo, em refletir sobre as características desse novo sujeito idoso, cujas práticas linguísticas e sociais aí se situam. As mudanças pelas quais passa incidem diretamente na questão identitária.

Na pós-modernidade, há um rompimento com a noção de identidade, tal como é comumente concebida. Segundo o dicionário Houaiss, o vocábulo “identidade” pode ser definido como “o estado do que não muda, do que fica sempre igual”. Essa é a definição que normalmente se utiliza e que permite distinguir os sujeitos na sociedade.

Contudo, atualmente, tal noção é redimensionada. Não mais vista como estável e homogênea, passa a ser pensada como algo fragmentado e heterogêneo, que funda um sujeito sem referências e sem história. A ideia, pois, de um sujeito centrado e unificado, cuja concepção de identidade residiria em um caráter estável e homogêneo já não é mais aceitável. A instauração da pós-modernidade introduz o seguinte questionamento: o que é ser sujeito hoje?

O processo de criação da pós-modernidade ocorre, segundo Dufour com base em uma “fratura na modernidade” (2005, p. 25-26). O desaparecimento das forças em que a chamada “modernidade clássica” se apoiava contribui para seu desaparecimento e para o surgimento de novas formas de identidade, calcadas na fragmentação e na dispersão dos sujeitos. O autor reflete sobre a redução da atividade humana à categoria de mercadoria. Nessa perspectiva, o discurso do sujeito também é afetado. Nele, é possível perceber as formas que a sociedade contemporânea concebe os seres, tratando-os somente como produtos.

Na sociedade pós-moderna, observamos que há um apagamento do vivido e do experienciado para dar lugar a comportamentos padronizados, estipulados pela mídia, pela

moda e pela necessidade de consumo. A identidade dos sujeitos passa a adquirir estatuto de mercadoria, comprável conforme as exigências do Mercado.

Alguns fatores elencados por Dufour contribuem para a percepção de que a sociedade está passando por uma profunda transformação social. A valorização exacerbada da beleza e da juventude, veiculadas pela mídia; a inversão de papéis familiares e a própria mudança no conceito de família; a violência oriunda da falta de referências do sujeito e a demanda pela saúde perpétua interessam particularmente a este trabalho, uma vez que tocam em pontos que devem ser aprofundados e na reflexão sobre a fundação do novo sujeito.

A modernidade, segundo o autor, caracterizou-se por indivíduos assujeitados às várias formas de figuras do grande Sujeito. O declínio da instituição da Igreja e a reflexão sobre o papel da subjetividade, através da filosofia favorecem o surgimento, por volta dos anos 1800, de um sujeito crítico e submetido à moral: o sujeito kantiano.

Já em 1900, a sociedade assiste à fundação de um novo sujeito – o sujeito freudiano – submetido à neurose, já que não é possível “satisfazer a liberdade crítica do sujeito kantiano” (DUFOUR, 2005, p. 53). O sujeito freudiano é submetido à culpabilidade, que nasce da dívida simbólica com o Outro. O Outro seria o grande Sujeito, aquele ao qual o sujeito deve pagar essa dívida, a dívida em torno da linguagem, da nomeação.

Embora, à primeira vista, contraditórias, essas duas concepções de sujeito coexistem. Dufour afirma que é justamente por ser neurótico e, portanto reprodutor de repetições, que o sujeito moderno consegue ser crítico e neurótico ao mesmo tempo. O autor assegura que “a modernidade deve tudo a esses dois sujeitos intimamente ligados pela relação com as múltiplas figuras do Outro que a caracteriza” (DUFOUR, 2005, p. 57). Na transição da modernidade à pós-modernidade, contudo, essas duas formas de subjetividade desaparecem abruptamente.

Na pós-modernidade, presenciamos o declínio do grande Sujeito e o desaparecimento das formas-sujeito kantiano e freudiano. Assim, voltamos ao questionamento anteriormente formulado: o que significa ser sujeito na sociedade atual? Como forma de fornecer uma resposta a essa complexa questão, Dufour afirma que a falta de referências na contemporaneidade ocasiona o nascimento do sujeito psicótico. Segundo o autor,

o sujeito pós-moderno não é apenas clivado, ele está “esquizado”. Todo sujeito se encontra assim às voltas com sua autofundação; ele decerto pode ter êxito, mas não sem se encontrar constantemente confrontado com falhas, mais ou menos graves. Essa distância interna do sujeito para com ele mesmo se descobre como inerente ao sujeito pós-moderno e modifica sensivelmente o diagnóstico feito por Freud quanto ao sujeito moderno, tendente à neurose – constituindo a psicose, para ele, a exceção. (DUFOUR, 2005, p. 92).

A concepção de sujeito, na pós-modernidade está ligada ao desaparecimento das referências. O grande Sujeito, que anteriormente regulava e significava a vida do sujeito, sob a forma da religião, da política, da ideologia, do trabalho, desapareceu. Na nova sociedade, o sujeito vive iludido com uma liberdade dissimulada, que ao mesmo que lhe fornece opções de escolha, oferece quais escolhas se deve optar.

Essa é uma dimensão negativa da pós-modernidade, em que se instaura um profundo paradoxo: temos liberdade, mas não podemos ter liberdade de errar. Percebemos que esse é um meio de iludir o sujeito e levá-lo à falsa impressão de que é responsável pelas suas escolhas. No entanto, se há, conforme Dufour, um grande Sujeito na sociedade atual, esse sujeito é o Mercado. É ele quem regula as escolhas dos sujeitos, é ele quem empurra os sujeitos para o consumo frenético, sem objetivos, é o Mercado, o grande Sujeito, que sem dúvida, descarta e aproveita, considera e desconsidera, provocando nos sujeitos o desespero de não saber o que querer.

Nessa perspectiva, articulamos a tentativa da sociedade atual de, por exemplo, inserir/excluir o sujeito idoso, dando-lhe a opção entre seguir fazendo parte da juventude (interessante ao Mercado) ou assumir a condição natural da velhice (desinteressante ao Mercado). Na primeira opção, o sujeito seria inserido na sociedade, através da profusão de produtos destinados a “conter” a velhice. Na segunda, o sujeito seria rejeitado, uma vez que a sociedade atual descarta o que é considerado “velho”, o que não apresenta estatuto de mercadoria¹¹.

Com base na reflexão apresentada, consideramos que a sociedade contemporânea busca instituir uma forma-sujeito¹², cujas marcas de historicidade, memória e tempo sejam

¹¹ Salientamos a importância que a questão financeira adquire na ótica mercadológica, uma vez que o idoso que possui acesso às ofertas da mídia e do sistema capitalista, é acolhido socialmente, enquanto o idoso pobre é cada vez mais rejeitado e excluído pelo sistema.

¹² Dufour explica a questão da forma-sujeito em relação ao neoliberalismo, dizendo que ao invés de um sujeito duplamente determinado (crítico kantiano e neurótico freudiano), nascido na modernidade, a pós-modernidade cria uma nova forma-sujeito, dispondo de “um sujeito *a-crítico* e, tanto quanto possível, *psicotizante*, isto é, um sujeito disponível para todas as conexões, um sujeito incerto, indefinidamente aberto aos fluxos de mercado e comunicacionais, em carência permanente de mercadorias para consumir” (DUFOUR, 2005, p. 118) [grifos do autor].

apagadas. Nesse aspecto, a velhice, em termos sociais e ideológicos, é vista como indesejável à sociedade moderna, uma vez que rompe com os ideais e as aparências que o Mercado deseja manter.

Na pós-modernidade, observa-se uma necessidade de apagamento do tempo, onde todas as vivências e a história que sustentam a vida do sujeito necessitam ser esquecidas, para que o Outro possa nomear e prescrever a forma como esse sujeito possa vivenciar as suas experiências. Em resumo, na contemporaneidade presencia-se a necessidade de apagamento de histórias de vida, como fundadoras da subjetividade. Em seu lugar, observamos um sujeito ávido pelo porvir, pela novidade, como se a sua identidade pudesse estar calcada em um futuro, ao invés de estar relacionada ao passado.

Dufour demonstra que “com os velhos, os jovens deveriam encontrar a quem falar, no duplo sentido de conversar e de serem acolhidos” (DUFOUR, 2005, p. 205). O autor afirma que, na pós-modernidade, tornou-se comum negar o aspecto geracional. Há, segundo o autor uma dessimbolização geracional implicada na relação jovem-idoso. Há uma mudança na forma como a família, enquanto sistema de valores e referências para os mais jovens está se reestruturando. Atualmente, a família deixou de ser uma instituição hierarquizada, com papéis definidos a serem ocupados. Hoje, a relação entre pais e filhos, entre avós e netos se dá linearmente. É por esse motivo que o autor acredita que há uma dessimbolização geracional.

Para Dufour, a dessimbolização objetiva a troca de valores morais por valores monetários, isto é, na sociedade pós-moderna, tudo o que não pode ser convertido em mercadoria, pois não possui um valor de mercado, é desacreditado. A dessimbolização, segundo o autor, objetiva “erradicar o componente cultural, sempre particular” (DUFOUR, 2005, p. 200)¹³. Nessa perspectiva, não há mais a socialização familiar, o que faz com que a diferença geracional tenda a desaparecer, no momento em que a sociedade moderna passa a tratar todos – pais e filhos, professores e alunos – de maneira igual (cf. DUFOUR, 2005, p. 204).

¹³ Além da dessimbolização geracional, há ainda outras duas formas: a dessimbolização venal e a niilista. Na reflexão sobre a dessimbolização venal, o autor mostra que esta se caracteriza pela perda da moeda como símbolo de representações patrimoniais para ceder lugar ao euro, dinheiro que possui um valor neutro, pelo qual só é possível tê-lo ou não tê-lo. Por dessimbolização niilista, o autor se refere às formas que os jovens usam para demonstrar sua revolta e sua impossibilidade de reverter a situação política, em um círculo vicioso que condiciona os que se aproveitam e os que padecem com o sistema capitalista.

4.2 O IDOSO E A TERCEIRA IDADE NA CONTEMPORANEIDADE: UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA

O envelhecimento é um processo natural e é uma fase da vida de todos os indivíduos. Cientificamente, a vida humana é composta por cinco fases: nascer, crescer, reproduzir-se, envelhecer e morrer. O envelhecimento é o fechamento de um quarto ciclo da vida humana, anterior à morte. Por esse motivo, a velhice, muitas vezes, é vista como uma etapa final e sofrida na vida de um indivíduo, o que provoca, no idoso e naqueles com quem ele convive, uma sensação de desconforto, de incômodo. Assim, nessa perspectiva, frequentemente o idoso é humilhado, oprimido e esquecido.

Social e antropologicamente, a experiência de envelhecer vem sendo refletida, questionada e modificada ao longo dos anos. No entanto, na sociedade atual, “ser velho” é sinônimo de estar desatualizado, não estar familiarizado com as novidades da ciência ou da tecnologia, sentir-se cansado ou nostálgico. Não raro, escutamos enunciados como “parece um velho”, “isso é coisa de velho”, “isso está ruim, porque está velho”. O sistema capitalista é tão cruel que nossas atitudes e opiniões são pautadas por simples dicotomias: novo/velho, bom/ruim. Ele provoca, na contemporaneidade, uma amnésia constante relativa aos valores afetivos que constituem o indivíduo em sujeito.

Dessa forma, entendemos que o sujeito, para o sistema capitalista, deve ser atemporal, esquecendo-se da sua trajetória enquanto sujeito de sua própria história, esquecendo-se daquilo que vivenciou. O sistema capitalista tenta, de inúmeras formas, domesticá-lo para que ele não lembre, apenas consuma. Assim, o próprio tempo torna-se um produto, que deve ser consumido, saturado, para que o sujeito não seja um sujeito da memória.

Voltamos a essa questão porque acreditamos que o sistema ao qual está submetido, não permite que o sujeito pense por si só, tenha a sua própria história. A ideia que vigora no capitalismo é a noção de que o sujeito é um simples consumidor, ávido pelo que é novo; um consumidor que despreza o que não é inédito. Assim, resta a esse sujeito, conservar a sua memória, como uma tentativa de fuga, de conexão com seus desejos e suas vontades, com aquilo que desejaria que fosse verdade.

Em uma relação histórica, percebemos que há uma mudança de paradigmas quanto à questão do envelhecimento: se antes os mais velhos eram respeitados e se impunham como responsáveis pela manutenção de valores familiares e sociais, atualmente são

menosprezados por sua condição, ignorados, excluídos. Há um grande paradoxo, provocado pelas mudanças sociais: se antigamente, os mais velhos eram aqueles que aconselhavam, que diziam a “palavra final” a respeito de determinado assunto, hoje, não têm mais quem os escute.

Bosi (1994, p. 76-77) lembra de uma antiga lenda balinesa, onde a voz do idoso era ouvida, estabelecendo, dessa forma um contraponto com a sociedade atual:

Uma lenda balinesa fala de um longínquo lugar, nas montanhas, onde outrora se sacrificavam velhos. Com o tempo não restou nenhum avô que contasse as tradições para os netos. A lembrança das tradições se perdeu. Um dia quiseram construir um salão de paredes de troncos para a sede do Conselho. Diante dos troncos abatidos e já degalhados os construtores viam-se perplexos. Quem diria onde estava a base para ser enterrada e o alto que serviria de apoio para o teto? Nenhum deles poderia responder: há muitos anos não se levantavam construções de grande porte, e eles tinham perdido a experiência. Um velho, que havia sido escondido pelo neto, aparece e ensina a comunidade a distinguir a base e o cimo dos troncos. Nunca mais um velho foi sacrificado (BOSI, 1994, p. 76-77).

Os mecanismos que a sociedade moderna criou, ao longo do tempo, contribuem para que a velhice não seja aceita como uma fase da vida humana. A mídia, a indústria da beleza e as instituições contribuem para propagar a possibilidade de uma eterna juventude, amparada pelas inovações tecnológicas, pela indústria farmacêutica e de cosméticos e, principalmente, pelo bombardeio de imposições veiculadas pela mídia. Há uma tentativa de conter a juventude, de prolongá-la, principalmente no que diz respeito à imagem: é cada vez mais comum o anúncio de cremes antirrugas, de cirurgias plásticas, de tinturas de cabelo, de loções contra a calvície. A sociedade, de uma forma cruel, impõe uma “escolha” entre a prorrogação da juventude e a exclusão na velhice.

Sobre essa reflexão, mencionamos as palavras de Lins de Barros (2006, p. 16):

A juventude, positivada neste modelo, apresenta-se como um contraste à velhice e como um padrão de vida que deve ser estendido a todas as faixas etárias. A velhice estigmatizada, por outro lado, não desaparece de nossa realidade. Ela é colocada, apenas, em outro lugar e é adiada para outro tempo da vida de cada um de nós (LINS DE BARROS, 2006, p. 16)

É necessário observarmos o quanto as nossas atitudes e nosso próprio discurso está impregnado pela ideia de que a juventude deve ser conservada, enquanto a velhice deve ser rejeitada. É dessa forma que, linguisticamente, criamos formas de nomear e categorizar essas fases da vida, de maneira a atribuir-lhes novos sentidos.

Assim, observamos que o envelhecimento deixa de ser uma fase natural da vida e passa a ser tratado como uma categoria social. Dessa forma, um fator biológico, ao qual todos estamos sujeitos passa a ser nomeado pelo Outro. A questão da finitude da vida e da própria proximidade da morte é tratada pelo Outro como uma barreira, um silêncio, um assunto indesejável. Logo, o velho, que se constitui como o representante dessa categoria social passa a ser discriminado e marginalizado pela sociedade, o que provoca uma crise em relação à sua identidade. Assim, passa a viver do passado, atribuindo a esse o tempo a história de sua vida. Quantas vezes não escutamos de um idoso, enquanto recorda de sua vida, o enunciado “No meu tempo...”? Bosi diz: “Curiosa é a expressão meu tempo usada pelos que recordam. Qual é o meu tempo, se ainda estou vivo e não tomei emprestada minha época a ninguém, pois ela me pertence tanto quanto a outros, meus coetâneos?” (BOSI, 1994, p. 421). Essa expressão não é apenas curiosa, como é caracterizadora da identidade do idoso. Observamos, na análise desses discursos, como essa expressão engendra, no discurso dos sujeitos, uma relação identitária.

Gramaticalmente o pronome “meu” é um pronome possessivo de primeira pessoa. Discursivamente, uma análise mais aprofundada revela que esse pronome pode não remeter a apenas uma situação de posse, revelando sentidos além desta. A posse do tempo, no caso do enunciado analisado, possibilita entender que o sujeito quer ser autor de uma história; há uma ideia de autoria presente: o sujeito precisa atribuir os momentos vividos a um determinado estágio da sua vida. Mas por que atribui esse valor ao passado? Por que não ao presente? Novamente, entendemos que a sociedade moderna modifica a condição desse sujeito. A ele não é mais dado o direito de viver o presente; a velhice não pode ser vista pela sociedade, porque ser idoso é, muitas vezes, lembrar a inatividade, a solidão, a fraqueza. Por isso, cada vez mais a contenção e o silenciamento desse estágio da vida. Dufour (2005, p. 15) afirma:

A nova montagem do indivíduo se efetua, pois, em nome de um “real” no qual é melhor consentir que a ele se opor: ele deve sempre parecer doce, querido, desejado, como se tratasse de *entretenimentos* (exemplos: a televisão, a propaganda...). Bem cedo veremos que formidável violência se dissimula atrás dessas fachadas *soft*. (DUFOUR, 2005, p. 15, grifos do autor).

Especificamente neste trabalho, a expressão “naquele tempo” é bastante utilizada nos relatos. Acreditamos que tais expressões manifestam o desejo que os sujeitos têm de permanecerem ligados ao passado, de forma a estabelecer raízes e ter uma história singular que possa ser a marca de uma vida.

SDR 1 – “... porque eu fui criada **naquele tempo** que a gente tinha muito respeito... **sempre** tem um respeito... **hoje** também, o respeito **tem que estar sempre presente.**”

SDR 2 – “E a gente... **eu** dizia que **eu** queria, que **eu** gostaria de ter filhos homens, porque **naquele tempo** não existia o termo mãe solteira **ainda**, porque **naquele tempo** era muito chocante pra família...”

Percebemos, na análise da SDR 1, que o sujeito estabelece uma relação entre o passado e o presente, através do uso de expressões temporais que remetem ao tempo rememorado (o vivido) e o tempo presente. Além disso, observamos que há uma diferença no que diz respeito aos valores estabelecidos no passado e os valores atuais. No enunciado “a gente tinha muito respeito”, o uso do pretérito, em seu aspecto acabado, exprime, de forma precisa, uma ação concluída, um fato consumado, não deixando dúvidas no dizer do sujeito. Já no enunciado “hoje também o respeito tem que estar...”, a perífrase verbal “tem que estar” carrega a possibilidade de ausência de respeito, indo numa outra direção de sentido: de recomendação e não de afirmação. O emprego do pretérito e do presente, nesse caso, situa a posição-sujeito do enunciador que segue reproduzindo, em seu discurso da atualidade, os valores trazidos da infância, da criação e dos valores aprendidos na família.

Em relação à SDR 2, notamos a repetição (excesso) do pronome pessoal “eu” que afirma um desejo que o sujeito possui em relação ao outro que o constitui. Notemos que há a repetição de verbos no pretérito imperfeito, os quais expressam um tempo inconcluso, que se desenrola até o momento presente. Além disso, há também o verbo “querer”, no futuro do pretérito, tempo verbal que remete a uma probabilidade e não a uma certeza. Assim, acreditamos que o enunciado não expressa um tempo absoluto, configurando-se como a ação em curso. Interpretamos que essa vontade expressa pelo sujeito – sob a forma do verbo “gostaria” – está vinculada ao tempo em que se tornar “mãe solteira” era visto como um choque para a família. Na análise das duas sequências apresentadas há uma relação de tensão, de mudança entre o passado e o presente. Essa mudança está atribuída ao deslocamento das condições sócio-históricas em que esse discurso é produzido.

Essas afirmações são corroboradas pela reflexão de Lins de Barros (2006). Para a autora,

“No meu tempo”, expressão recorrente nas narrativas de lembranças, incorpora um contraste entre o bom tempo do passado e o momento presente de insatisfação com as mudanças na vida familiar, nos costumes, nos espaços públicos da cidade. Nas falas, predomina o sentimento de rejeição e de não pertencimento ao mundo atual (LINS DE BARROS, 2006, p. 115).

Essa marca – perceptível no fio do discurso – permite entender como ocorre a relação entre o passado e o presente no discurso. Essa relação temporal expressa que os autores das histórias assumem um tempo como o seu, repleto de valores e ideias que não mais são percebidas na sociedade contemporânea.

O que tentamos articular neste trabalho é a maneira como esses sujeitos se posicionam ao observarem suas histórias de uma perspectiva temporal distinta. Esse percurso é complexo, uma vez que os mesmos sujeitos que vivenciaram as experiências de vida são os sujeitos que as observam de uma exterioridade. É na forma como se reelabora linguagem e memória que desvelam-se sentidos construídos e desconstruídos ao longo do tempo.

As pesquisas que abordam a perspectiva da velhice devem considerar que as mudanças de paradigma relacionadas à presença e à reinserção do idoso socialmente modificam a maneira de pensar de toda a sociedade e não somente do sujeito propriamente idoso. Citamos o exemplo dos frequentes episódios de violência a que assistimos constantemente, os quais muitas vezes são ocultados pelos meios de comunicação, pelas autoridades e pelos próprios sujeitos que a vivem, tornando-se esquecidos. Há, no entanto, muitas formas de violência, subjacentes às atitudes com os idosos: além da violência física, as agressões, a violência moral, o abandono, a negligência, os danos ao patrimônio financeiro.

Julgamos necessário, portanto, refletir sobre as faces que essa violência adquire no cotidiano, a qual se presencia constantemente, muitas vezes, sem dar-nos conta. Essa violência velada atinge o sujeito idoso, que não tem meios de se defender, justamente, porque a ele foi delegada a tarefa de viver do passado, um passado que não era assim.

Inúmeras são as formas que a violência assume no nosso dia a dia: ao idoso, geralmente aposentado, é assegurado o “benefício”. Ora, aquele indivíduo que trabalhou durante toda a vida, tem o direito de ter um “benefício”, um auxílio, um favor, uma proteção. Há, na velhice uma inversão de valores: todo o árduo trabalho que o sujeito teve durante a vida, suas contribuições, o pagamento de taxas, de impostos são relativizados na forma de um benefício, como se esse fosse um favor que a sociedade, a justiça e os governos prestam ao idoso.

Além disso, a violência assume uma ótica mercadológica: a própria doença, que normalmente atinge aos idosos é tratada como um produto a ser vendido. Os planos de saúde utilizam inúmeras formas de burlar as leis para, com isso, obter o lucro à custa da população mais atingida pelas doenças e enfermidades, naturais à fase da vida. Além disso, é cada vez mais comum o surgimento de programas de assistência à saúde do idoso, formado por profissionais capacitados para o cuidado. O que antes era uma função atribuída à família (ou até mesmo a uma pessoa conhecida desta), o cuidado com um avô, com um pai, com a mãe enferma, torna-se facilmente resolvido com o pagamento de prestações a uma equipe de pessoas estranhas ao idoso, mas que garante a manutenção da rotina dos familiares.

Envelhecer com dignidade tornou-se tão difícil que cada vez se demonstra a urgência de estudos e de reflexões que discutam a posição do idoso na sociedade moderna. A mudança dos paradigmas em relação ao que significa ser velho promoveu a multiplicação de episódios de violência – física ou moral – a qual o idoso está submetido. Em 1982, a Carta de Viena, escrita ao final da Assembleia Mundial sobre o envelhecimento já sinaliza a preocupação com a população idosa:

La especie humana se caracteriza por una larga infancia y una prolongada vejez. A lo largo de la historia esto ha permitido a las personas de mayor edad educar a los más jóvenes y transmitirles valores; esta función ha garantizado la supervivencia y el progreso del hombre. La presencia de los ancianos en el hogar, la vecindad y en todas las formas de vida social sirve aún de lección insustituible para la humanidad¹⁴. (ONU, 1982, p. 10)

A prolongada velhice, a qual é citada na referida Carta de Viena demonstra a preocupação dos países com o aumento populacional do idoso, bem como a falta de proteção e a discriminação que tal população sofre. Especificamente no Brasil, o avanço populacional dos idosos levou o Estado a criar leis que em defesa desse sujeito. A Constituição Federal de 1988, no artigo 230, defende que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 1988). Contudo, o artigo em questão é extremamente genérico, assim como os dois parágrafos que o sucedem, os quais dispõem sobre os programas de amparo e a gratuidade do transporte público. A questão do idoso, tão

¹⁴ Tradução: A espécie humana se caracteriza por uma longa infância e por uma prolongada velhice. Ao longo da história, isso permitiu às pessoas mais velhas educar aos mais jovens e lhes transmitir valores; esta função garantiu a sobrevivência e o progresso do homem. A presença dos idosos no lar, a vizinhança e em todas as formas de vida social serve ainda de lição insubstituível para a humanidade.

importante quanto a de qualquer grupo oprimido, é reduzida ao caráter assistencial, em apenas dois aspectos necessários, mas não suficientes para assegurar o direito da pessoa idosa.

A criação da lei 8.842, de 1994, que dispõe sobre o Conselho Nacional do Idoso, configura-se como uma maneira de incluir essa parte oprimida da sociedade. O Conselho Nacional do Idoso permite a posterior criação do Estatuto do Idoso (lei 10.741, de 1º de outubro de 2003). Tal lei se destina a “regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (BRASIL, 2003). Assim, demonstramos que começa a ser definido um meio de dar proteção, assistência e espaço para a discussão sobre o papel do idoso no país, bem como se inicia a reflexão sobre as políticas públicas para os idosos.

A condição de produção dessas leis está relacionada ao aumento da população idosa, tanto mundial quanto nacionalmente. Atualmente, a população idosa no Brasil representa, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹⁵ (IBGE), 9,49% da população brasileira. Além disso, julgamos importante considerar que a formação da população idosa no Brasil vem crescendo anualmente, tendo dobrado nos últimos 50 anos: passou de 4%, em 1940 para 9% em 2000. As projeções apontam que em 2020, os idosos, ou seja, as pessoas de idade igual ou superior a 60 anos, sejam cerca de 15% da população nacional, representando trinta milhões de idosos, podendo ser considerado o sexto país do mundo em população idosa. A nível mundial, podemos afirmar que o crescimento da expectativa de vida subiu de 41% desde 1950, ou seja, de 46 para 65 anos, com maiores aumentos nos países em desenvolvimento (cf. PARENTE et al., 2006, p.23). Muitas das pesquisas tomam como referência a divisão etária que a OMS – Organização Mundial de Saúde – faz entre nações desenvolvidas (65 anos) e nações subdesenvolvidas (60 anos). Segundo Correa (2009, p. 41-43), a população idosa chegará a superar, em 2050, o número de crianças pela primeira vez na história. Além disso, demonstra que os indivíduos com sessenta anos ou mais representarão 32% da população mundial, chegando ao número de dois bilhões de pessoas. A autora ainda afirma que “a Europa deverá ter 35% da população idosa; a América do Norte, 27%; a África 10%; a América Latina, 24%” (CORREA, 2009, p. 42-43).

Todos os dados apresentados indicam o considerável aumento da população idosa, demonstrando que a sociedade moderna deverá aprender uma nova maneira de lidar com o sujeito idoso. Essa mudança de paradigma nos leva a crer que a questão identitária é profundamente modificada na atualidade, uma vez que esse sujeito se descentraliza, se

¹⁵IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. sobre dados referentes à projeção da população, no ano de 2008, com idade superior a sessenta anos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php?idnivel=BR&idserie=POP312> Acesso em: 20 jun. 2010.

fragmenta, já que um novo olhar recai sobre ele. Dentre as questões apresentadas, refletimos como a identidade desse sujeito deve ser pensada. Que papel social representa o sujeito idoso na atualidade?

Para responder a esses questionamentos, analisamos alguns enunciados recorrentes socialmente. Um dos exemplos que desejamos mostrar aqui, pelo estatuto lingüístico e discursivo a que se propõe neste trabalho, refere-se à criação de novas formas de referir-se a essa fase da vida. Muitos termos são utilizados para referir-se a esse estágio da vida humana: “melhor idade”, “feliz idade”, “terceira idade”. Observemos que o uso desses epítetos oculta a realidade e a propagação de idéias tidas como desagradáveis ou chocantes. Discursivamente, tais eufemismos propiciam o silenciamento de vocábulos como “velho”, o qual, na sociedade atual é rotulado como depreciativo.

Orlandi afirma que “quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; o silêncio “fala” por elas; elas silenciam” (2007, p. 14). Nessa ótica, entendemos que a sociedade, na contemporaneidade, tenta silenciar alguns sentidos, nomeando-os através de vocábulos, de outros discursos. São formas que tentam dissimular alguns sentidos que estão assentados socialmente, que não vão simplesmente ser deslocados pela simples mudança dos termos que os designam.

Através dessa abordagem, tentamos demonstrar o quão íntima é a relação entre linguagem e ideologia. Esta funciona em relação à materialidade da língua e à opacidade dos sentidos. E é no encontro entre a materialidade da língua e a materialidade da história que se produz o discurso. Por esse motivo, essas novas formas de se referir à velhice impedem que o termo “velho” venha a emergir, evitando uma referência direta à etapa final da vida e às características naturais dessa fase: cabelos brancos, pele enrugada, caminhar mais lento, dores, perdas.

No entanto, a sociedade moderna – sobretudo a mídia – deseja que o sujeito não associe sua idade cronológica a essas características, justamente pelo fato de a população idosa estar em constante expansão e se constituir num alvo do mercado. Assim, o sujeito velho, antes excluído, passa a ser (re)inserido socialmente, face à lógica capitalista que o enxerga como consumidor potencial. De qualquer forma, a negação ou a aceitação dessa condição, para o idoso, provoca profundas mudanças quanto à constituição de sua identidade.

Os termos “melhor”, “feliz” e “terceira”, referidos anteriormente, são meios de caracterizar o estágio da vida pelo qual esses sujeitos estão passando. Os dois primeiros remetem a ideia de uma velhice tranquila, na qual o sujeito poderá fazer tudo o que não teve oportunidade de fazer em sua vida adulta. As obrigações da vida adulta, como a criação dos

filhos e o compromisso com o trabalho já não devem ser as prioridades desse sujeito. Não é por acaso que as empresas de turismo aderiram a essa denominação¹⁶ para “ganhar” os clientes. Assim, a sociedade cria objetos de consumo para a pessoa idosa: a oportunidade de lazer e diversão.

Acrescentamos à breve abordagem linguística aqui apresentada, o olhar de outras áreas das Ciências Sociais e Humanas que podem contribuir para essa reflexão. Alguns estudos nessas áreas, demonstram que a “terceira idade” é uma categoria culturalmente produzida, isto é, varia entre as diversas culturas e não possui relação com a idade cronológica, mas sim com a representação, uma categoria criada socialmente. No entanto, tanto linguística quanto antropologicamente falando, tais categorias criadas têm a intenção de esquivar os sentidos de termos não mais aceitos socialmente, como “velho” e “senil”, por exemplo.

Acreditamos que criar um eufemismo para categorizar esse grupo da população é uma forma de tentar silenciar os aspectos referentes ao envelhecimento. É como se, ao criar um vocábulo novo que sirva para nomear esse grupo, toda a relação sócio-histórica se torne esquecida e se passe a tratar os sujeitos, antes marginalizados como parte da sociedade.

Através dos aspectos citados, acreditamos que há, em um nível linguístico-discursivo, um processo de dessimbolização latente (DUFOUR, 2005), que desloca sentidos de forma a ressignificá-los discursivamente. Explicamo-nos: ao nomearmos uma parcela da população como “cidadãos de terceira idade” e não como “velhos”, temos a impressão de que estamos mudando toda a concepção que, ao longo do tempo foi criada em relação a esses sujeitos, ou seja, há um apagamento da condição sócio-histórica em que foi produzida. Há, portanto, por parte dos mecanismos sociais de controle, um desejo de que haja o esquecimento das condições sociais, histórica e culturais que determinadas designações foram produzidas, de modo a fazer com que o sujeito seja um sujeito sem memória, agindo como se fosse um simples depositário do que a sociedade considera relevante.

Consideramos que a noção de dessimbolização, portanto, implica uma mudança que desloca os sentidos, dando-lhes uma nova dimensão. Para Dufour, não há mais um “enodamento histórico” entre a linguagem, o político e o religioso, que anteriormente, determinava o sujeito, caracterizando-o como neurótico, ou seja, como “devedor de uma dívida simbólica em relação ao que funda o conjunto” (cf. LEBRUN, 2008, p. 103). Em

¹⁶ A campanha “Viaja Mais” do Ministério do Turismo é voltada especificamente a essa parcela da população. Disponível em: <<http://www.viajamais.com.br/viajamais/>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

contrapartida, presenciamos atualmente, a morte desse sujeito moderno e o conseqüente desligamento do simbólico, responsável pelo enodamento histórico.

Esse deslocamento de sentidos incide na desestabilização da identidade idosa. Tais aspectos vinculam-se à ordem ideológica, uma vez que o idoso passa a conviver com as várias facetas do processo de envelhecimento, como a contradição de ser idoso e não ser aceito socialmente ou de assumir uma identidade “juvenil” para não ser rejeitado.

Novamente, voltamos à questão da finitude da vida, a qual também é rejeitada na sociedade moderna. A morte deve ser evitada, não se pode falar nessa palavra. A morte é a certeza de que o sujeito é finito e, sobretudo, incompleto. Sobre essa questão, De Certeau (1998, p. 298) afirma:

O “derradeiro momento” é somente o ponto último onde se refugia, se exacerba e se aniquila o desejo de dizer. Sem dúvida aquilo que da morte tem a forma de expectativa se insinua muito antes na vida social, mas sempre tem que mascarar a sua obscenidade. Sua mensagem se trai nos rostos que vão se desfazendo, mas só têm mentiras para dizer os que anunciam (calem-se, relatos de envelhecimento, contados por meus olhos, minhas rugas e inúmeros pesos), e todos evitam fazê-los falar (não nos digam, rostos, aquilo que não queremos saber). (DE CERTEAU, 1998, p. 298).

A partir dessas considerações, entendemos que o fato incontestável de a velhice estar próxima da morte acaba sendo reforçado negativamente pelo Mercado e pela mídia, o que estabelece profundas contradições na identidade dos sujeitos. Por isso, a atitude paradoxal de ser idoso, mas não querer se sentir dessa forma. O idoso possui uma história, que é única e que tem a ver com seu passado, com os fatos que retém na memória que estão também atravessados por sua imaginação. Essa história dá ao sujeito uma ilusão de unidade, uma crença de que a sua identidade não é fragmentada, não é cindida.

A relação que o sujeito possui com o imaginário, a memória e o tempo faz com que ele seja um sujeito da linguagem. Contudo, a partir da perspectiva que adotamos neste trabalho, o sujeito também se edifica na relação que assume com o seu passado. O sujeito resgata, do passado, o que é relevante e constitui a sua subjetividade e sua identidade. Dessa forma, compreendemos que há uma relação profunda com o tempo, uma vez que não há uma relação linear, tampouco sucessiva entre o tempo da memória (o passado) e o tempo do lembrar-se (o presente). Sendo assim, o discurso está permeado por uma série de elementos que vivem no limiar entre a “verdade” e a ficção. É aí que reside o discurso desse sujeito.

O sujeito, que produz o seu discurso neste tempo e espaço, está, evidentemente, preso ao caráter pós-moderno que apaga o vivido. A pós-modernidade tenta apagar o tempo. Contudo, não consegue apagar a memória do sujeito. Esse sujeito é, pois, um sujeito da memória.

Neste trabalho, tentamos demonstrar a articulação das questões linguísticas à forma como o sujeito constrói a sua identidade. Acreditamos, portanto, que uma das maneiras de o sujeito resistir ao processo de massificação e apagamento do tempo vivido, proposto pelo sistema ao qual está inserido, é preservar sua história, sob a forma de sua memória e sua biografia.

Com base nas reflexões aqui apresentadas, acreditamos que a preservação do passado, é uma garantia de construir a identidade. A sociedade contemporânea tenta, de inúmeras formas, trabalhar em um fluxo contrário, subtraindo o passado dos sujeitos de forma que este não crie raízes e não acredite em sua própria história.

É, no jogo entre memória e esquecimento, que se afloram as lembranças, as quais são as marcas da trajetória de vida dos sujeitos. Essas marcas podem ser percebidas no fio do discurso, revelando a confluência de sentidos – esquecidos e rememorados – que se produzem discursivamente.

5 O FALAR DE SI

5.1 AS HISTÓRIAS DE VIDA

A perspectiva adotada neste trabalho é a de que o falar sobre si é a construção, por parte do sujeito, de um gesto discursivo ancorado na memória e no tempo, o qual pode desvelar alguns sentidos que estão sendo construídos no presente, de forma a demonstrar a maneira pela qual os elementos do passado são reelaborados no presente. A interpretação das pistas relacionadas à memória-tempo permite acessar os efeitos de sentido. A análise de tais efeitos permite ainda a tecer reflexões sobre a identidade, além de perceber como a relação passado-presente é discursivizada pelos sujeitos.

Além disso, vários estudos que trabalham com as histórias de vida vêm sendo desenvolvidos nos últimos anos. No entanto, as reflexões realizadas pelos autores não se esgotam em seus campos de estudo, interessando também a contribuição de outros campos teóricos para a reflexão sobre tais histórias.

Ao contar uma história sobre sua vida, os sujeitos falam sobre si de uma maneira singular, lançando seu olhar para o passado e buscando, dessa forma, as lembranças que sustentam a sua vida e que se tornaram relevantes na sua trajetória. Tratando-se de sujeitos idosos, percebemos que há um sentido em preservar, em lembrar e em narrar a história de suas vidas. Emoções, acontecimentos, sentimentos são aflorados, ocorrendo um processo de recordação do vivido, muitas vezes confundindo acontecimentos reais com fatos imaginários. O idoso reelabora, a partir da sua história, sua identidade, mesmo que ilusoriamente, acredite em uma identidade única e estabilizada.

Ao inscrever os elementos passados no presente, através da linguagem, o sujeito, ao falar de si, constrói sentidos de acordo com a própria imagem, utilizando, no intradiscurso, elementos com os quais se identifica ou se distancia, marcas que permitem a observação de aspectos ligados sua subjetividade. Ao desvelar esses sentidos sobre si, organizados na forma do discurso, o sujeito revela, através de sua história, não só como ele próprio vê a sua vida, mas também como se vê através dos outros.

Essa ideia de alteridade está sempre presente no âmbito discursivo e na própria concepção de identidade. Todo sujeito se constitui a partir do outro, através daquilo que o outro nomeia, que o outro diz ser. Dessa forma, uma narrativa autobiográfica é construída pelos discursos advindos de outros lugares, atravessados por aspectos ideológicos, afetivos e

sociais que se fundem no discurso de cada sujeito, tornando cada relato único. Na perspectiva da escrita sobre si, citamos Schons e Grigoletto, “ao escrever sobre si, o sujeito escreve também sobre o outro, que o determina na sua construção identitária” (2008, p. 407).

A geração atual, muitas vezes sem tempo ou sem hábito para ouvir, fica presa aos comandos da televisão, da mídia e do mercado. Esquece-se de que há muitos sujeitos que gostariam de simplesmente de contar as lembranças, de se afirmar através da linguagem, de serem escutados. Em contraponto, contar histórias é uma forma de deixar raízes, estabelecendo uma relação entre o passado e o presente. Ao invés de tornar o presente descartável e fluido, contar uma história sobre a própria trajetória de vida constitui-se em uma forma de construir identidades, de deslocar sentidos, tornando-os significativos.

As histórias narradas pelos idosos são testemunhos da identidade. É através do ato de narrar que os sentidos se legitimam, assumindo novos significados, movimentando-se e deslocando-se. Uma história é permeada por lembranças que permanecem na contramão do tempo e que se misturam a fatos imaginários, já que, como afirmam Jovchelovich e Bauer: “a narrativa privilegia a realidade do que é experienciado pelos contadores de história: a realidade de uma narrativa refere-se ao que é real para o contador de história” (JOVCHELOVICH E BAUER *apud* ABRAHÃO, 2006, p. 150).

Esse importante aspecto das narrativas permite que entendamo-nas não como relatos fiéis do tempo passado, mas como a representação de como foi o mundo, a sociedade e a vida dos sujeitos, de forma a entendermos como foi construída a sua identidade. Com base nessa reflexão, podemos afirmar, de acordo com os autores mencionados, que:

As narrativas estão sempre inseridas no contexto sócio-histórico. Uma voz específica em uma narrativa somente pode ser compreendida em relação a um contexto mais amplo: nenhuma narrativa pode ser formulada sem tal sistema de referentes (JOVCHELOVITCH e BAUER *apud* ABRAHÃO, 2006, p. 150).

As narrativas, de acordo com a perspectiva adotada por Abrahão, “quebram o modo linear espaço-temporal de significar trajetórias e vivências” (2006, p. 153), já que o trabalho da memória resgata experiências, entrelaçando passado, presente e futuro no agora. Dessa forma, demonstramos que a memória é ressignificada no presente, mas não deixa de se relacionar com as outras perspectivas temporais. Os sentidos são entrelaçados no presente, criando os mais singulares efeitos.

Tratando-se de sujeitos idosos, o falar sobre si assume uma dimensão eminentemente subjetiva, porque cada história de vida constitui-se em um exercício de

identificação do sujeito. Segundo Bosi, para o idoso, “a narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a *sua* memória” (BOSI, 1994, p. 68) [grifos da autora].

A narrativa das histórias de vida configura-se, portanto, na possibilidade de o sujeito relacionar, ancorar a sua identidade na memória. Como mostramos no terceiro capítulo, em uma sociedade cada vez mais padronizada, em que se prega a necessidade da diferença, mas nega-se a liberdade de expressar essa diferença, a possibilidade de estabelecer-se através da sua própria história é um jogo entre identidade e alteridade, o qual percebemos que se perde, aos poucos, a cada nova geração.

As histórias de vida, nesse aspecto, mobilizam novos sentidos. Através da oralidade, da arte de narrar o passado, as lembranças que estão assentadas no tempo e que fazem parte da vida do sujeito são transmitidas aos mais jovens, aos outros. Tais lembranças põem em jogo a questão da impossível fidelidade da memória e do amplo imaginário do sujeito, o qual mescla os acontecimentos passados com o desejo de que o que ocorreu tivesse sido de uma outra forma.

No âmbito temporal, ratificamos que as narrativas não respeitam a linearidade do tempo, nem a ordem cronológica dos acontecimentos. As serem narrados, os relatos respeitam apenas a lembrança de quem os discursiviza, tornando o discurso um emaranhado de aspectos que mesclam a ficção e a realidade. Ao retornar as suas lembranças ao presente, os sujeitos escolhem quais fatos irão narrar, na sequência que permitir a sua memória. Esse fato provoca uma transformação no modo como o sujeito vê o seu passado, de forma a reinterpretá-lo e reelaborá-lo no presente.

Dessa forma, não podemos dizer que o passado está “gravado” na memória do sujeito, mas sim, podemos refletir sobre a possibilidade de esse passado ser lembrado e transformado, através da relação do sujeito com o mundo em que vive e também com o seu imaginário. O sujeito não “acessa” o passado para discursivizar a sua história de vida: ele constrói essa história no presente, a partir da relação que possui com o passado, de forma a ressignificar eventos, acontecimentos e sensações. Tais fatos são possíveis devido ao caráter transformacional do próprio presente, haja vista ser ele que irá atribuir dimensões outras aos acontecimentos passados, transformando-os e atribuindo-lhes novos significados.

A diversidade e a pluralidade das histórias de vida nos leva a crer que o desenvolvimento dos aspectos identitários da formação dos sujeitos também é múltiplo e heterogêneo. No processo em que o sujeito reformula a sua história de vida, através dessa “visita” à sua própria memória, também reformula sua identidade, através da compreensão da

sua própria trajetória, já que, no momento em que relata a sua história, encontra-se em um espaço e em um tempo diferente, com uma bagagem de experiências muito maior. Esses enredos criam inúmeros efeitos de sentido no discurso do sujeito, de forma que ele próprio passe a refletir sobre sua identidade.

De acordo com essa perspectiva e considerando a não fidelidade da memória, não podemos falar nas narrativas de histórias de vida, sem mencionar a questão do imaginário. As histórias de vida são narrações do cotidiano que estão impregnadas por crenças, por religiosidade, por valores sociais que formam as concepções que os sujeitos vão criando ao longo da vida. Essas impressões são indispensáveis na reflexão sobre os efeitos de sentido materializados no discurso dos sujeitos. O imaginário, dessa forma, configura-se como um reflexo daquilo que os sujeitos pensam e crêem e que julgam, de forma consciente ou não, que deva fazer parte da sua trajetória de vida.

Devido ao aspecto não linear do tempo, em que realidade e ficção emergem no discurso dos sujeitos, acrescentamos que é importante considerar que o imaginário está atrelado à relação com o tempo. Não podemos considerar que as identidades dos sujeitos são fixas e imutáveis, porque estaríamos desconsiderando que essas histórias estão baseadas em um fluxo contínuo e coerente, que não pode voltar atrás, como se estivessem presas a um tempo cronológico. Assim, podemos dizer que o presente é o único momento em que o sujeito vive, e que o passado e o futuro “participam” do presente. Nas palavras de Legros et al. (2007, p. 81):

A investigação sociológica do imaginário se acha justificada pelo fato de que não apenas o passado mas também o futuro têm uma existência virtual no presente, e que a força de cada um desses fatores que a agitam a experiência dos grupos humanos só é evolutiva se interpretadas as tendências latentes que as sustentam. (LEGROS et al., 2007, p. 81)

Para Castoriadis, o imaginário, em seu sentido corrente, é entendido em duas acepções. A primeira o define como “coisa inventada”, como histórias imaginadas, enquanto a segunda afirma que o imaginário pode ser produzido em um deslocamento de sentidos, em um deslizamento. O autor ainda assegura que o imaginário, em ambos os casos, a separação entre imaginário e real torna-se evidente, “colocando-se em seu lugar (uma mentira) ou que não pretende fazê-lo (um romance)” (1982, p. 184).

Relacionando esse aspecto às posições de diversos autores, podemos entender que a memória não age apenas em função daquilo que foi realmente experimentado pelo sujeito.

Somadas à questão do imaginário, as lembranças de uma vida também podem ser romanceadas, em um discurso que não apresenta limites definidos entre o que aconteceu de fato e o que é um sonho ou um desejo do sujeito.

Não só as perspectivas trazidas da filosofia tratam da questão do imaginário. As Ciências Sociais também contribuem teoricamente para a reflexão sobre essa questão, surgindo para demonstrar que as relações sociais são bastante complexas. Por isso, pensar essas relações que tratam do cotidiano, é entender que o pensamento científico não pode considerar somente generalidades. É somente interpretando o olhar subjetivo, que podemos passar a compreender a produção de sentidos de toda uma sociedade.

Também em relação às questões linguísticas, o imaginário torna-se importante. Para Orlandi (1999, p. 42), o imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Para a autora,

[o imaginário] é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. [...] Por isso a análise é importante. Com ela podemos atravessar esse imaginário que condiciona os sujeitos em suas discursividades e, explicitando o modo como os sentidos estão sendo produzidos, compreender melhor o que está sendo dito. (ORLANDI, 1999, p. 42)

A partir dessas breves reflexões, demonstramos que o imaginário configura-se como um meio de chegar a sentidos, a possíveis interpretações sobre a complexidade das relações humanas. O contato entre o imaginário, a memória e a linguagem permite que o pesquisador penetre as tramas do cotidiano e assim, observe a história, sob um outro olhar.

Julgamos importante mencionar o que diz Abrahão, sobre as narrativas autobiográficas e a ao emprego do método autobiográfico como forma de ressignificação. Primeiramente, menciona a narrativa como fenômeno que diz respeito ao ato de narrar-se. Segundo a autora, “por meio da narrativa, as pessoas recordam os fatos ocorridos, os selecionam, os escalonam em uma sequência e vislumbram os relacionamentos de toda a ordem de acontecimentos que constroem a vida social e individual” (ABRAHÃO, 2006, p. 150). Em segundo lugar, a autora afirma que a narrativa pode ser tratada como método de investigação, já que “os estudos autobiográficos podem ser entendidos como referentes a vidas inseridas em um sistema em que a pluralidade de expectativas e de memórias é o corolário da existência de uma pluralidade de mundos e de uma pluralidade de tempos sociais” (ABRAHÃO, 2006, p. 154). Como terceira forma, podemos trabalhar a narrativa

como processo de ressignificação do vivido, tendo em vista que a narrativa de história de vida constitui-se num processo de construção e clarificação do conhecimento de si àquele que narra a sua trajetória (cf. ABRAHÃO, 2006, p. 161).

Consideramos importante salientar que as três formas de trabalhar com as narrativas autobiográficas estão sempre relacionadas, segundo Abrahão, à perspectiva tridimensional do tempo narrado. Essa tríplice dimensão, proposta por Paul Ricœur, diz respeito à forma como o presente, o passado e o futuro se imbricam. A autora também menciona a importância da memória no momento da narração das histórias de vida, afirma que a memória possui três instâncias: é reconstrutiva, já que o sujeito reconstrói suas experiências ao lembrar a sua própria trajetória. Além disso, a memória é seletiva, uma vez que o sujeito tenta capturar o fato, de forma consciente, isto é, escolhe o que irá narrar. Por último, o compartilhamento da memória no ato narrativo, já que narrador e ouvinte dividem as experiências contadas, partilhando-as.

Segundo o que afirmam Rego et al., os estudos que adotam uma perspectiva autobiográfica podem significar “um recurso metodológico valioso para investigações no campo psicológico, especialmente no que se refere à constituição da subjetividade” (REGO et al., 2006, p. 272). Nesse sentido, observamos que mais do que isso, as narrativas histórias de vida são fontes que revelam o caráter heterogêneo e múltiplo da linguagem, demonstrando, sobretudo, o deslize e o deslocamento dos sentidos e sua relação com a construção da identidade do sujeito.

O falar de si é relatar a “nossa história de vida, que conta algo de nós mesmos”, como afirma Josso (2006, p. 36). Mais do que isso, os relatos orais ou escritos permitem que os sujeitos se posicionem frente a sua história, entendendo aspectos de sua trajetória como “em que eu me apoio para pensar ser aquele ou aquela que penso ser e quero tornar-me?”, “como me configurei como sou?”, “como me transformei?”, “sobre o que eu me apoio para dizer o que digo?” (JOSSO, 2006, p. 25-26). Embora essas questões não possam ser facilmente interpretadas em um discurso, mostram-se importantes por revelarem traços da constituição das trajetórias de vida.

Os discursos nos quais os sujeitos falam sobre si mesmos, tentando articular aspectos relevantes da sua vida, que demonstrem a postura assumida frente aos problemas, obstáculos e vitórias, expressam a capacidade que o sujeito teve em ser autor da sua própria história. Não há como deixar de acrescentar a esse aspecto, o que diz Josso sobre o valor dos “aportes exteriores” (2006, p. 29) à vida do sujeito, isto é, das informações que são integradas a sua vida, que dizem muito a respeito da sua postura e da subjetividade.

Esse modo de falar sobre si leva o sujeito a um processo de reconfiguração dos sentidos. O olhar para a sua narrativa autobiográfica produz um processo de descentramento, em que deve “converter as vivências, as atividades em experiências e integrá-las significativamente à história de vida tal como ela começa a ser contada” (JOSSO, 2006, p. 30). A autora ainda acrescenta a esse aspecto a questão indispensável da criatividade, uma vez que no processo de falar sobre si estão implicados elementos que são simbolizados, produzindo significados sobre aquilo que se aprendeu e se experienciou durante a vida.

Segundo a autora, o falar de si também é uma invenção de si, uma vez que o trabalho biográfico é:

a busca de conhecimento do que a vida pode ser e vir a ser se nos recusarmos a considerar que as sociedades, as culturas e as civilizações oferecem, incitam, isto é impõem às individualidades que as sustentam e lhes dão existência, modos de emprego de vida (JOSSO, 2006, p. 34).

Nesse aspecto, o falar de si adquire também uma dimensão discursiva: a linguagem sustenta os indivíduos, permitindo que os sentidos sejam desestabilizados e ressignificados. A maneira como o sujeito age no mundo e modo como se relaciona através da linguagem permitem compreender que a subjetividade se constrói nessa relação, entendendo traços não só da constituição de um sujeito, mas do modo de vida de todo um grupo social. Articulando o que foi anteriormente citado sobre os “aportes externos”, tentamos demonstrar que a existência de um sujeito é afetada pela relação com a sua história, mas também com a história do mundo em que ele vive. Do mesmo modo, a história do mundo também é afetada pela existência desse sujeito.

Além do exposto, percebemos que, na contemporaneidade, o falar de si é uma experiência importante para o sujeito porque passa a observar a sua própria vida de uma perspectiva exterior. No entanto, também é uma experiência essencial à própria ciência, uma vez que compreendemos que esta não pode tratar os fenômenos da identidade, através de uma perspectiva homogênea, baseada em dados, construindo “interpretações desprovidas dos valores e visões de mundo do observador” (ALMEIDA, 2006, p. 288).

Além disso, ao trabalhar as narrativas autobiográficas como método de investigação, a partir do que já mencionamos em Abrahão, esclarecemos que o trabalho com histórias de vida, do ponto de vista da pesquisa “consiste em “fazer surgir” histórias de vida em planos históricos ricos de significado, em que aflorem, inclusive, e muito especialmente, aspectos de ordem subjetiva” (ABRAHÃO, 2006, p. 154). Tal fato demonstra que esses

relatos podem se constituir em documentos valiosos, capazes de fornecer ao pesquisador pistas, vestígios do processo de construção identitária dos sujeitos, bem como proporcionar a análise de traços ideológicos, que caracterizam a vida de cidadãos em determinada época e sociedade.

O processo de falar sobre si constitui-se em um meio de deixar a história de uma vida se desenrolar, não respeitando as ordens cronológicas. Esses aspectos de ordem subjetiva demonstram que o desenvolvimento das narrativas está sujeito a rupturas, deslizos, avanços e retrocessos, num constante ir e vir. Nesse aspecto, a questão da afetividade na memória adquire uma dimensão essencial, uma vez que as histórias de vida discursivizam elementos de ordem subjetiva, que estão vinculados à temporalidade discursiva e à identidade. Tratando-se de relatos de sujeitos idosos, também é importante ressaltar o valor social dessas narrativas, uma vez que nos fornecem vestígios das histórias dos homens comuns. Sobre esse aspecto, Rego et al. afirmam:

As memórias pessoais organizadas em depoimentos autobiográficos são fontes valiosas no esforço de compreensão da constituição da história de cada pessoa. Um sujeito, ao apresentar uma narrativa de tipo autobiográfico, constringido pelas características desse gênero discursivo, organiza a apresentação no momento mesmo da narração. Lembrar, portanto, é recriar as experiências passadas com os olhos do presente (REGO et al., 2006, p. 269)

De acordo com os autores, os relatos autobiográficos “servem para nos singularizar” (REGO et al., 2006, p. 272). Isso ocorre porque todos temos histórias de vida, mesmo que nunca venhamos a narrá-las para alguém, o que implica diretamente na constituição de identidades, uma vez que cada história é única e está sempre se movimentando, em um fluxo permanente. Ainda sobre o caráter indispensável da memória na constituição da autobiografia, consideramos muito importante ressaltar o que diz Viñao:

Onde acaba a ficção e onde começa a realidade? Como se entrelaçam ambas na memória? Quais são os limites ou indicadores aos quais recorrer, em cada caso para elucidar se estamos diante de uma autobiografia romanceada, mais ou menos imaginária, ou uma novela com elementos autobiográficos? (...) Todos, sem exceção, recriamos o passado e mesclamos recordações e esquecimentos. A memória não é um espelho, sim um filtro, e o que sai, através deste filtro, não é nunca a realidade mesma, sim uma realidade sempre recriada e, às vezes, inclusive, consciente ou inconscientemente imaginada até o ponto que pode chegar, na mente daquele que recorda, a substituir, com vantagem, o realmente acontecido (VIÑAO *apud* REGO et al., 2006, p. 273-274).

Conforme os autores, “o passado tem uma existência material, concreta, ontológica e está inscrito nas estruturas do presente, mas não é a sua reedição” (REGO et al., 2006, p. 274). Isso significa afirmar que a memória age na seleção dos aspectos que são mais relevantes na vida de qualquer sujeito, o que torna cada discurso, uma narrativa única, permitindo também que sejam inscritos traços de elementos ideológicos e sociais advindos da exterioridade, na materialidade discursiva.

Também para Scholze, as memórias são importantes na construção dos relatos. Diz a autora: “os textos autobiográficos não devem ser entendidos como escritos fiéis aos acontecimentos, pois nossa memória está em constante embate entre a lembrança e o esquecimento e há que se ter em consideração também os silêncios, e os saltos” (SCHOLZE, 2006, p. 112). Novamente, a questão de uma impossível fidelidade da memória é mencionada, demonstrando que também são os sonhos, os desejos e as fantasias fazem parte da história de vida dos sujeitos.

As narrativas autobiográficas podem ser importantes aportes na revelação da constituição de identidades e de subjetividades, uma vez que inscrevem, na materialidade da língua, os efeitos de sentido que o sujeito deseja deixar registrado. O falar de si gera, no sujeito, a ilusão de que os sentidos são completos e de que a linguagem pode controlar esses vestígios de acontecimentos, de sentimentos, de memórias que são, em suma, a trajetória de vida desse sujeito. Portanto, para o sujeito, há um desejo que esse discurso o complete e que constitua a sua identidade.

Essa ideia – imaginária – de um falar sobre si que expresse a completude, é de acordo com Grigoletto, uma ilusão do sujeito, seja ele contemporâneo ou de outras épocas. Segundo a autora, ao falar sobre si, o sujeito “se lança ao olhar do outro”, como se estivesse produzindo uma espécie de confissão sobre si mesmo (2006, p. 206). Nessa “confissão”, o sujeito revela traços sobre a constituição de sua identidade, permitindo que o outro o perceba, mas também se construindo em função do outro.

De acordo com Schons e Grigoletto:

É pela/na ilusão de completude, de unicidade que o sujeito se constitui autor, produzindo o que Pêcheux (1975) chamou de *unicidade imaginária do sujeito*, a qual se produz pela identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que afeta esse sujeito, e que resulta no *efeito-sujeito*. Nesse processo, a singularidade está determinada, não se constitui senão em função da alteridade (SCHONS e GRIGOLETTO, 2008, p. 410-411) [grifos das autoras].

O falar de si se constitui em um lugar de identificação para o sujeito, o qual busca se completar, acreditando que estará preenchendo uma lacuna e compreendendo fatos ocorridos em sua vida, instituindo uma ideia de coerência e de continuidade. Partindo dessa reflexão, compreendemos que os sujeitos, enquanto autores de suas próprias histórias passam a reelaborar elementos que foram ditos em outros momentos, em outras condições sociais, históricas e culturais, inscrevendo novos sentidos, a partir daqueles que já foram ditos (cf. SCHONS e GRIGOLETTO, 2008, p. 407).

De acordo com a posição adotada pelas autoras, “um sujeito se constitui no próprio processo discursivo e que se subjetiva e (des)constrói memórias” (2008, p. 408). Dessa maneira, o espaço que os sujeitos possuem para relatar as suas histórias consiste em uma forma de estabelecer sentidos, formulando e reformulando saberes a respeito de sua própria trajetória. Assim, “os sentidos se deslocam, porque na língua é possível estabelecer um jogo das subversões. Por isso, o trabalho da memória não é memorização psicológica, realiza-se na movimentação contraditória e desigual da história e da língua” (SCHONS e GRIGOLETTO, 2008, p. 408).

A partir dos aspectos apresentados, concluímos que os sujeitos podem estabelecer, na prática entre a linguagem e a sua história, os efeitos de sentido mais variados. Isso ocorre por dois motivos: o primeiro refere-se ao fato de que cada relato está baseado em uma trajetória pessoal e, portanto, única. O segundo repousa na concepção de que cada sujeito se relaciona com a linguagem de forma singular. Tais motivos nos levam a crer que são inúmeros os efeitos de sentido que produzidos nessas práticas discursivas.

Conforme afirmam Schons e Grigoletto (2008, p. 408):

Na prática de linguagem dos sujeitos, proveniente da história de vida, encontra-se, portanto, todo o funcionamento discursivo através do qual as lembranças vêm significar, reverberar de um modo muito próprio, o que é efeito do esquecimento. Nesse processo, ao retornar as suas experiências durante as narrativas, mas também sobre as novas experiências, o sujeito se subjetiva, colocando em questão as presenças/ausências de sentidos silenciados (SCHONS e GRIGOLETTO, 2008, p. 408).

Nessa perspectiva, a função da linguagem é a de sustentar esses sentidos silenciados ou captá-los a fim de que passem a ressignificar. Assim, falar de si é colocar sentidos em circulação, vinculados a acontecimentos, os quais pertencem tanto às circunstâncias em que foram enunciados quanto à constituição histórica na qual foram produzidos. Não podemos esquecer também dos sujeitos e da forma como constroem sua

imagem a partir de si e a partir dos outros que o veem. Esse movimento permite também inscrever na alteridade no processo de constituição da identidade do sujeito.

Ser autor da própria história é uma forma de o próprio sujeito analisar a sua trajetória, observando que muitos momentos tiveram seu valor, devendo ser considerados como parte da sua biografia. Assim, a partir do posicionamento assumido neste trabalho, entendemos que relatar a sua história torna-se, para o sujeito, uma forma de acreditar na existência de um sentido para a sua vida. Dessa maneira, o “seu tempo” deve ser considerado como parte de sua biografia.

5.2 O FALAR FEMININO

O *corpus*¹⁷ analisado neste trabalho é composto somente por discursos de mulheres idosas. Inicialmente, essa questão não foi prevista, uma vez que tínhamos a pretensão de interpretar como os elementos pretéritos são reelaborados pelos sujeitos idosos no presente, independentemente da questão de gênero. No entanto, apenas mulheres se dispuseram a relatar as suas histórias de vida, o que nos fez realizar um “recorte”, o qual levasse em consideração não só a idade desses sujeitos.

O falar de si, considerando o gênero dos sujeitos que compõem este estudo, é um falar de si que envolve a frequente participação do outro. Tratando-se de mulheres, devemos também considerar a posição historicamente marginalizada que ocuparam, contribuindo também para os seus relatos de histórias de vida. Essa posição envolve a discursivização de vários aspectos referentes ao espaço cotidiano, entre eles a família e o trabalho, como elementos principais, ancorados em suas lembranças.

Em estudo sobre as narrativas autobiográficas, Scholze demonstrou a necessidade de realizar um “recorte de gênero” (2006, p. 113) para a análise de relatos sobre o olhar feminino, no caso, em narrativas sobre o trabalho. Também nós sentimos essa necessidade e, em função disso, mobilizamos algumas considerações acerca do aspecto relativo à posição da mulher na sociedade, que podem se revelar úteis para a compreensão do falar de si.

A autora afirma que as narrativas das mulheres estão impregnadas de significado sobre uma determinada época, cultura ou o grupo social como os quais tiveram contato. Segundo a autora, essas narrativas constituem-se em formas pelas quais os sujeitos

¹⁷ As questões relativas à condução da pesquisa e ao modo como o *corpus* foi coletado, bem como as considerações sobre a metodologia em Análise do Discurso, serão discutidas no quinto capítulo.

manifestam uma “ideia de pertencimento, dando-lhes a impressão de re-invenção de si mesmos” (SCHOLZE, 2006, p. 115). Ao narrar suas experiências, os sujeitos de sua pesquisa puderam mostrar traços da sua relação com o mundo, dizendo muito a respeito da sua posição enquanto sujeitos idosos, construindo a sua identidade, a partir de uma perspectiva distinta, através da sua própria voz.

A autora ainda acrescenta que há, no discurso feminino, uma repetição das grandes narrativas, havendo uma espécie de silenciamento da voz feminina. Tal fato ocorre porque “a identidade feminina tem sido construída a partir de parâmetros patriarcais que definiram para a mulher um determinado papel e um lugar” (SCHOLZE, 2006, p. 113). As histórias narradas femininas, portanto, parecem refletir a ótica masculina, num processo em que as mulheres se conhecem e se dão a conhecer por meio do outro. Seus próprios sentimentos derivam de seu lugar e papel impostos ideologicamente.

Nessas histórias, os sujeitos não narram o que acontece, mas sim o que lhes acontece (cf. SCHOLZE, 2006, p. 115). Além disso, embora os sujeitos narrem a sua história, outros personagens atravessam o discurso, através das lembranças ou, até mesmo, as suas vozes são inseridas na narrativa, de modo a demonstrar o quão presentes estiveram na vida desses sujeitos.

Na prática que realizam sobre si mesmos, os sujeitos “criam e re-criam experiências singulares em experiências coletivas, num exercício de meditar e escrever sobre a condição humana” (SCHOLZE, 2006, p. 115). Dessa forma, a construção de significados não é uma tarefa em via única. Tal fato ocorre porque, quando os sujeitos inscrevem significados ao mundo a sua volta, isto é, quando começam a representá-lo de acordo com o seu “próprio” olhar, outros discursos se atravessam, constituindo o que está sendo produzido.

Podemos, então, afirmar que um discurso é produzido por outros discursos que circulam em determinada época e sociedade. De acordo com Scholze, “é dito que a lembrança é uma criação de nós mesmos ou uma reconstrução de nós orientada pela vida atual” (2006, p. 116).

Ainda segundo a autora:

A narrativa estabelece a posição de sujeito e as regras de sua construção em uma trama (HALL, 1998), ajudando a estabelecer sua reflexão sobre uma identidade formada entre o seu eu e a sociedade. Ao fazer uma viagem ao passado, a mulher reconstrói sua trajetória de vida, organiza suas experiências positivas e negativas, seus momentos de felicidade e visualiza as dificuldades pelas quais passa ao se propor a perseguir um objetivo. Identifica os modos culturais “exteriores” e as

identidades que estes modos oferecem (idem), ao participar da construção de sua identidade (SCHOLZE, 2006, p. 117).

Ao analisar as narrativas de idosos, especificamente mulheres idosas, entramos em contato com relatos de sujeitos que viveram suas vidas articuladas às de outros sujeitos, sejam em contato com o ambiente doméstico, da religião ou do trabalho. Ao lançarem seu olhar para a sua trajetória de vida, esses sujeitos percebem o movimento que fizeram durante a sua existência, permitindo uma reflexão sobre os elementos que desejaram, negaram, silenciaram durante todos os anos. Com essa prática, os sujeitos podem compreender passagens da sua vida, podendo entender que, embora com obstáculos e dificuldades, são histórias de muita luta e dignidade, que merecem ser lembradas, contadas e ouvidas.

Através dessas afirmações, recobramos novamente Scholze:

As narrativas de si oportunizam as mulheres a se perceberem nestas relações [sociais], se situarem no lugar que ocupam no tecido social. O tempo da narrativa estabelece o olhar de hoje sobre o passado e a percepção da construção cultural na qual se está ou se esteve envolvida (SCHOLZE, 2006, p. 121) [grifos da autora].

Partindo do exposto, compreendemos que o sujeito – a mulher, o idoso ou a mulher idosa – que vive em uma posição marginalizada na sociedade, constrói um discurso atravessado de outras narrativas que dizem muito sobre si, permitindo que entendamos que o falar sobre si também se relaciona à presença da alteridade. Além disso, o modo como diferentes áreas do conhecimento se relacionam com a questão do falar de si, nos ajudam a compreender melhor esse processo, que nos diz tanto a respeito dos sujeitos e do ambiente em que estão inseridos.

Com base nessas reflexões e relacionando os aspectos aqui citados com outras perspectivas abordadas neste trabalho, podemos dizer que o falar de si, na contemporaneidade, torna-se não só um modo de conhecermos o processo de constituição de identidades, mas a maneira com as quais o sujeito se relaciona com as suas lembranças, respeitando o seu tempo e considerando a sua história de vida. Dessa maneira, gostaríamos de esclarecer que não pretendemos “descobrir” ou “categorizar” quem são os sujeitos, tampouco saber o que lembram ou esqueceram dos aspectos das suas vidas. Pretendemos apenas saber como a perspectiva do falar de si pode ser útil ao pesquisador para entender de que maneira a memória pode intervir na constituição das identidades, em sua forma múltipla e plural, uma vez que defendemos a noção de que os sujeitos não possuem uma identidade fixa e estável.

Queremos olhar, dessa forma, para a bagagem de experiências que esses sujeitos trazem consigo, elementos que ficaram registrados na memória e que são discursivizados no presente, provocando sensações e repovoando o imaginário. Assim, pretendemos compreender não como a vida foi de fato vivida, em uma ilusória esperança de captar uma realidade, mas compreender de que forma as lembranças que fazem parte da vida do sujeito são redimensionadas na atualidade.

6 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Nesta pesquisa, baseamo-nos na análise de um *corpus* experimental, definido por Courtine como aqueles “*que conducen a la producción de secuencias discursivas por locutores ubicados en una situación experimental definida*” (2007, p. 125). O *corpus* experimental se opõe, dessa forma, àquilo que Courtine (2007, p. 125) determinou como *corpus* de arquivo, ou seja, ao *corpus* que é constituído a partir de materiais preexistentes, como por exemplo, àqueles que são consultados por historiadores. Ao se referir aos corpora experimentais, o autor ressalta que “*los corpus experimentales se constituyen com secuencias discursivas producidas em situación experimental como respuestas a uma pregunta, a uma consigna, producción de um corto resumen de texto...*”

O tratamento a ser dado ao *corpus* discursivo depende da relação a ser estabelecida, pelo analista, entre os elementos intradiscursivos e interdiscursivos. Segundo Orlandi (1999, p. 66),

O *corpus* discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter a superfície linguística (o *corpus* bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em objeto teórico, isto é, um objeto linguisticamente de-superficializado, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão da “realidade” do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, ideias e coisas (ORLANDI, 1999, p. 66).

Essa relação implica considerar que o sentido não é transparente e, por esse motivo, não reflete a realidade de forma objetiva. Portanto, a construção de um dispositivo de análise não pode se restringir a questões estritamente linguísticas, mas deve, ultrapassando-as, articulá-las a questões relativas ao sujeito e à ideologia.

Assim, ao longo da análise propriamente dita, procuramos elementos do intradiscurso das sequências discursivas de referência que servissem de pistas para a identificação de elementos do interdiscurso das narrativas dos sujeitos idosos, objeto deste trabalho. A partir daí, buscamos vestígios, falhas, rupturas no discurso que possibilitassem refletir sobre a relação entre subjetividade e memória.

Em Análise do Discurso, torna-se importante distinguir o conceito de dispositivo teórico do conceito de dispositivo analítico. Segundo Orlandi (1999, p. 27), a distinção desses dois dispositivos ocorre porque o dispositivo teórico é mais amplo que o dispositivo analítico. Enquanto este depende da questão proposta pelo analista, do olhar mais aprofundado, a

construção de um gesto de interpretação, aquele se mantém embasado nos pressupostos da teoria do discurso.

Por esse motivo, as análises devem mostrar como o discurso produz efeitos de sentido, através da construção de um dispositivo teórico e analítico coerente e que não reduza o discurso a um simples objeto, fechado e homogêneo. Devemos, a partir de nossa posição de analistas, priorizar a relação do discurso com o exterior à linguagem e ao sujeito. Na articulação de tais pressupostos – teóricos e metodológicos – procuramos demonstrar que a constituição do dispositivo teórico envolve o olhar para a história e para a memória, considerando aspectos subjetivos e a forma como os sujeitos constroem seus discursos.

A construção do dispositivo analítico depende, portanto, do objetivo da pesquisa e das perguntas que norteiam o nosso trabalho. Sendo assim, pretendemos construir um dispositivo capaz de interpretar de que forma os sujeitos resgatam, no discurso, elementos pretéritos, reconstruindo-os no presente.

A constituição de um dispositivo analítico envolve o olhar do analista, que busca interpretar os fatos da linguagem e a maneira como estes produzem sentidos. Segundo Orlandi, a Análise do Discurso não procura o sentido “verdadeiro”, que estaria inscrito na linguagem, mas, sim, o “real do sentido em sua materialidade linguística e histórica” (1999, p. 59). Dessa forma, a ciência busca construir um gesto de interpretação que trabalhe nos limites dos sentidos, tanto em relação às condições de produção quanto em relação à memória discursiva.

Na passagem da superfície linguística à compreensão dos efeitos de sentido que são produzidos no discurso, os quais tecem a articulação entre a teoria do discurso, a ideologia e o inconsciente, compreendemos os fatos vividos e interpretamos como o discurso se constrói. Mais do que isso, tentamos compreender como as identidades dos sujeitos, reveladas por suas histórias de vida podem também ser discursivizadas, dando-nos pistas não só da relação dos elementos da memória do discurso, mas, sim, como as lembranças que os sujeitos têm contribuem para a formação da sua biografia.

O *corpus*, em Análise do Discurso, é considerado inesgotável (ORLANDI, 1999, p. 62). Constitui-se, assim, um espaço mais amplo, onde estão as inúmeras possibilidades de análise. Em um primeiro momento, o *corpus* receberá um tratamento mais superficial, onde procuraremos compreender elementos que estão presentes/ausentes no discurso, os quais já nos fornecem algumas pistas sobre o modo como os discursos foram construídos.

No processo de dessuperficialização do *corpus*, ou seja, na análise do que chamamos materialidade linguística – como se diz, o que se diz, em que circunstâncias se diz

(Orlandi, 1999, p. 65) – percebemos que o sujeito se marca em relação àquilo que diz. Neste processo, e também em relação ao estabelecimento das sequências discursivas de referência, salientamos que é necessário observar como os elementos do *corpus* podem servir para a identificação da relação entre linguagem, sujeito e ideologia. Esses elementos, conforme Ernst-Pereira (2009), podem ser identificados através de três conceitos, que incidem tanto na perspectiva do interdiscurso quanto do intradiscurso: a falta, o excesso e o estranhamento.

Esses indícios que estão presentes no discurso podem ser metodologicamente expostos pela verificação dos elementos que estão ausentes, nos indicando que a falta pode auxiliar no processo de interpretação, de acordo com o viés adotado na construção do dispositivo analítico. Outros elementos podem se encontrar repetidos, chamando-nos a atenção pelo fato de estarem muito destacados no discurso. Há, ainda, elementos que podem causar estranhamento, chamando-nos a atenção para aspectos que podem nos dizer muito sobre a construção do sujeito e do sentido.

Por esse motivo, consideramos apropriado, no que tange ao estabelecimento de procedimentos metodológicos em Análise do Discurso, as considerações de Ernst-Pereira (2009), que afirma a necessidade de os estudos atentarem para o equilíbrio entre os aportes teóricos e analíticos a serem construídos, ou seja, o analista deve ter cuidado em “evitar reduzir a análise ao estrito formalismo da língua e evitar transformá-la em estudo de um dos campos das ciências sociais” (Ernst-Pereira, 2009, p. 1). Segundo a autora, algumas marcas no discurso permitem que o analista compreenda aspectos intra e interdiscursivos que podem favorecer e enriquecer a interpretação e análise das sequências discursivas de referência.

De acordo com a autora, a falta, no fio do discurso, é uma estratégia discursiva que se relaciona à omissão de palavras, frases ou expressões, através de aspectos sintáticos ou gramaticais que estão omitidos intradiscursivamente. Interdiscursivamente, trata-se de elementos que são esperados em uma formação discursiva, mas que não são discursivizados por algum motivo pelo sujeito-enunciador. O excesso consiste na repetição ou formulação de dizeres de forma demasiada, que significam um “acréscimo necessário” ao sujeito, com vistas a garantir estabilidade dos efeitos de sentido (cf. Ernst-Pereira, 2009, p. 5).

O excesso de tais elementos serviria como um reforço ao discurso, que, ilusoriamente, garante a posição que o sujeito adquire na formulação do dizer. Segundo a autora, o uso de incisões, de intensificadores ou de repetição de palavras ou expressões constitui o excesso, em nível intradiscursivo. A reiteração de saberes interdiscursivos, assumindo diversas formas no fio do discurso, pode se revelar importante pista para a interpretação do discurso, pelo analista. O estranhamento consiste no conflito entre diferentes

formações discursivas, de modo a produzir um desvio entre o que se esperava e o que foi discursivizado. O estranhamento é “da ordem do ex-cêntrico, isto é, daquilo que se situa fora do que está sendo dito, mas que incide na cadeia significante, marcando uma desordem no enunciado” (Ernst-Pereira, 2009, p. 5).

Considerando tais aspectos, compreendemos que a constituição do *corpus* discursivo e da metodologia em AD não se apresenta como um método pronto e simplesmente “aplicável”. As considerações metodológicas devem ser construídas em conjunto com os pressupostos teóricos, ou seja, o olhar do analista deve consistir em uma abordagem teórico-analítica, em que a construção do dispositivo teórico esteja em consonância com a análise do *corpus*.

Ao considerarmos, portanto, não só os dispositivos teóricos, cuja reflexão se sustenta na própria teoria da Análise do Discurso, mas, também, mobilizando outros conceitos, já devidamente fundamentados em capítulos anteriores, iniciamos o nosso gesto de interpretação, no qual tentamos identificar como se revelam nos discursos a questão da memória e da subjetividade bem como procuramos atentar para a questão social que envolve a pessoa idosa.

6.1 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS ANALISADOS

Para dar início à coleta do material usado em análise, entramos em contato com um Centro de Atenção à Terceira Idade, localizado na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Estima-se que 480 idosos frequentem o centro, que também possui atividades extensivas em salões paroquiais em alguns bairros das cidades. São oferecidos os mais diversos cursos voltados à terceira idade, como oficinas de tricô, crochê, informática, alfabetização, cinema, ginástica e canto, entre outros. Essas atividades pretendem promover a integração do idoso na sociedade, que passam a interagir em grupo e aprender ou aprimorar alguma atividade.

Nas entrevistas, observamos apenas que a faixa etária dos sujeitos envolvidos não fosse menor que 60 anos, já que, neste trabalho, focalizamos o sujeito idoso, o qual, para efeitos da lei, possui mais de 60 anos. Foram entrevistadas oito mulheres, com idades entre 63 e 76 anos. Inicialmente, a escolha de gênero não foi planejada, como dissemos anteriormente. No entanto, observamos a relevante superioridade do número de mulheres frequentando o Centro, em relação ao número de homens. Segundo a coordenação do projeto, calcula-se que

cerca de 95% do público do Centro é composto por mulheres, já que as ações oferecidas, em sua maioria, são voltadas ao público feminino.

Durante dois dias do mês de outubro de 2009, as mulheres foram ouvidas, separadamente. Em uma sala do próprio centro, as idosas puderam relatar as suas histórias de vida, a partir de uma entrevista individual. Os discursos constituem-se em conversas espontâneas, colhidas na forma oral e posteriormente transcritas, tendo duração variada de cinco a trinta minutos. Apenas foi realizada uma pergunta que serviu como um apoio para o início da conversa. As idosas deveriam começar respondendo à pergunta: “Como era a sua relação com os seus pais?” Diante de tal pergunta, as mulheres iniciaram seus relatos, fazendo com que vários eventos das suas vidas começassem a repercutir no discurso.

Todos os relatos, que estão anexados ao final deste trabalho, narram as mais diversas histórias. Muitos sujeitos iniciaram suas histórias, narrando-as em uma ordem cronológica, isto é, expondo suas histórias desde a infância até o período atual de suas vidas. Outros não se detiveram à pergunta inicial e relataram vários momentos, não obedecendo à história de forma cronológica. É essencial salientar que todos os discursos formaram um *corpus* extremamente rico e inesgotável, que pode servir para compreender vários outros aspectos da subjetividade e da questão da identidade da mulher e do idoso.

Cada enunciado produzido corresponde a determinadas condições de produção do discurso. Neste trabalho, apresentamos o modo como esses discursos foram produzidos, o que também deve ser levado em consideração quando passarmos à análise propriamente dita. Também devemos lembrar que entram em jogo inúmeras questões que dizem respeito à produção desses discursos.

6.2 SOBRE O MÉTODO DE ANÁLISE E A MATERIALIDADE LINGUÍSTICA

As considerações que faremos no próximo capítulo dizem respeito à análise das sequências discursivas de referência, que tem como ponto de partida os pronomes pessoais e advérbios e expressões que remetem à temporalidade. Nesse sentido, analisamos tanto advérbios quanto tempos verbais que consideramos de fundamental importância para a compreensão da discursivização do tempo pelos sujeitos. Também consideramos a forma como os pronomes estão dispostos nos enunciados, o que revela muito sobre o lugar e o tempo em que o sujeito que fala está inserido, bem como, em quais lugares estão inseridos os outros sujeitos, para os quais está falando.

A gramática tradicional de língua portuguesa¹⁸ classifica os pronomes pessoais através da sua função como indicadores das “pessoas gramaticais”, ou seja, o pronome pessoal “eu” indica “quem fala”; o pronome pessoal “tu” indica “com quem se fala” e o pronome pessoal “ele” indica “de quem se fala”. No entanto, essa abordagem não permite focalizar a (inter)subjetividade, o que é feito a partir dos estudos de Benveniste. Para o autor, a noção de (inter)subjetividade está ligada à estrutura pronominal pessoal. Ele realiza uma distinção entre as duas primeiras pessoas (eu e tu) e a terceira (ele) com base em duas correlações: a de personalidade e a de subjetividade¹⁹. Nesse contexto, “eu/tu” fazem parte da categoria de “pessoa”, já que pertencem ao nível pragmático da linguagem e são definidos durante o momento do discurso.

Convém lembrarmos que “eu e tu” assumem caráter subjetivo à medida que o sujeito é produto de um jogo de interação, o que possibilita a inversão do par “eu/tu, num processo de apropriação da língua. Em outras palavras, “eu/tu” somente poderão ser identificados a partir da instância do discurso, e portanto, estarão desprovidos de valor a não ser na instância em que são produzidos. Por outro lado, “ele” pertence à categoria de não-pessoa, ao nível sintático da linguagem, já que pode representar uma infinidade de sujeitos ou nenhum. Segundo Benveniste, o pronome “ele” se distancia dos outros dois pelo fato de se combinar com qualquer referência de objeto, não ser reflexivo, comportar um número extenso de variantes pronominais ou demonstrativas e não ser compatível com o paradigma dos termos referenciais como “aqui e agora”. (BENVENISTE, 1991, p. 281).

Demonstramos que os pronomes pessoais são importantes na análise que será realizada no próximo capítulo, tendo em vista o seu uso pelos sujeitos, ao narrarem a sua própria história. Nesse sentido, compreendemos que a análise de seu emprego nas sequências discursivas selecionadas, principalmente, a questão e da alternância dos pronomes de primeira pessoa plural e singular, constitui-se numa marca a ser considerada no discurso do falar de si.

Sobre essa questão, recobramos Alves (2002). O autor afirma que “o pronome de primeira pessoa plural “nós” pode assumir forte caráter de indeterminação” (ALVES, 2002, p. 20). Segundo o autor, o pronome “nós” consituti a soma do pronome “eu+não-eu”, podendo esse “não-eu” ser uma pessoa segunda ou uma terceira pessoa, ou até ambas. No

¹⁸ A gramática utilizada como referência é intitulada “Nova Gramática do Português Contemporâneo”, cujos autores são Celso Cunha e Lindley Cintra.

¹⁹ Conforme Benveniste, categoria da personalidade diz respeito à “unicidade específica da linguagem”, ou seja, o que o “eu” que enuncia e o “tu” ao qual “eu” se dirige são a cada vez, únicos. O par eu/tu está em oposição a “ele”, a “não pessoa” (cf. BENVENISTE, 1991, p. 253). Já a instauração da subjetividade cria, na linguagem e fora dela, a categoria de pessoa, ou seja, é onde o homem passa de locutor a sujeito da linguagem (cf. BENVENISTE, 1991, p. 286-288).

entanto, o pronome de primeira pessoa plural não pode ser considerado “totalmente indeterminado”, uma vez que inclui o pronome pessoal “eu”. Considerando essas afirmações, tentamos demonstrar que o pronome “nós”, ao ser discursivizado, traz para o momento da enunciação, traços da memória coletiva, dos elementos recuperados não só pelo sujeito, mas por todo o grupo social em que este esteve inserido.

Nessa leitura mais ampla, percebemos que é explicitado o valor da pessoalidade e da identidade no discurso. Não há como partir de uma visão estruturalista e sistêmica de que os pronomes são simples indicadores de pessoas gramaticais. Para Benveniste, “os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para a revelação da subjetividade na linguagem” (1991, p. 288). Portanto, os pronomes “eu” e “nós” são vistos, no trabalho aqui desenvolvido como indícios fundamentais da identidade, que inscrevem autores e interlocutores em um contexto social extremamente complexo.

Procuraremos demonstrar, nas análises a seguir, como os sujeitos idosos discursivizam seu passado, através de marcas intradiscursivas que demonstram as posições-sujeito assumidas no discurso de si. Através das noções expostas no referencial teórico deste trabalhos, articularemos os pressupostos da Análise de Discurso com as noções de temporalidade e memória, interpretando de que forma esses sentidos são produzidos no discurso.

7 ANÁLISE

SDR1- Hoje eu já não tenho mais pai, não tenho a mãe, **já** to viúva, me aposentei em abril, meu marido faleceu em julho, **então agora** sim, foi cortado um pouco do sonho que **eu** queria, que **eu sempre** pensei, quando **eu** me aposentasse **eu** ia fazer uma viagem, **eu** ia comprar um carrinho pra **depois nós** sossegar e viver pra **nós**, mas não deu tempo. Mas, **eu** pelo menos **eu** to tocando a vida. (S1)

Elementos inscritos no fio do discurso, como os advérbios de tempo “hoje”, “já”, “então”, “agora”, “sempre”, “depois”, revelam-nos a fluidez do tempo à qual o sujeito está submetido. Através da rememoração, o sujeito enuncia elementos que dizem respeito à formação da sua história de vida, deixando emergir aspectos da relação familiar e social.

A ausência do pai e da mãe é inscrita através de uma negação denuncia, no discurso do sujeito, a perda dos elementos identitários. O enunciado “já to viúva”, permite-nos refletir sobre o valor dado ao marido e ao casamento. Conforme Tedesco (2004, p. 302), o casamento, ao invés de alterar, resignificava e fortalecia a naturalização de papéis herdados pela sociedade patriarcal, isto é, desde muito cedo, as mulheres aprendiam que deveriam ocupar um espaço secundário em relação ao homem e ao núcleo familiar, tanto no desempenho de tarefas quanto na participação e exposição do seu posicionamento.

É necessário ressaltar que, em relação à memória discursiva, e por tratar-se de idosos, esses sujeitos dirigem seu olhar ao passado, mais precisamente aos anos em que eram mais jovens e em que algumas convenções sociais eram bem mais solidificadas do que em relação aos dias atuais. Além disso, não podemos esquecer de que a educação desses sujeitos deu-se a partir de valores familiares ainda mais antigos, atravessados por posições ideológicas muito consolidadas. Trata-se, sobretudo, dos valores inculcados pela lei, pela religião e repassados pela família, os quais seguem produzindo efeitos de sentido no discurso atual desses sujeitos.

Ao analisarmos a sequência discursiva acima, destacamos alguns elementos, como por exemplo, o advérbio de tempo “já”. As possibilidades dicionarizadas de sentido para ele encerram uma contradição: dependendo da situação de emprego, ora pode significar “neste momento, agora”, como no exemplo “Já chegaram os convidados”, ora pode significar “em algum ou qualquer tempo passado”, como em “Já estudaste?”. O interessante de seu uso nessa SDR é que carrega um pressuposto referente ao passado, “eu tive pai em algum tempo passado”, e simultaneamente situa-se no presente: agora, neste momento, hoje “eu não tenho pai”. Tal fato não só institui uma relação passado-presente, como também demonstra a perda

de identidade de “filha” – “Hoje eu já não tenho mais pai, não tenho a mãe ...”. Cabe aqui observar a falta do determinante em “pai” e sua presença em “não tenho a mãe”. Isso parece estar ligado à hierarquia familiar que impunha geralmente um distanciamento maior entre pai e filhos do que entre mãe e filhos.

O mesmo processo ocorre em “Já to viúva” em que o sujeito demonstra a perda de identidade de “esposa”, assim como de identidade profissional no caso de “me aposentei em abril”. Tais formulações mostram que a identidade do sujeito é construída em função do outro.

Na formulação “Então agora sim, foi cortado um pouco do sonho que eu tinha”, a expressão “Então agora sim” parece estabelecer um limite entre o ideal do passado perdido, em que o sujeito tinha a identidade de filha, esposa e profissional e a realidade do presente, a ausência de identidade. Esse modo de dizer parece estar numa enumeração hierárquica em que a identidade de esposa é priorizada, o que justificaria o uso da expressão em foco. Essa expressão também revela interdiscursivamente a interpelação do sujeito aos elementos de ordem ideológica relacionados à sociedade marcadamente patriarcal²⁰. O sujeito abandona parte de seus sonhos em virtude de não poder concebê-los em conjunto com o marido.

O sujeito, dessa forma, embora expressando que teve uma vida ligada ao trabalho, ainda permanece fortemente ligado à figura do marido, mantendo a carga patriarcal sob a qual viveram os seus pais e sob a qual vive até hoje, deixando reflexos em seu discurso. Mesmo com todas as mudanças na sociedade, principalmente no século passado, em relação ao papel da mulher e da família, ainda percebemos o poder que um gênero exerce em relação ao outro. Therborn (2006, p. 161) afirma: “Apesar de todas as mudanças de natureza secular do século XX terem marcado época, isso não significou o desaparecimento do patriarcado da face da terra”.

No entanto, no século passado, assistimos a uma verdadeira revolução na questão do patriarcado. A ideia de família passa, gradativamente, a ser considerada nuclear, uma vez que o patriarcado tradicionalmente concebido é atravessado por profundas mudanças, através das grandes guerras do século XX e dos movimentos de 1968. Therborn (2006, p. 114) afirma que esse processo de “*despatriarcalização*” reflete transformações universais nas relações de gênero e geração.

²⁰ Para Therborn, o patriarcado possui duas dimensões intrínsecas básicas: a dominação do pai e a dominação do marido, nessa ordem. Para o autor, “o patriarcado refere-se às relações familiares, de geração ou conjugais – ou seja, de modo mais claro, às relações de geração e de gênero” (2006, p. 29). O autor ainda que ressalva que, embora o patriarcado também modelasse as relações entre pai e filho, assim como as relações entre sogra e nora, o núcleo do poder patriarcal consistiu no poder do pai sobre a filha e no do marido sobre a mulher.

Talvez um indício dessas transformações no discurso em análise esteja no uso do modalizador “um pouco” em “... foi cortado um pouco do sonho que eu queria ...”, sinal de que resta algo do sonho, cuja concretização não depende totalmente da presença do outro. Essa interpretação parece plausível se observarmos que, na sequência do enunciado, quando há a descrição de aspectos relativos ao sonho, ocorre o uso reiterado do pronome “eu” numericamente superior ao “nós”.

Nesse mesmo enunciado, verificamos também uma contradição entre o tempo passado e o tempo presente, ou melhor, uma discrepância entre o emprego do advérbio de tempo “agora”, utilizado comumente para designar o tempo atual e a perífrase verbal “foi cortado”, empregada no pretérito perfeito. Isso diz respeito ao efeito que o passado segue produzindo no discurso atual do sujeito. O sujeito, cindido entre presente e pretérito, resgata assim elementos da memória, ressignificando-os, num constante ir e vir no tempo.

A questão do tempo também encontra-se implicada no uso do advérbio “sempre”, presente na relativa “que eu sempre pensei” que introduz, através da transitividade do verbo “pensei”, elementos de cunho ideológico: o desejo de fazer uma viagem e comprar um carro. Notemos que o advérbio “sempre” reafirma o sonho acalentado durante toda a vida do sujeito. Esse desejo resulta de valores vigentes na sociedade, relacionados ao *status* social e à vivência em comum ao lado do companheiro. Temos, pois, por um lado, à sujeição ao Mercado e, por outro, à sujeição à formação familiar tradicional.

Esses valores, no entanto, não chegam a se concretizar em ações efetivas, ficando no plano do sonho. É o que atestam as perífrases verbais “ia fazer” e “ia comprar” que não marcam a futuridade, mas os aspectos imperfectivo e não-acabado, indicando ações que não se realizaram. Tal movimento de sentido se estende no uso do elemento de contrajunção “mas”: “mas não deu tempo”, “Mas eu pelo menos eu to tocando a vida”, confirmando que as ações desse sujeito foram em vão, uma vez que não pode completar o seu sonho junto ao marido. Isso se justifica pela ideia difundida cultural e socialmente, de que uma vida bem vivida é aquela em que podemos adquirir bens e realizarmos sonhos. Dessa forma, é comum ouvirmos relatos de que o tempo passa rápido e que não há tempo suficiente de fazermos tudo o que temos planejado. Mesmo assim, o sujeito demonstra a necessidade de seguir um novo rumo para a vida, em uma tentativa de (re)construir a sua identidade, porém sempre atrelada ao passado e à figura do marido.

SDR-2 Depois vim pra cá, cuidei um gurizinho quando ele, faltava oito, faltava três meses pra ele nascer, o pai dele morreu. **Aí eu** fiquei só **eu**, ele e a mãe dele. **Aí** a mãe dele entrou em depressão, ele se criou no meu braço, ela não deu maminha **eu, eu...** tanto que ele me chama de minha mãe **até hoje**. **Aí eu** fiquei naquela casa até ele completar três anos, completou três anos e **aí eu** me casei... (S1)

Nessa sequência, observamos que o sujeito se remete ao tempo passado, de forma a ancorar a sua identidade na memória. Os elementos enunciados por esse sujeito dizem respeito aos aspectos do interdiscurso e a uma história de vida marcada pela atividade profissional e pelo relato da vida em família. Notemos que o papel da mulher está vinculado tanto ao casamento quanto ao trabalho.

Verificamos que, na expressão “eu, eu... tanto que”, incidem, intradiscursivamente, dois aspectos que dizem respeito à repetição do pronome “eu” (excesso) e à incompletude (falta) da predicação verbal. Parece-nos que tenta “buscar”, na memória, os elementos que complementam o seu discurso e, dessa forma, assume uma posição-sujeito materna, revelando a importância que essa passagem teve na sua vida, a ponto de fazer parte da sua história.

Dessa maneira, observamos como a questão da maternidade se faz importante na construção desse discurso e como esse aspecto é relevante para a construção identitária do sujeito na atualidade. Essa questão torna-se ainda mais consistente devido ao uso da expressão “ele se criou no meu braço”, a qual repercute no discurso do sujeito, evidenciando a ideia da importância do papel de mãe para esse sujeito, deixa evidente que essa dimensão afetiva possibilitada pelas lembranças repercute na formação da sua identidade, o que faz com que, no instante em que fala, o sujeito se preocupe em demonstrar a importância do fato de o menino chamá-la de “minha mãe”. Essa expressão está atrelada ao presente, uma vez que o sujeito afirma ser chamada de mãe “até hoje”, o que indica a permanência dessa posição-sujeito na atualidade.

Não podemos deixar de mencionar o excesso do advérbio “aí”, reiterado diversas vezes pelo sujeito. Esse vocábulo não só permite a coesão discursiva e o fluxo da narrativa, mas, também, instaura a temporalidade no discurso e faz com haja um movimento da memória em direção ao presente. Esse movimento recupera os sentidos e discursiviza o passado, encadeando os elementos do discurso e pontuando a sua trajetória de vida.

SDR-3 E assim **eu** fui indo, **hoje eu ainda** não tenho, mas **eu... eu** não tenho o telhado da minha casa **ainda, agora eu** to construindo o muro na volta, mas **agora eu já** me aposentei. E assim que foi a minha vida, mas... tudo, aprendi de tudo um pouco. Pra mim valeu a experiência porque **agora** pelo menos **eu** entendo como são as outras pessoas...(S1)

Novamente nessa sequência, o sujeito se posiciona no presente da enunciação. É desse tempo que evoca os elementos pretéritos e os ressignifica, através de advérbios que dizem respeito ao instante presente. Esses aspectos somados à análise dos tempos verbais nos dizem que as lembranças do sujeito repercutem de forma significativa em seu discurso. Acreditamos que a SDR 3 revela uma espécie de tensão entre o tempo passado e o presente, uma vez que o sujeito afirma que está realizando uma ação (terminar a construção de sua casa), ao mesmo tempo em que usa uma conjunção adversativa e demonstra uma condição que se revela quase como impeditiva à realização de seus sonhos (mas agora já me aposentei).

Observemos como esse aspecto é relevante para a construção do discurso do sujeito, já que a aposentadoria está diretamente ligada à ideia amplamente difundida de que o idoso é um sujeito improdutivo, uma vez que, como já demonstramos, o conceito de sociedade está relacionado à questão do trabalho e do consumo. O sujeito, por sua vez, toma esse saber como seu e produz esse efeito de sentido em seu discurso, inferiorizando de certa forma a própria contribuição que deu durante toda a sua vida de trabalho.

Além disso, observamos o quanto parece que seu ciclo de vida está se fechando, no momento em que afirma “e assim que foi a minha vida”, ou seja, esse enunciado revela que o sujeito parece estar encerrando a sua trajetória e a sua história, como se não houvesse mais tempo para o futuro ou como se a condição em que se encontra hoje pudesse impedi-lo de realizar seus objetivos e estabelecer outras perspectivas. Ao falar de si, o sujeito se vê iludido em controlar a sua linguagem, utilizando o vocábulo “assim” para determinar a sua trajetória. Contudo, esse vocábulo introduz uma opacidade de sentidos, pois, por ser demais vago, não restringe e não qualifica aquilo que o sujeito está se referindo. Dessa forma, o uso desse advérbio “aponta para a resistência que o sujeito tem em interpretar saberes pré-construídos, causando a impressão de que ele é o senhor da sua linguagem e que se auto-controla” (MUTTI, 2000, p. 25).

No entanto, notemos que o sujeito demonstra o desejo de um tempo futuro, através do uso reiterado do advérbio de tempo “ainda”, que provoca um entrelaçamento entre os tempos da narrativa, uma vez que nos remete à esperança de que os elementos evocados nesse discurso possam ser incluídos na história de vida do sujeito. Esse vocábulo nos fala,

portanto, do desejo que o sujeito possui, da possibilidade de encontrar um lugar, a realização de seus sonhos. Coracini afirma que o advérbio “ainda” “pressupõe a continuidade de um estado que, espera-se, será, no futuro, modificado ou a continuidade de algo que se desejaria que já estivesse modificado” (2005, p. 37).

Nesse contexto, compreendemos que o sujeito não constrói seu discurso baseado somente nas lembranças, mas, sim, entendemos o papel fundamental da memória na ressignificação de toda a trajetória de vida, produzindo efeitos de sentido que possibilitam entender como os elementos já-ditos são evocados pelos sujeitos. Tais elementos, ao serem ressignificados, também adquirem significados outros que vão de encontro a ideia – muito presente na sociedade contemporânea – que ao sujeito idoso só restam as lembranças. Dessa forma, mesmo que o sujeito adira a determinados saberes da ideologia dominante, ainda percebemos vestígios, brechas, que resistem ao assujeitamento e que revelam uma história de vida única.

SDR – 4 Então, quando chegava o natal, **nós** ficava feliz da vida, que **a gente** ganhava um sapatinho, um vestidinho ou um casaquinho, uma coisa bonitinha pra passear, que era final de ano, **a gente** botava pra fazer cuca, fazer biscoito... **Então eu sempre** tive assim aquela relação... **depois quando** era pra ta no colégio, **nós** ia até a metade do ano no colégio, na metade do ano quando **a gente** ia plantar, junho e julho **quando** começava a plantação, **ai** a mãe tirava **nós** do colégio, mais era o pai, a mãe não. Tirava nós do colégio, **quando nós** tinha que ajudar, **depois quando** era **lá no final do ano**... de novembro, **nós** ia de novo pro colégio, aquilo que era ruim. A única coisa que **agora a gente** leva que era ruim, porque, às vezes chegava **no final do ano** e **a gente** não tinha condições de passar que nem os outros.(S1)

Nessa sequência observamos, sobretudo, a grande alternância dos pronomes pessoais realizada pelo sujeito do discurso. Essa alternância nos dá indícios da presença de uma memória coletiva, que vão ancorando a identidade e produzindo os discursos. As lembranças, dessa forma, nunca são totalmente individuais, já que a memória grupal é feita de memórias individuais, conforme afirma Bosi (1994, p. 419). Ainda segundo a autora, “cada geração tem a memória de acontecimentos, que permanecem como pontos de demarcação em sua história” (1994, p. 418). Isso significa dizer que cada um irá observar a história que acontece, a partir da sua própria história, ou seja, a partir do seu olhar.

Dessa maneira, percebemos alguns valores sociais que atravessam a construção da SDR 4, os quais nos permitem não só entender como eram algumas relações sociais do passado, mas, também, nos ajudam a compreender como os elementos pretéritos são ressignificados no discurso presente. De acordo com Bosi, quando os sujeitos falam sobre o

passado, acabam sempre tocando na história, dizendo-nos aspectos a respeito desse tempo (1994, p. 424). A partir desses elementos, podemos entender como eram as relações e se houve transformações.

Observamos que, na análise da sequência acima, o sujeito revela tais aspectos da formação social em que foi criado, através da menção à infância. Notemos que esse período da sua vida foi marcado pelas atividades rurais, ou seja, o sujeito retrata uma infância atrelada ao trabalho. A vida escolar é posta em segundo plano, já que o sujeito deveria, primeiramente, ajudar a família na atividade rural. Observemos como a temporalidade é minuciosamente pontuada pelo sujeito do discurso, que constrói a sua narrativa em torno dos períodos de trabalho e estudo e de datas comemorativas. No discurso da memória, os fragmentos que estavam soltos e dispersos ganham coesão, através da fusão de referências e temporalidades (Cf. TEDESCO, 2004, p. 235).

Compreendemos que esses fatos relatados adquirem uma dimensão afetiva, uma vez que seguem na memória do sujeito, produzindo efeitos de sentido, que demonstram uma infância atravessada pelo trabalho rural, tornando difícil e até mesmo impossível a possibilidade de o sujeito frequentar a escola. Observemos ainda como tais fatos são pontuados pelo sujeito, evidenciando a questão da temporalidade que está atrelada à constituição da narrativa dessa história de vida.

A identidade ligada ao trabalho rural é um elemento histórico e social que emerge no discurso do sujeito, demonstrando o próprio movimento da memória discursiva na constituição da identidade. Sobre essa questão, recobramos Tedesco (2004, p.237):

O forte vínculo que existia entre a produção, consumo, comercialização, trabalho e família, renda e número de filhos reorienta-se com as transformações na vida doméstica, com o crescente envolvimento da mulher na força de trabalho não especificamente agrícola (TEDESCO, 2004, p. 237).

Através dessas considerações observamos como as lembranças são importantes para que entendamos aspectos sociais passados, evidenciando as posições que o sujeito toma no presente. Não podemos deixar de mencionar a falta percebida no intradiscurso, que se revela pela incompletude da SDR. Ao dizer “Então eu sempre tive assim aquela relação...”, o sujeito não conclui aquilo que está dizendo, deixando uma lacuna. Tal lacuna pode ser interpretada como um silenciamento de um sentido, o qual pode dar um indício de algo que o sujeito não deseja/não quer dizer.

De acordo com Orlandi, esse silenciamento expressa um indício das “bordas do discurso”, isto é, os limites que há entre cada formação discursiva (2007, p. 166). Com base nesse pressuposto, entendemos que há uma tensão entre as lembranças do sujeito que desestabilizam os sentidos, já que o sujeito se vê entre a conformidade e a sujeição com a vida que levou (o trabalho rural) e o desejo de que pudesse ter sido diferente (frequentar a escola).

Ao analisarmos esses aspectos, não podemos deixar de considerar a concepção que o sujeito tem em relação às figuras paternas e maternas, que também corroboram a existência dessa tensão no discurso. Dessa maneira, observamos a preservação da figura da mãe, que vai contra a postura adotada pelo pai. Enquanto este tira os filhos do colégio, levando-os para auxiliar no trabalho rural, contribuindo para a produção familiar e a própria subsistência, a mãe vai contra tal postura, como pode ser interpretado pela negação (“mais o pai, a mãe não”), desejando um futuro para os filhos, indo de encontro às atitudes paternas.

No entanto, como já mencionado, o respeito e a subordinação à figura paterna se sobressaem na composição da família dessa época. Dessa forma, o contexto sócio-histórico colabora para que a posição assumida pelo pai seja a lei, seja a ordem. Somado a esse aspecto, a sobrevivência da família permanece atrelada ao trabalho de todos os membros, o que, de certa forma, justifica a atitude paterna.

Na sequência “a única coisa ruim que a gente leva”, o sujeito “resume” a sua história, determinando a condição de impedimento, concluindo que sua vida não poderia ter sido diferente, já que as condições sociais em que se encontrava o deixavam prostrado, impossibilitado de seguir de outra forma. No entanto, notamos que tais elementos seguem na memória do sujeito, constituindo a sua identidade.

SDR-5 Eu deixei muita coisa, muitos amigos e... e... e me sinto assim, **hoje** honrada por isso porque o que **eu** pude fazer pelos outros, pela vida dos outros foi gratificante, é maravilhoso **a gente** poder fazer alguma coisa pelo próximo. Amizade **eu** deixei muita, como **eu** deixei, **até hoje** passam por mim aqui na cidade e me gritam “ô, vizinha” e **eu já** não conheço mais os meus netinhos. Que todo mundo me chama de vó, né? É um carinho, tanto adulto como pequeno, como jovem, tudo me chamam, é a vizinha, né?(S2)

Nesta sequência, observamos a presença da relação passado-presente estabelecida pelos tempos verbais (pretérito perfeito e presente) e intensificada pela presença do advérbio de tempo “hoje”. Notamos que o sujeito se sente realizado ao desempenhar suas ações em virtude do outro. Mesmo deixando os amigos, o sujeito se sente gratificado por fazer o bem aos outros. Mais uma vez, portanto, a identidade feminina está atrelada ao olhar que o outro

tem sobre esse sujeito, ou seja, a sua felicidade e a realização tem relação direta com a forma com que o outro o trata e o vê, possibilitando que a mulher obtenha a sensação de “pertencimento na sociedade” (SCHOLZE, 2006, p. 115).

Além disso, percebemos a presença de uma perspectiva introduzida de maneira subjacente ao enunciado, como, por exemplo, a ideia de doação que a mulher deve ter em relação ao outro, que o nomeia como avó. Faz-se necessário que notemos ainda a alternância que ocorre entre a primeira pessoa do singular e a forma “a gente”, que possui o valor pronominal da primeira pessoa do plural (nós). Esse deslizamento entre os pronomes não ocorre de maneira aleatória: o sujeito tenta fornecer uma justificativa, polifonicamente introduzida, que é não só de sua responsabilidade, mas de toda uma sociedade que sustenta esse dizer (o papel “natural” da mulher em cuidar do próximo). É através dessa perspectiva polifônica que percebemos que a identidade é dada pelo outro ao sujeito feminino idoso, que a considera a única possível, estabilizada dentro dos padrões estabelecidos socialmente.

As ideias enunciadas pelo sujeito em todo o âmbito da SDR possibilitam entender como a memória, em sua dimensão afetiva, segue produzindo efeitos de sentido na identidade da mulher idosa, no presente. Isso se confirma pelos elementos que se relacionam aos elementos do interdiscurso, ou seja, na constituição da imagem da mulher como provedora. Essa imagem é reforçada pelo papel que o sujeito desempenha como avó.

Conforme Salgado, “as avós exercem uma função importante dentro do sistema familiar amplo, promovendo uma gama de apoio tanto aos filhos (as) quanto aos netos (as). Esta função de avó serve de meio para a expansão da identidade pessoal e social” (2002, p. 15).

SDR-6 Só, a única coisa é que foi **depois**, que eu namorei e que **eu** queria fazer minha faculdade e não consegui, foi uma frustração, mas também foi um erro meu porque **quando** a filha fez vestibular, ela disse: “Mãe, vamos fazer juntas?” E **eu** me achei velha, não quis fazer junto com ela porque me achei velha. (S3)

Ao falar de si, o sujeito rememora aspectos do passado que permanecem, construindo a sua identidade atual. No caso dessa sequência, o sujeito fala sobre o passado, sem fazer referência ao momento presente. No entanto, a retrospectiva realizada revela a permanência de um desejo, expresso pelo tempo verbal pretérito imperfeito (queria). Notemos que, para o sujeito, há um tempo próprio para a realização desse desejo, ou seja, o estudo deve ser uma atividade ligada à juventude e não à pessoa idosa. Nesse caso, o sujeito não se sente totalmente realizado, já que não conseguiu obter uma educação de nível superior. Contudo,

quando o sujeito tem a oportunidade de realizar o sonho, não o faz, por considerar-se uma pessoa idosa e, portanto, em sua concepção, incapaz de transgredir.

Em uma análise do intradiscurso, percebemos a presença do “mas”, elemento de contração, que geralmente expressa ideias em oposição. No entanto, nesse caso, o enunciado “... foi uma frustração, mas também um erro meu” não há opositividade, pois as duas proposições levam à mesma orientação argumentativa²¹, isto é, a não concretização de cursar o ensino superior. Para o sujeito, a juventude é o tempo que se tem para estudar. Na sequência, poderíamos esperar que o sujeito pudesse transgredir o padrão, dizendo que realizou seu sonho de juventude em idade mais avançada. No entanto, a ideia das sequências anteriores é corroborada posteriormente, através da afirmação que o estudo não é algo que a pessoa idosa possa realizar. Nessa sequência, o sujeito mantém uma mesma posição, não havendo confronto entre as posições ocupadas no passado e no presente.

Conforme Salgado (2002, p. 10), a mulher idosa, na sociedade atual, enfrenta desafios em relação à sua identidade, defrontando-se com um sentimento de inutilidade, “provocados por mitos e estereótipos que existem socialmente” (SALGADO, 2002, p. 10). Segundo a autora, a sociedade exige que, cada vez mais, a mulher seja produtiva e colabore com a sociedade. Assim, a mulher idosa tem a sua identidade afetada, já que uma série de elementos – de ordem familiar e social – se acrescentam a sua vida, ao mesmo tempo em que passa a conviver com as mudanças que surgem nessa faixa etária, como as doenças, os recursos financeiros insuficientes, a dependência de familiares. Assim, passa a sofrer, comumente, a discriminação por gênero e por idade, chamada gerofobia²².

Existem diversas vozes que circulam, afirmando que a mulher idosa não pode seguir seus estudos. O sujeito idoso adere a essa perspectiva imposta socialmente, uma vez que a mídia, as instituições e a sociedade, de um modo geral, impõem a ideia de que o

²¹ De acordo com a Teoria da Argumentação na Língua, Ducrot afirma que há, em cada enunciado, o locutor (ser responsável pela enunciação) e os enunciadores (responsáveis pela emissão de pontos de vista) (cf. FLORES e TEIXEIRA, 2005, p. 64-66). Ducrot exemplifica tal noção, através das chamadas “instruções de frase”. Para elucidarmos essa questão, recobramos Nesello, que diz: “construa quatro enunciadores, sendo que E1 contém o ponto de vista X, E2 tira uma conclusão r a partir de X, E3 contém o ponto de vista Y e E4, a partir de Y, conclui não-r” (NESELLO, 2008, p.1). Já locutor L, rejeita E2 e se identifica com E4. Em relação aos enunciadores E1 e E3, L não os rejeita, podendo se identificar com eles. No enunciado analisado, entendemos que as duas proposições levam à mesma orientação argumentativa porque E3 e E4 assumem uma posição de concordância em relação a E1 e E3.

²² Segundo Salgado (2002, p. 11), a “gerofobia” ou “ageism” é o termo usado para descrever os preconceitos e estereótipos em relação às pessoas idosas, fundados unicamente na idade. Para a autora, é necessário compreender que esse fenômeno da discriminação por idade está amplamente ligado ao sexismo. A gerofobia, nesse sentido, está relacionada à ideia – culturalmente difundida – de que, enquanto a mulher idosa está “enrugada”, os homens da mesma idade são considerados “durões, rudes e viris” (SALGADO, 2002, p. 11-12).

indivíduo idoso não pode realizar determinadas atividades. Os idosos, por sua vez, aderem a essa posição difundida pela maioria dos segmentos da sociedade, internalizando esses sentidos e manifestando-os como seus.

Compreendemos que a posição-sujeito assumida por essa idosa corresponde a uma relação de tensão entre o passado e o presente. Esse movimento diz respeito ao interdiscurso e às atuais condições de produção desse enunciado. O sujeito encontra-se em um limiar entre a concepção social em que vivia e em que foi educado, ou seja, que a mulher deve assumir o compromisso com os valores familiares antes de preocupar-se com a sua própria vida e sua educação e a perspectiva atual, isto é, a mudança social ocorrida nas últimas décadas, que faz com que a sua filha tenha oportunidades distintas. Esses valores entram em discordância e fazem com que o sujeito adira ao passado, àqueles valores que carrega como herança.

SDR-7 Quando **a gente** era criança, **eu ainda** tenho amiga de infância, graças a Deus, que... que é minha vizinha **hoje**. **A gente** se criou junto e é minha vizinha. **Nós** brincava de mãe, **nós** brincava de ficar velho. **Naquele tempo**, **nós** brincava de ficar velho era com cinquenta anos. **Então nós** era muito velho com cinquenta anos. E nas brincadeiras também, brincava de boneca assim, tinha filha, filho, de boneca. E **a gente**... **eu** dizia que **eu** queria, que **eu** gostaria de ter filhos homens, porque **naquele tempo** não existia o termo “mãe solteira” **ainda**, porque **naquele tempo** era muito chocante pra família. (S4)

No trecho analisado, o sujeito relembra a sua infância, em um discurso atravessado por questões de extrema complexidade como a maternidade, o papel da mulher e a velhice. O modo de dizer essas questões revela o assujeitamento ideológico do sujeito no discurso, uma vez que põe em jogo saberes sociais padronizados. Além disso, tais aspectos permitem verificar que as relações familiares são atravessadas por esses saberes, que são internalizados já na infância, produzindo efeitos ao decorrer de toda a trajetória de vida do sujeito.

Ao analisarmos as expressões temporais, percebemos a presença da relação passado-presente, veiculada através do advérbio “hoje” (presente) e da expressão “naquele tempo” (passado). Notemos que há um excesso dessa expressão na SDR analisada, causando um efeito de sentido de identificação do sujeito com esse tempo. Essa expressão também estabelece uma comparação entre os elementos do passado e do presente. Somam-se a isso, o verbo “gostaria”, no futuro do pretérito, que indica um desejo do sujeito não concretizado, conclusão a que chegamos através do uso do futuro do pretérito. Ernst-Pereira (2006) diz que

toda vez que se utiliza o futuro do pretérito, na forma afirmativa, faz-se um encadeamento com um enunciado real ou virtual negativo que corresponde a uma outra posição. Essa outra posição que emerge adquire realidade e é a que se efetiva mais concretamente. De alguma forma, o uso do futuro do pretérito sempre institui uma negação de um outro enunciado, segundo a autora. No caso desta análise, essa outra posição diz respeito ao fato de o sujeito não ter tido filhos homens: “gostaria de ter filhos homens (mas não tive)”.

Outro aspecto a ser referido diz respeito à imposição social que não permitia à mulher criar seus filhos sozinha e independentemente do marido. Nesse discurso, observamos o atravessamento de saberes que vão além do núcleo familiar; dizem respeito à sociedade, principalmente no que corresponde às leis em vigor. Lembremos que, considerando a idade dos sujeitos, estamos falando das décadas de 50 ou 60, as quais eram regidas pelo Código Civil de 1916. Recordemos ainda que tal código trazia, no artigo 233, a seguinte injunção: “O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos”. Ao assumir o papel de colaboradora na família, a mulher é, juridicamente, proibida de exercer a função de chefe de família, portanto, é incapaz de criar seus filhos sozinha. No entanto, atualmente, o Código Civil Brasileiro aboliu a expressão “Pátrio Poder”, utilizando a expressão “Poder Familiar”, relativamente mais democrática. Compete, então, aos pais – tanto ao homem quanto à mulher – a educação dos filhos, suprimindo a função da mulher como colaboradora.

Notemos ainda que, mesmo falando na infância e não na vida adulta, o desejo infantil do sujeito é ser mãe, ou seja, exercer o papel próprio da mulher. Mas ao mesmo tempo, o sujeito não tem a pretensão de ter uma filha, porque parece que já prevê que esta possa vir a ser mãe solteira. Por isso, deseja ter um filho, que não correrá o risco de ser pai solteiro e que pode, sem problema algum, ser independente ou mesmo, separar-se da mulher sem nenhuma preocupação com sua imagem. O preconceito parte do próprio sujeito que, de maneira inconsciente, propaga a ideia socialmente difundida de que a função da mulher é viver unicamente para a família.

Devemos notar a repetição do pronome pessoal “eu”, juntamente às formas verbais do pretérito imperfeito “dizia” e “queria”. Entendemos que a substituição, na fala do sujeito, da forma “queria” por “gostaria” pode ser considerado um abrandamento de expressão, mas motivado por razões ideológicas. Na sua posição de mulher, não cabe “querer”, porque isso implicaria objetividade, vontade e determinação, prerrogativa masculina, mas apenas “gostar”, estaria assim mais ligada à subjetividade feminina e à afetividade.

Notamos ainda, nesse fragmento, o abandono, pelo sujeito, da pluralidade, da coletividade expressa pelo pronome “a gente” para defender uma ideia que acredita ser própria, em um discurso atravessado pela exterioridade, por valores ideológicos. Esses valores são introjetados nos sujeitos femininos em sua trajetória de vida. Segundo Bourdieu (2002, p. 45),

E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica (BOURDIEU, 2002, p. 45).

Dessa maneira, a identidade do sujeito vai sendo construída. Notemos que, na infância, a velhice é percebida como uma fase que tarda a chegar, já que a criança parece dispor de todo o tempo do mundo. Por isso, ter cinquenta anos, na concepção infantil, é ser velho, como afirmado pelo sujeito do discurso. Observemos ainda que a SDR analisada constitui-se de um relato, cujos tempos verbais característicos são o imperfeito “era”, “brincava”, “dizia”, “queria”, “gostaria”, “existia”). No entanto, a homogeneidade do relato é quebrada pela interposição de tempos verbais próprios, o que Benveniste caracteriza como discurso em oposição à história²³. Isso tem um efeito. Esse discurso intercalado em forma de comentário (“eu ainda tenho amiga de infância, graças a Deus, que ... que é minha vizinha hoje. A gente se criou junto e é minha vizinha”) trata de coisas que afetam diretamente e na atualidade aquele que fala. A interrupção que se estabelece no fio do discurso é dramática, expondo a necessidade do outro, a alteridade indispensável para se constituir como sujeito que possui uma identidade.

Outro aspecto importante de destacarmos, relacionado ao tempo, diz respeito ao emprego do advérbio “ainda” que pressupõe uma futuridade, aquilo que está por vir, e concomitantemente uma presencialidade ou preteridade. Em “eu ainda tenho amiga de infância”, o devir é trágico, implicando perda e solidão, e o presente é aquilo de que dispõe, mas que é fugidío, podendo escapar; no caso de “porque naquele tempo não existia o termo “mãe solteira ainda...”, temos preteridade – outrora “o termo não existia” – e presencialidade e futuridade que dizem respeito à mudança operada na sociedade com relação à gravidez de mulher solteira. Num caso, temos o “fantasma” da solidão, que, embora possa “advir” da

²³ O autor, a partir do estudo do sistema pronominal e verbal do francês, inseriu, nos estudos lingüísticos a questão da subjetividade, reconhecendo dois planos de enunciação: a história em que há o relato de eventos passados sem o envolvimento de quem enuncia, e o discurso em que, ao contrário, o enunciador assume o que é dito.

natureza gregária da humanidade, é fortemente mantido pela sociedade. No outro, o que está em questão é a moral conservadora. Através dos elementos intradiscursivos destacados e analisados, percebemos a adesão do sujeito a essas injunções ideológicas que estão determinando sua identidade e discursividade.

SDR-8 A minha relação com pai e mãe foi muito importante que **hoje eu** to colhendo os frutos das coisas que eu aprendi com eles, né... de... A minha mãe foi uma pessoa que veio de fora pra trabalhar como babá, depois que ela veio **eu** nasci treze anos depois, mais ou menos. Mas ela, apesar dela ser uma pessoa que não teve estudo, ela... **hoje eu** to vendo tudo de bom que ela me deixou ah... como o trabalho, como o respeito às pessoas [...] porque **eu** fui criada **naquele tempo** que **a gente** tinha muito respeito, **sempre** tem um respeito... **hoje** também, o respeito tem que estar **sempre** presente, mas ah... muito respeito às pessoas, **a gente** tinha que ter, né? **Eu** me lembro que **eu** ia fazer visita com ela, **eu** ia nas casas assim, **a gente** tinha que ficar sentado e não podia tocar nas coisas, né, não conversava, ficava ali sentado perto da mãe, né?(S4)

Nesta sequência observamos o uso de expressões temporais que situam as lembranças do sujeito em determinado tempo e nos fornecem um panorama do modo como a sociedade se organizava. Ao lembrar-se do passado, o sujeito relata que “havia muito respeito”; no presente, isso se torna uma injunção, algo que deve ser cumprido: “o respeito tem que estar sempre presente”.

Essa ideia de respeito pelo outro se relaciona com a criação, ou seja, com uma formação discursiva familiar tradicional, que é manifestada pela alternância dos pronomes pessoais de 1ª pessoa do singular e pelo equivalente de 1ª pessoa do plural “a gente”, conforme já mencionado por Alves (2002). Observemos que, primeiramente, o sujeito manifesta uma opinião marcadamente subjetiva e depois introduz uma perspectiva mais genérica. Ao dizer “eu fui criada naquele tempo em que a gente tinha muito respeito”, o sujeito afirma que há um tempo em que se tinha respeito pelos mais velhos e pelos pais, em especial e que essa conduta não era apenas sua, mas sim de toda uma sociedade, ao introduzir a expressão “a gente”.

Podemos relacionar a questão da identidade ao tempo verbal utilizado no primeiro enunciado “eu fui criada naquele tempo”. Se o pretérito perfeito indica uma ação já acabada, compreendemos que essa influência familiar foi crucial para a constituição identitária do sujeito, que crê em uma identidade estável e homogênea, relacionando à atualidade a mesma condição que tinha no passado (“hoje também, o respeito tem que estar sempre presente”).

O discurso desse sujeito mostra alguns fatores que envolvem a família como instituição social. Poderíamos dizer, portanto, que em uma formação discursiva familiar estão

implicados aspectos mais complexos, como os valores religiosos, que por sua vez influenciam o discurso jurídico e que nortearão as relações sociais. De acordo com Therborn, “as mudanças familiares e políticas raramente podem ser consideradas endógenas, como se não se relacionassem com processos sociais e econômicos” (2006, p. 120). Isso significa dizer que as transformações sociais afetam a constituição do núcleo familiar, determinando as posições ideológicas assumidas pelos membros, repercutindo no discurso dos sujeitos.

SDR-9 E do lado... **eu** herdei muito que hoje **eu** tô envolvida com canto e dança, porque o meu pai abria blocos carnavalescos. **Então eu** tive essa relação de família pobre, simples, mas alegre. Herdei muito isso, meu pai gostava de chegar em casa, ele não batia na porta, ele batucava e cantava, e ... mas era uma pessoa, uma coisa que **aí** a relação que **eu** acho que **eu** tenho com as pessoas **hoje**, porque o meu pai e a minha mãe foram pessoas muito respeitadas.(S4)

Novamente, a questão do respeito é mencionada como uma característica da família que é prolongada na própria vida do sujeito. Isso se reflete pelo seu posicionamento no presente, pelos elementos da memória que são engendrados no discurso que se fazem presentes através do uso do verbo “herdar”. Observamos que a questão dos valores que são transmitidos de geração em geração produzem efeitos de sentido no discurso desses sujeitos, influenciando diretamente a constituição da identidade desse sujeito.

Podemos identificar, nessa SDR, o excesso do pronome pessoal “eu”, o que mostra o forte envolvimento do sujeito com aquilo que diz. Indício da subjetividade, evidencia também a questão identitária aí presente. Essa marcação pronominal nos revela um teor importante dessa narrativa, que diz respeito às lembranças que o sujeito tem de si e daqueles que compunham seu núcleo familiar. Seu discurso também revela sentidos a respeito da imagem de uma família respeitada, o que é enunciado no fio do discurso: “meu pai e minha mãe eram pessoas muito respeitadas”.

Além da valorização da família, o sujeito assume uma outra posição a ela relacionada. Observemos o enunciado: “então eu tive essa relação de família pobre, simples, mas alegre”. É significativo o uso do elemento de contrajunção. Por que o sujeito não enunciou um elemento aditivo “então eu tive essa relação de família pobre, simples e alegre”? Por que opor “alegre” a “pobre” e “simples”? O que está em jogo no emprego desse recurso é o elemento do saber que relaciona pobreza e simplicidade à tristeza. Assim, as posições assumidas pelo sujeito estão ligadas a uma FD que prioriza a família e que nega a riqueza como fator de felicidade.

Esses elementos, presentes no imaginário, emergem no discurso, fazendo com que as lembranças que o sujeito tem das relações familiares sejam questões determinantes na constituição do seu discurso e de sua identidade.

SDR-10 Ah... a minha mãe não chegou a casar com o meu pai, **eu** fiz quinze anos, **quando** chegou perto dos meus catorze anos, minha madrinha, viva **ainda**, que a minha madrinha me auxiliou bastante **até** os dezessete anos. E ela queria muito que ele casasse com a minha mãe. Ele era bem fuzarqueiro. **Uma vez** ele me contou que **eu** teria uns irmãos que **eu** não cheguei a conhecer, né. (S4)

Nessa sequência, observamos que o sujeito relembra os aspectos familiares, através daquilo que experienciou, mas também e do que lhe foi passado. Os aspectos rememorados seguem produzindo efeitos de sentido no discurso do sujeito e mostram uma conexão com o presente, através do advérbio de tempo “ainda”. Tais elementos constituem a sua história, que também está relacionada à presença do outro. No discurso analisado, observamos que a presença do outro – no caso, o pai – está marcada. Essa forma de heterogeneidade, determinada por Authier-Revuz (2004) como heterogeneidade marcada imprime, no discurso, a voz do outro, pela introdução do verbo *dicendi* “contar”.

Para a autora, a forma sintática do discurso indireto designa “de maneira unívoca, no plano da frase, um outro ato de enunciação” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12). Nesse tipo de discurso, o sujeito do discurso (locutor) se comporta como um “tradutor”, em que, a partir das suas palavras, remete ao discurso de outro, como se esse outro fosse a “fonte” do sentido. Sendo assim, as palavras do pai, na SDR analisada, caracterizam o discurso através do contexto sócio-histórico que as lembranças remetem. Ao deslocar-se no tempo, os elementos do interdiscurso produzem efeitos de sentido que dizem respeito à condição da mulher (enquanto esposa e enquanto filha) e sua posição na família, bem como revelam aspectos da constituição familiar, baseada no patriarcado.

Sobre essas questões, recobramos Therborn:

Com relação às relações entre marido e mulher, os principais aspectos são: a presença ou ausência da assimetria sexual institucionalizada, tal como na poligínia e nas regras diferenciais para o adultério; a hierarquia do poder marital, expressa pelas normas de chefia marital e de representação familiar; e a heteronomia, ou seja, o dever de obediência da mulher e o controle do marido sobre sua mobilidade, suas decisões e seu trabalho (THERBORN, 2006, p. 30).

Além disso, percebemos na materialidade discursiva, a marcação do pronome de primeira pessoa do singular, o que imprime ao discurso, um caráter bastante subjetivo. Essas lembranças individuais do sujeito são traços da constituição de uma sociedade, os quais se mostram, principalmente, pela introdução da voz paterna na narrativa do sujeito, o que não ocorre fortuitamente. Essa marca, somada às expressões que revelam a temporalidade no discurso, demonstra aspectos da trajetória de vida desse sujeito, permitindo-nos o acesso a elementos constitutivos da sociedade da sua época.

SDR-11 Ele [o pai] gostava que tivesse cabelo comprido, porque ele gostava de admirar, contava coisas que os índios eram assim, cabelo escorrido, **sempre nós** tivemos o cabelo muito liso, pesado e... mas não nos deixava, **eu** ou minhas irmãs, sair pra rua sem trançar os cabelos, porque ele dizia que era uma coisa assim, que insinuava muito, tentava os homens, aqueles cabelos compridos. E **eu** pedia muito pra cortar. Muito, muito, muito. Por que **eu** via, vinha com a minha mãe, com os outros irmãos, vinha a algumas festinhas, alguns aniversários e **eu** não via ninguém de cabelo comprido. **Então eu** me sentia diferente. **Agora eu** vejo né. **Eu** tava numa adolescência que não queria ta assim diferente da turma né. Já era de fora, era de pele muito escura... morena, por viver muito à vontade na beira dum rio e ainda aqueles cabelos assim, **eu** vivia querendo cortar. E ele não. Cortar, não. Tanto foi que **um dia**, ele disse assim: “**quando eu** morrer, tu corta o cabelo”. Fica livre. [...] E aí um belo dia, tirei o luto e tal tal e disse “vou cortar o cabelo”. E a mãe disse: “não, teu pai não queria”. E **eu** digo “não, mas ele me liberou, ele disse que quando ele morresse, **eu** podia cortar”. E cortei. (S5)

Notemos o desejo do sujeito de cortar os cabelos, que é visto pelo pai como um confronto com a identidade que ele deseja construir em suas filhas, a qual está atrelada às suas origens, já que o sujeito relata que o pai “se dizia de origem indígena”. Observemos que, mesmo que o pai gostasse de admirar as filhas e não as deixasse cortar os cabelos, elas deveriam prendê-los ao sair de casa. Entendemos que essa atitude é manifestada pela postura que o homem deveria ter na sociedade. Além disso, notamos a conduta do pai, o qual acredita que a mulher é responsável por despertar, no homem, o desejo. Por isso, a justificativa de que os cabelos compridos “insinuavam” os homens.

Além disso, notamos como o substantivo “cabelo” é repetido nesta sequência. Esse excesso evidencia a importância dessa lembrança na constituição da identidade desse sujeito. Observamos como tal lembrança é importante para o sujeito, ao ponto de permanecer em sua memória, mesmo com o passar do tempo. Acreditamos, portanto, que o excesso está relacionado à constituição da identidade desse sujeito que quer romper com os padrões da época e que é coibido pela postura assumida pelo pai.

Sendo o cabelo comprido uma das formas mais simbólicas de representação do feminino, fica evidente que o sujeito deseja encontrar uma nova forma de expressar a sua identidade, desvinculando-se das concepções ideológicas assumidas pelo pai. Notamos ainda que essa vontade era bastante subjetiva, uma vez que o pronome pessoal está bem marcado no trecho “e eu pedia muito pra cortar”. Essa manifestação é diferente de outro trecho dessa mesma SDR: notemos que, no início do período, a construção realizada pelo sujeito oculta o pronome pessoal. Assim, o trecho é construído: “Ele gostava que (ø) tivesse cabelo comprido”. Dessa maneira, observamos que as construções realizadas no início e no final dessa SDR diferem entre si. Primeiramente, o sujeito oculta o pronome pessoal, que é marca de subjetividade, embora este pronome possa ser resgatado através da desinência número pessoal do verbo. No entanto, essa desinência, sendo comum a primeira e a terceira pessoa, pode gerar uma indefinição do agente verbal, dada a possibilidade de ser “ele” ou “eu”. Essa indefinição não singulariza totalmente o sujeito que fala, minimizando seu envolvimento. Já na construção posterior, a subjetividade fica evidente, indicada pelo pronome pessoal “eu”.

Uma outra forma de corroborar o fato de haver o conflito que a FD paterna e a do sujeito, é a repetição do advérbio “muito”, ao final da sequência. Compreendemos que o desejo expresso pelo sujeito, impedido pelo pai, se reverbera na repetição desse vocábulo. Essa repetição de palavras, segundo Ernst-Pereira, traduz-se em excesso no intradiscurso, tendo como finalidade “estabelecer provavelmente a relevância de saberes de uma determinada formação discursiva através da repetição” (2009, p.5). Tais saberes estão relacionados à formação discursiva a que se filia o sujeito do discurso, o que estabelece, no caso, uma tensão em relação à FD do pai.

A temporalidade também é expressa através dos tempos verbais pretérito perfeito (“disse”) e presente (“digo”). No momento em que enuncia, o sujeito se reporta ao passado como se esse fosse o momento do discurso. Observemos o quanto esse posicionamento do sujeito segue produzindo efeitos de sentido em seu discurso, ao ponto de ser resgatado do passado e redimensionado no momento da enunciação.

Em relação às expressões temporais, podemos perceber que o sujeito também realiza uma comparação entre o passado e o presente. Entendemos que, a partir da análise do advérbio de tempo “agora”, o sujeito assume uma outra posição, pois passa a olhar o seu passado de uma outra perspectiva. O “agora” discursivizado nos revela que o sujeito, no momento presente, vê a sua própria história de uma perspectiva diferente.

O posicionamento assumido pelo pai visa impedir que a filha afirme sua identidade, fazendo com que esta sinta-se coibida. Tal posicionamento permanece, mesmo

depois da morte do pai do sujeito discursivo, através do discurso da mãe, que reforça os saberes implícitos à FD, provocando o assujeitamento da filha. Na memória discursiva inscrita nessa SDR, podemos perceber que o líder da família (pai) se sente um defensor dos valores familiares, aquele que deve respeitar e manter as normas estabelecidas pela e na sociedade. O pai fala a partir da sua posição-sujeito em relação aos valores herdados que deve manter e respeitar, sendo leal a estes até o dia de sua morte.

A voz paterna aparece na lembrança do sujeito do discurso de forma a mostrar a ideologia representada pela posição-sujeito que o pai ocupa, bem como tenta impedir a adesão da filha a outros saberes. Justificamos tal afirmação pelas escolhas lexicais que o sujeito usa ao enunciar seu discurso: “um dia ele disse”, ou seja, um dia qualquer, que não foi diferente dos outros dias, em que seus desejos foram negados, silenciados. No entanto, em “um belo dia”, o sujeito rebelou-se: em um dia que ficou marcado na sua história, o sujeito do discurso passou a afirmar a identidade antes reprimida, antes silenciada pelo discurso paterno. Através dessa SDR, podemos dizer que o sujeito assumiu uma outra posição, contraidentificando-se com a FD familiar.

SDR-12 Da mãe, **eu** também tenho boas lembranças, ela também tinha o cabelo comprido. **Depois**, acabou cortando. Mas **eu** tinha assim, boas lembranças, uma mulher muito batalhadora, que... que nessa fase assim difícil, **quando** o pai morreu, ela fazia bolo pra vender, fazia doce, coisa assim pra se defender, né? E **aí** um ajudava, outro ajudava, uma situação meio assim, que **agora eu** vejo, seria bem complicada pra ela. Mas ela foi vencendo, né? Passo a passo foi ajustando as coisas da melhor maneira. (S5)

Nessa sequência, observamos que as lembranças incidem na história de vida do sujeito através dos valores maternos que constituíram tanto a identidade da sua mãe quanto do próprio sujeito que narra essa história. Percebemos que o sujeito produz sua narrativa, respeitando uma linearidade temporal, falando sobre o passado, não deixando de marcar novamente, a questão do cabelo. Não deixamos de questionar o quanto tal fato era importante para o sujeito, que associa o fato de a mãe ter cortado o cabelo à coragem e à firmeza para enfrentar a difícil situação da perda do pai.

Nesse fragmento, é interessante observar dois aspectos que nos causam estranhamento. Observemos que o sujeito constrói sua SDR da seguinte forma: “Da mãe eu também *tenho* boas lembranças, ela também tinha o cabelo comprido. Depois, acabou cortando. *Mas*, eu *tinha* assim boas lembranças...”. Primeiramente, nos causa estranheza a mudança entre os tempos verbais presente e pretérito imperfeito. Tal fato promove uma

ruptura temporal e situa o sujeito em dois tempos diferentes: no presente, quando o sujeito expressa a ausência da mãe e, no pretérito, quando se mostra hesitante quanto às lembranças maternas. Essa hesitação manifesta-se também através do uso repetido do advérbio “assim”. De acordo com Mutti, a presença do termo “assim” parece se relacionar com a contingência de o sujeito constituir um referente, a partir da língua, recorrendo a saberes de uma formação discursiva, veiculando, dessa forma, sentidos que lhe são confusos (2000, p. 18). Dessa forma, o sujeito acredita que a significação está completa e que o interlocutor entende exatamente aquilo que quis afirmar. É o que ocorre na sequência analisada. Ainda conforme Mutti, o uso dessa palavra e também sua repetição indica que “estamos diante de um emprego de caráter subjetivo, afetivo, ligado ao sujeito da enunciação, que não se comporta exatamente como a gramática tradicional prescreve” (2000, p. 18).

O efeito de sentido produzido pelo advérbio “assim” na construção dessa SDR é o de manifestar as lembranças do sujeito, adaptando-as ao presente e à forma como o sujeito gostaria que fossem assimilados pelo ouvinte, dada a ilusão que aquilo que enuncia é transparente. O modo como o sujeito constrói essa sequência remete, então, àquilo que Pêcheux determina como os esquecimentos, uma vez que o sujeito acredita ser a origem do sentido e tem a ilusão que de os sentidos são transparentes e os vocábulos refletem objetivamente aquilo que deseja dizer (cf. PÊCHEUX, 1975, p. 173).

Outro aspecto a observar é o uso do advérbio “agora”. Parece que ele opera, na linearidade significante, uma divisão entre o passado e o presente. No passado, a ignorância do sujeito frente às adversidades da vida; no presente, o conhecimento da luta enfrentada pela mãe. Essa posição-sujeito, assumida na atualidade, revela sua filiação a uma FD que valoriza o sujeito feminino, a mãe, como exemplo de união e força. Isso é sustentado, na materialidade discursiva, através das expressões: “boas lembranças”, “mulher muito batalhadora”, “ela foi vencendo”, “foi ajustando as coisas da melhor maneira”.

SDR-13 E era assim né, era um castigo mesmo e **a gente** obedecia, havia muita obediência, não apanhávamos, era só o castigo e o olhar né, só pra ver aquele olhar assim, **a gente** ó, **já** sabia, né? Não havia desobediência e **eu...** gostei, gosto, acho bonito, mas só que **agora a gente** não pode mexer nessa parte aí né? Por que ta havendo, ta muito assim... a evolução, a criação de **agora**, pra educação dos filhos, não ta existindo muito amor né? (S6)

Na sequência acima, observamos como os sentidos são incorporados pelo sujeito do discurso, desde a infância, internalizando-se e disciplinando suas ações na idade adulta. A

reiteração do sujeito, afirmando que não havia desobediência, confirma a adesão dos sentidos ao discurso materno, ou seja, o sujeito concorda com o discurso da mãe, demonstrando que acredita nesse dizer. Essa interpretação pode ser considerada pela afirmação que o sujeito faz sobre a postura da mãe, sobretudo pela repetição dos vocábulos utilizados em seu enunciado: “Não havia desobediência e eu... *gostei, gosto, acho bonito*”.

Observamos então o quanto a postura da mãe influencia na constituição da identidade do sujeito. Percebemos que os hábitos adquiridos na infância e a conduta dos familiares seguem produzindo efeitos de sentido no presente. Podemos entender tal fato, pelo uso do advérbio de tempo “agora”, que situa o sujeito no momento, instaurando a sua posição quanto ao modo de constituição da família de hoje. Um exemplo dessa assimilação entre a posição da mãe e os valores apreendidos pelo sujeito – que constituem a sua identidade atualmente – é a vinculação dessa postura com um exemplo de amor, uma vez que o sujeito enuncia que hoje, como não se pode agir dessa forma, não há amor.

Ao enunciar que “agora a gente não pode mexer nessa parte aí”, o sujeito pode estar referindo os elementos da memória discursiva, como por exemplo, às leis criadas em função da proteção da criança (o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8069, de 1990) e até mesmo pela crescente divulgação na mídia de maus tratos a menores. Além disso, o sujeito também pode estar se referindo à própria “dessimbolização geracional” (Dufour, 2005), já mencionada neste trabalho, em que os papéis de pais e filhos estão invertidos. Dessa forma, entendemos que o sujeito adere aos sentidos da FD familiar, identificando-se com a posição da mãe.

A figura materna é recordada pelo sujeito do discurso, de forma bastante intensa. Esse aspecto se dá, de acordo com Bosi (1994, p. 429), pela presença mais concreta da mãe na vida do lar. A imagem da mãe, portanto, se revela central na vida e na formação identitária desse sujeito.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise e da reflexão teórica apresentada neste trabalho, procuramos demonstrar os aspectos vários que estão entrelaçados à questão da memória. Tais aspectos referem-se tanto à constituição das identidades quanto à presença de elementos de ordem ideológica, que puderam ser interpretados a partir da materialidade lingüística. Eles, de maneira geral, dizem respeito às relações familiares, vivenciadas pelos sujeitos idosos. A esse respeito, observamos que os elementos discursivizados remetem a lembranças importantes para a constituição desses sujeitos. Esses elementos possibilitam o entendimento de sua trajetória de vida. Suas histórias apresentam rupturas, enfrentamentos e coragem. Narrando esses acontecimentos, os sujeitos deixam perceber o quanto a vida foi profundamente marcada por transformações.

Tecemos também considerações acerca do trabalho da mídia e da ideologia capitalista: de um lado, com vistas à exclusão e/ou à depreciação da imagem do idoso, de outro, com vistas a um novo mercado, criando, para isso, falsas expectativas de eterna juventude e mantendo um certo domínio sobre a identidade do idoso. Vimos, portanto, que mesmo dirigindo seu olhar ao sujeito idoso, tais meios têm a intenção de construir uma imagem atrelada à juventude e ao consumo, possibilitando-nos a conclusão de que, na pós-modernidade, há uma descentralização dos valores construídos pelos sujeitos. Tais valores passam por um redimensionamento na atualidade, privilegiando o estado de juventude (e todo o mercado que ela sustenta) em detrimento da velhice (coisas antigas não têm mais valor).

Nas análises, pudemos perceber que os “cenários impressos com conotação coletiva” (TEDESCO, 2004, p. 287), ou seja, os espaços e tempos em que a memória não é somente única, mas também partilha traços de uma coletividade, são predominantes nos discursos. Percebemos que as lembranças – ainda que individuais – produzem efeitos de sentido ligados a determinações ideológicas. Os aspectos sociais que são lembrados e, portanto, discursivizados, ressignificados, demonstram que o cotidiano familiar é fator importante para a constituição das identidades dos sujeitos.

Já em relação à construção de uma identidade feminina, percebemos o quanto as idosas manifestam saberes cristalizados pela sociedade, como a vida dedicada à maternidade e ao casamento. Mesmo assim, observamos como as lembranças da infância foram se ressignificando na medida em que as idosas expunham a sua trajetória de vida. No entanto, evidenciou-se o movimento paternalista e machista ao qual muitas estiveram submetidas ao

longo da vida. Nesse sentido, as diversas posições-sujeito assumidas, demonstram a submissão dos sujeitos às normas e regras instituídas socialmente e calcadas em valores religiosos e sociais, cuja continuidade vê-se assegurada através dos discursos. No entanto, os discursos analisados, na maioria dos casos, mostraram “brechas”, “fendas” que deslocam sentidos e revelam outros modos de identificação e, conseqüentemente, de constituição de identidades.

Por esse motivo, procuramos demonstrar que a memória adquire um aspecto paradoxal, uma vez que, embora “pertença” ao passado, possibilita a continuidade e o entrecruzamento entre o passado, o presente e o futuro. Assim, se as histórias de vida são capazes de nos apontar elementos da constituição da sociedade, também são responsáveis por fazer-nos refletir sobre as transformações que são operadas através do tempo. Os discursos de idosos apresentados nesse trabalho demonstram aspectos da temporalidade, das rupturas, tensões e adesões às formações discursivas familiares. Mais do que isso, permitem-nos afirmar que a trajetória é também indispensável à reflexão sobre os rumos da sociedade.

No percurso realizado teórico e analítico adotado neste trabalho, procuramos demonstrar a importância do papel da memória na constituição das identidades dos sujeitos. A partir de nosso gesto de interpretação, compreendemos como a marcação de subjetividade, revelada no fio do discurso através dos pronomes pessoais, nos diz que, embora os discursos sejam individuais, os elementos trazidos ao presente pelos sujeitos, revelam traços de uma memória coletiva. Ademais, entendemos que a memória, em sua dimensão afetiva, configura-se como uma questão essencial à constituição das identidades dos sujeitos. Partindo das lembranças (e também dos esquecimentos), verificamos de que modo os sujeitos discursivizam sua relação com determinadas formações discursivas e tentamos demonstrar como os elementos rememorados produzem efeitos de sentido no presente.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto Abrahão. As narrativas de si ressignificadas pelo emprego do método autobiográfico. In: SOUZA, Clementino de e ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto [orgs.]. **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva de sentido. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da memória**. Campinas : Pontes, 1999.

ALMEIDA, Maria da Conceição Xavier de. Narrativas de uma ciência da inteireza. In: SOUZA, Clementino de [org.]. **Autobiografias, histórias de vida e formação: pesquisa e ensino**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

ALVES, Ubiratã Kickhöfel. **Eu, você ou nós? A Indeterminação Pronominal como Manifestação da Ideologia Institucional**. 2002. 41 p. Trabalho monográfico. Universidade Católica de Pelotas, Pelotas. 2002.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas, SP : Pontes, 1991.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP : Pontes, 1989.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória** : ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo : Martins Fontes, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2.ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise de discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BRASIL. **Código Civil de 1916**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L3071.htm>>. Acesso em 15 out. 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em 21 jun. 2010.

BRASIL. Estatuto do Idoso. **Lei nº 10741**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.741.htm>> Acesso em 21 jun. 2010.

BRASIL. Política Nacional do Idoso. **Lei nº 8842**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8842.htm>> Acesso em 21 jun. 2010.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Trad. de Guy Reynaud. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982

CORREA, Mariele Rodrigues. **Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

CORACINI, Maria José R. F. Ler Pêcheux hoje: no limiar das dúvidas e (in)certezas. **Estudos da língua(gem)**, Vitória da Conquista, n.1, p. 31-40, jun. 2005.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. El concepto de formación discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser. **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DUFOUR, Dany-Robert. **A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal**. Trad. Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

ERNST-PEREIRA, Aracy. **A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo**. Anais do IV Seminário de Estudos em Análise do Discurso. UFRGS, 2009.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

FINK, Bruce. **O sujeito laciano: entre a linguagem e o gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FISCHER, Beatriz Daudt. Arquivos pessoais: incógnitas e possibilidades na construção de uma biografia. In: SOUZA, Clementino de e ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto [orgs.]. **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

FLORES, Valdir do Nascimento e TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Formação Discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto Leiser

(org.). **Análise de Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Pedro e João Editores: São Paulo, 2007.

GRIGOLETTO, Evandra. **A construção da identidade na escrita de si**: do ambiente universitário à internet. Desenredo, Passo Fundo, v. 2, n. 2, p. 203-223, jul/dez. 2006.

INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser. **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

JOSSO, Marie-Christine. Os relatos de vida como desvelamento dos desafios existenciais da formação e conhecimento: destino sócio-culturais e projetos de vida programados na invenção de si. In: SOUZA, Clementino de e ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto [orgs.]. **Tempos, narrativas e ficções**: a invenção de si. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

LEBRUN, Jean-Pierre. **O futuro do ódio**. Porto Alegre:CMC, 2008.

LEGROS, Patrick et al. **Sociologia do imaginário**. Tradução de Eduardo Portanova Barros. Porto Alegre : Sulina, 2007.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Trajetória dos estudos da velhice no Brasil. **Sociologia**: problemas e práticas, nº 52, 2006, p. 109-132.

MALDIDIÉ, Denise. **A inquietude do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MUTTI, Regina Maria Varini Mutti. Assim... assim... dizem os alunos. **Linguagem & Ensino**, vol. 3, nº1, 2000, p. 11-26.

ONU. **Plan de acción internacional de Viena sobre el envejecimiento**. Disponível em: <<http://www.imsersomayores.csic.es/documentos/documentos/asamblea-planviena-01.pdf>> Acesso em 27 jun. 2010

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso** : princípios e procedimentos. Campinas : Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

NESELLO, Marcela Cristiane. **Caracterização do articulador mas no texto oral pela Teoria da Argumentação na Língua**. In: III Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação da PUCRS, 2008.

PARENTE, Maria Alice de Mattos Pimenta [et al.]. **Cognição e Envelhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento (1983). Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux (1969). Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio (1975). Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação (1978). In: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio (1975). Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da memória**. Campinas : Pontes, 1999.

REGO, Teresa Cristina; AQUINO, Julio Groppa e OLIVEIRA, Marta Kohl de. Narrativas autobiográficas e constituição de subjetividades. In: SOUZA, Clementino de [org.]. **Autobiografias, histórias de vida e formação**: pesquisa e ensino. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SALGADO, Carmem Delia Sánchez. Mulher idosa: a feminização da velhice. **Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento**. Porto Alegre, vol. 4, 2002, p. 7-19.

SILVA, Renata Silveira da. **O tempo discursivo na constituição do imaginário do trabalhador no discurso da CUT**. 2010. 199 f. Tese (Doutorado em Letras) Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, RS.

SCHOLZE, Lia. Narrativas de si: o olhar feminino nas histórias de trabalho. In: SOUZA, Clementino de [org.]. **Autobiografias, histórias de vida e formação**: pesquisa e ensino. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

SCHONS, Carme Regina e GRIGOLETTO, Evandra. Escrita de si, memória e alteridade: uma análise em contraponto. In: **Anais da I Jornada Internacional de Estudos do Discurso**. Maringá: Universidade Estadual do Maringá, 2008. p. 407-418.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF, Caxias do Sul: EDUCS, 2004

TEIXEIRA, Marlene. **Análise de discurso e psicanálise**: elementos para a abordagem do sentido no discurso. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

THERBORN, Göran. **Sexo e poder**: a família no mundo, 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

ANEXOS - CORPUS

1. [SUJEITO 1 – 63 anos]

Eu me lembro assim, tá, a gente veio de uma família pobre assim, humilde, pobre, mas rico em educação. Aí eu fui assim criada, eu sou a mais velha, aí a mãe me disse que quando eu ia pra lavoura me levava dentro de uma caixinha, quando eu queria caminhar, que eu virava a caixinha embaixo das árvores e que eu chorava e ela ia lá e arrumava de novo, porque assim era o trabalho dela. Aí depois quando eu fiquei grande que eu já tava maior, mas sempre... aí eu me criei junto com o meu avô, que meu avô morava com nós. Ele nos fundos e nós na frente. Aí quando ele ia assim trabalhar, ele tirava a casca da madeira pra secar, aquelas cascas de aroeira, pra vender pro curtume e eu andava sempre junto, então a minha relação sempre foi ótima com ele. Depois quando eu já tava maior, com oito anos, eu já ia junto, já ajudava a juntar milho. Começava cedo, lá pra fora, a trabalhar. Depois com 12 anos eu já fui cortar arroz nas granja, empregada da minha avó, que a minha avó tinha duas, e uma era da minha idade e outra era dois anos só mais velha que eu. Então eu comecei assim, sempre no trabalho rural, a gente plantava milho, plantava batata, plantava feijão, plantava trigo, plantava de tudo e criava também. Então, a gente tinha que plantar pra esperar no final do ano, a gente colher pra poder comprar alguma roupa né? Tinha que esperar quase um ano inteiro. Então, quando chegava o natal, nós ficava feliz da vida, que a gente ganhava um sapatinho, um vestidinho ou um casaquinho, uma coisa bonitinha pra passear, que era final de ano, a gente botava pra fazer cuca, fazer biscoito... Então eu sempre tive assim aquela relação... depois quando era pra tá no colégio, nós ia até a metade do ano no colégio, na metade do ano quando a gente ia plantar, junho e julho quando começava a plantação, aí a mãe tirava nós do colégio, mais era o pai, a mãe não. Tirava nós do colégio, quando nós tinha que ajudar, depois quando era lá no final do ano... de novembro, nós ia de novo pro colégio, aquilo que era ruim. A única coisa que agora a gente leva que era ruim, porque, às vezes chegava no final do ano e a gente não tinha condições de passar que nem os outros. Aí eu fui indo, fui indo até depois que o pai e a mãe se ajeitaram um pouquinho, aí eu tinha 18 anos e tava fazendo a quinta série. Depois eu vim pra cá, trabalhar de doméstica aqui na cidade, e a mãe continuou lá fora, aí eu trabalhava numa casa, que aí eu comecei a fazer curso de... crochê e tricô, que por sinal eu não gosto, são duas coisas que eu não gosto. Recém elas tavam mexendo comigo que eu não... mas isso aí eu não gosto. Não sei nem porquê que eu to fazendo pintura em tecido, eu to acostumada com a coisa assim, andar rápido, aí eu acho essas coisa de preguiçoso, essas coisa de ficar sentada. Nós tirava leite, nós criava cabrito... tudo isso nós fazia. Aí eu trabalhei de doméstica, cuidando três criança em São Lourenço, na cidade. Foi a pior assim, uma parte que eu achei muito ruim, porque eu

sentia muita saudade dos outros, então de tarde, quando nós terminava o serviço da lavoura e ia pra casa, todo mundo ia se lavar, a primeira coisa, vamo se lavar mais cedo, pra depois na hora da janta ta todo mundo lavado. Então tinha um bacião, lavava um, depois o outro tomava banho, depois o outro, aí o pai pegava um violão que ele tinha, ia tocar violão e nós ficava todo mundo na volta, pegava umas latinha e nós batia junto pra acompanhar (?), depois todo mundo ia dormir. Outro dia, cedo de novo. Lá é cedo que a gente saía. Então, quando eu fui trabalhar fora que aí eu não podia ir pra casa, bah, tinha noite que eu ficava quieta, quase amanhecia chorando, daí não podia ir. Então agora quando sai uma criança, que eu não sei porque que eu tenho uma coisa assim com criança, eu não posso ver gente gritar com criança, eu não posso ver gente dar em criança e essas coisas, não sei, se parecem assim, que aquilo que eu sofri, eu acho que as crianças sofrem. Então depois eu fiquei sempre cuidando criança. Depois vim pra cá, cuidei um gurizinho quando ele, faltava oito, faltava três meses pra ele nascer, o pai dele morreu. Aí eu fiquei só eu, ele e a mãe dele. Aí a mãe dele entrou em depressão, ele se criou no meu braço, ela não deu maminha eu, eu... tanto que ele me chama de minha mãe até hoje. Aí eu fiquei naquela casa até ele completar três anos, completou três anos e aí eu me casei. Aí depois eu fiquei sempre trabalhando de cozinheira, trabalhei na fábrica de pêssego, de tudo que é... eu trabalhei de tudo o que foi fruta eu trabalhei. Aí depois a última fábrica que eu trabalhei foi importação de camarão, no Rio Grande. Aí depois eu trabalhei, fiz um teste e passei pra creche da universidade. Depois tinha a alfabetização de adultos, eu largava lá, às dez horas eu chegava em casa. E assim eu fui indo, hoje eu ainda não tenho, mas eu... eu não tenho o telhado da minha casa ainda, agora eu to construindo o muro na volta, mas agora eu já me aposentei. E assim que foi a minha vida, mas... tudo, aprendi de tudo um pouco. Pra mim valeu a experiência porque agora pelo menos eu entendo como são as outras pessoas, quando fala em pobreza... e eu sempre coloco, que vou sempre a essas palestras, eu tava na creche, mas eu fazia o curso de, como é que se diz de... educação do menor adolescente de rua, eu tive uma experiência de um ano antes de pegar na creche, ali na escolinha, que era só pra meninos de rua e ah... eu fazia um sopão, tinha... e tinha uma padaria de voluntário que a gente sempre fazia docinho, fazia pão, fazia cuca, pra vender, pra manter essas crianças. Depois terminou, foi a minha primeira experiência. De noite, quando eu vinha do serviço, aí eu visitava as casas das pessoas doentes. Tudo isso eu já fiz. Um dia eu tava com os livros, umas revistas, chegamos numa casa, eu e uma outra colega, tinha uma senhora de idade e um rapaz. Aí nos receberam, a gente entrou porque de dia eu não tinha tempo e conversando, depois que nós fomos embora, que eu fui saber que foi um dos primeiros drogados que a gente entrou dentro de casa e além

de ser drogado ele matava, ele fazia tudo o que... tanto que depois mataram ele dentro de casa e eu digo “mas como, se eu soubesse antes nunca tinha ido”. Mas eu fui sem saber, entrei, conversei, eles nos receberam numa boa e não aconteceu foi nada. E pra mim foi bom porque eu tive muita experiência, bah. É de padrasto, é de pai, é de criança que não se adapta, eu... pra mim eu acho isso horrível, porque eu não fui criada assim e hoje eu já não tenho mais pai, não tenho a mãe, já to viúva, me aposentei em abril, meu marido faleceu em julho, então agora sim, foi cortado um pouco do sonho que eu queria, que eu sempre pensei, quando eu me aposentasse eu ia fazer uma viagem, eu ia comprar um carrinho pra depois nós sossegar e viver pra nós, mas não deu tempo. Mas, eu pelo menos eu to tocando a vida.

2. [SUJEITO 2 – 65 anos]

A minha infância sempre... como é que eu vou te dizer... (silêncio) a minha infância eu posso dizer que até foi normal, né, porque a gente era de família humilde, trabalhador na lavoura né? Meus pais tinham... nós éramos... nós éramos onze irmãos e a gente ajudava eles, os que podiam iam pra lavoura e os que não podiam ficavam em casa cuidando do mais novo, né, e fazendo a lida da casa, lavando roupa e tudo mais né? Mas eu acho que até foi legal, porque o que a gente aprendeu foi através do pai e da mãe, né? Aquilo que eles passaram pra nós, na nossa criação é o que a gente passou pros meus filhos e pros meus netos, que eu criei dois netos também, então eu criei um casal de filhos e mais dois netos. O neto mais novo ta com 20 anos, a mais velha ta com 23. Nasceu nas minhas mão e mora comigo. Então, eu acho, que pra gente que era pobre, morava pra fora, precisava de trabalhar, trabalhava... aquela época era de terça, quem não tinha a terra suficiente pra plantar, plantava de terça com outros, que tinham mais, né. E a gente tinha que trabalhar né? Ajudar, não tinha como, pra poder se alimentar, né, ter roupa, calçado, tudo. Todo dia, todo dia, até treze anos de idade, depois de treze anos de idade que eu não podia mais trabalhar na lavoura por causa do rigor, da força, do peso, tudo, que a gente tinha que trabalhar assim, né? Aí eu vim pra Canguçu trabalhar como doméstica, cuidar criança, trabalhar assim como doméstica. Dali eu tive cinco anos ali e depois eu saí, daí eu fui trabalhar num restaurante, daí saí dali casada, pra casar. Aí casei, aí já tive minha família em seguida, né? E aí... depois uns 25 anos meu marido me abandonou por uma vagabunda e foi embora. E agora já faz 24 anos que eu sou separada. Então, eu criei os meus netos sozinha né, porque a gurria ta com 23, minha filha tava grávida da minha neta, né, quando ele foi embora. E nós criamos. Ta aí, muito belo, trabalhando, estudando e... uma moça bonita, o guri também, trabalha, já serviu o quartel, tá trabalhando no frigorífico, já comprou até uma moto agora pra ele, se sente feliz

de ter um trabalho, ta estudando também. Então é como eu digo, a parte boa que eu me acho hoje é isso aí, o fruto que nós... que eu plantei no início né? Porque vinha, vinha e vim lutando, até que consegui criar os netos e os filhos né? Dentro da linha, como se diz né? Eles não usam droga, não bebem, nada. O único que fuma é o meu neto e a minha filha, a neta não. Então a gente se sente hoje orgulhosa de chegar até onde eu to, com essa idade que eu to. Com eles comigo né?

Por que nós morávamos... eu sou de município de Canguçu, depois morei em Canguçu, fui pra Jaguarão, de Jaguarão fui pra Santa Vitória, de Santa Vitória fui pra Canguçu de novo, depois fui pra Santana da Boa Vista , depois de Santana da Boa Vista fui para Santa Vitória de novo, aí tive treze anos lá trabalhando como enfermeira e aí depois saí de lá aposentada e vim pra cá.

Eu deixei muita coisa, muitos amigos e... e... e me sinto assim, hoje honrada por isso porque o que eu pude fazer pelos outros, pela vida dos outros foi gratificante, é maravilhoso a gente poder fazer alguma coisa pelo próximo. Amizade eu deixei muita, como eu deixei, até hoje passam por mim aqui em na cidade e me gritam “ô, vozinha” e eu já não conheço mais os meus netinhos. Que todo mundo me chama de vó, né? É um carinho, tanto adulto como pequeno, como jovem, tudo me chamam, é a vozinha né? É como eu digo, não tem idade, nem cor, nem riqueza, nem pobreza, aquilo... aquilo pra mim foi, como eu digo a semente que eu plantei, que tanto eu lutei pra me formar e pra trabalhar e ter o que é meu e ter a minha casinha, com as minhas mãos que eu trabalhei e que eu consegui comprar. É o que eu digo né, digo é a única parte boa da minha vida, é, que eu consegui né, porque enquanto eu tinha o meu marido era sofrimento, eu apanhava muito, muito do meu marido. E trabalhava né, tu nem imagina, nós tínhamos oficina e... trabalhava como um homem na mecânica. Não tinha chuva, não tinha raio, não tinha nada, se nos chamassem na estrada pra atender um caminhão, nós tinha que ir, tava deitada na faixa, debaixo de um caminhão e a chuva correndo por cima. E nós tinha que arrumar né, porque nós éramos o mecânico, tinha que dar a... auxílio a todos. Eu era chapista, só o que eu não fiz foi pintar carro, mas no mais tudo que tu pode imaginar dentro de uma oficina, eu fiz.

3. [SUJEITO 3 – 66 anos]

Eu quando pequena, quando eu tinha cinco anos, o meu pai, nós morávamos aqui em Pelotas. Mas aí meu pai inventou de ir pra fora, né. E quando chegou na idade de colégio, lá fora não tinha onde ele morava. Era muito longe, era muito distante, o colégio. Então aí eu voltei pra Pelotas. Aí passei a morar com tios. Então eu morei dez anos da minha vida com esse... tios e

tias, né, com as minhas primas que eu considero irmãs, né? Dez anos eu morei com elas, enquanto eu estudava, não é? E... claro, chorava muito de saudade da mãe, né, porque claro com sete anos imagina, né, é uma criança ainda, né, separar assim né? Então eu contava os dias, as horas pra poder ir né? Feriado grande ou férias ou coisa assim, né? Passei um pouquinho de trabalho porque tu sabe como é passar na casa dos outros, né? Mas, não dou por mal empregado porque aprendi muita coisa, não é? Que, às vezes, a mãe passa a mão por cima, né, e o outro não, te põe, né, na obrigação de fazer e... realmente tudo o que eu aprendi foi válido, né, foi muito bom, tudo, a educação, enfim tudo assim, né? Que... muito grata, que ainda essa tia ainda existe, tá com 87 anos, né... e ela me considera como filha assim, né. Então foi muito bom, a minha infância assim foi boa, tranqüila, meus pais eram pessoas boas, né, íntegras, religiosas, (?) eu estudava em colégios de freira, aquela coisa toda. Então, não tenho assim nada que eu possa dizer assim, que me afetou na infância. Só, a única coisa é que foi depois, que eu namorei e que eu queria fazer minha faculdade e não consegui, foi uma frustração, mas também foi um erro meu porque quando a filha fez vestibular, ela disse: “Mãe, vamos fazer juntas?” E eu me achei velha, não quis fazer junto com ela porque me achei velha. No dia da formatura dela, pra surpresa minha tinha três mães se formando com as filhas. Ai, aquilo me deu assim sabe, uma dor, de por que que eu não fiz, né, porque agora eu teria oportunidade, né, de fazer. Então, só a frustração que eu tenho é essa: de não ter feito uma formação. Mas, no demais tudo valeu a pena, tudo foi ótimo né? Tudo na vida é aprendizagem, a gente ta sempre aprendendo.

4. [SUJEITO 4 – 73 anos]

A minha relação com pai e mãe foi muito importante que hoje eu to colhendo os frutos das coisas que eu aprendi com eles, né... de... A minha mãe foi uma pessoa que veio de fora pra trabalhar como babá, depois que ela veio eu nasci treze anos depois, mais ou menos. Mas ela, apesar dela ser uma pessoa que não teve estudo, ela... hoje eu to vendo tudo de bom que ela me deixou ah.... como o trabalho, como o respeito às pessoas e com recreação, porque ela sempre... porque eu fui criada naquele tempo que a gente tinha muito resp... sempre tem um respeito... hoje também, o respeito tem que estar sempre presente, mas ah... muito respeito às pessoas, a gente tinha que ter né... eu me lembro que eu ia fazer visita com ela, eu ia nas casas assim, a gente tinha que ficar sentado e não podia tocar nas coisas, né, não conversava, ficava ali sentado perto da mãe né. E, na parte de recreação, ela veio de fora com muitas informações de festas da campanha de São João, Folias de Reis, de... dia dos namorados não era muito falado naquela época. Mas, de festa de São João, de Natal e de

Folias de Reis eu tenho falado muito nela e cada vez que eu vou falar eu me lembro de coisas assim que vem vindo. Por exemplo, no Natal, eu aprendi com ela, ah... de enfeitar a casa, meus parentes trabalhavam em granja, então ela juntava latinhas, trazia arroz da granja e ela plan... botava arroz, os arrozinho nas lata de jeito que brotava, né. Então em dezembro tava tudo... então era enfeitado toda a casa com aquelas latinhas do arroz brotando, que é muito bonito né. Também ela gostava de organizar festas pra São João, que lá pra fora o tempo das fogueiras, com batata doce, pinhão. E na cidade, hoje ainda tem umas famílias que preservam né? E agora, até numa contação de histórias eu contando, eu disse uma palavra e deixei as pessoas em suspense, que quando ela veio pra cidade que ela começou... a gente... ela começou a ter amigos, né... no caso eu era criança, que gostavam de Carnaval. Naquela época tinha um costume carnavalesco, que pra você entender é parecido com serenata, que a pessoa chega de repente, chamavam assalto. E aí lá, numa contação de histórias, eu disse: “vocês sabiam que a minha mãe promovia assaltos, aí a pessoa ficava... era assaltos carnavalescos. Então, não só ela como várias outras senhoras. Então, a gente se reunia na casa... lá em casa, de noite, nove e meia por aí, com tambor, um pandeiro, pra ir lá na casa da Dona... da amiga, que já tava todo mundo dormindo. Mas a amiga sabia que a gente ia chegar, então a gente chegava cantando, acordava com uma serenata né? E do lado... eu herdei muito que hoje eu tô envolvida com canto e dança, porque o meu pai abria blocos carnavalescos. Então eu tive essa relação de família pobre, simples, mas alegre. Herdei muito isso, meu pai gostava de chegar em casa, ele não batia na porta, ele batucava e cantava, e ... mas era uma pessoa, uma coisa que aí a relação que eu acho que eu tenho com as pessoas hoje, porque o meu pai e a minha mãe foram pessoas muito respeitadas. Então, às vezes tu chegava nos lugares: “olha, é filha da Dona A.”. “Ah, a Dona A., faz isso, faz aquilo”. Seu J., que era cozinheiro e fazia banquetes nas casas. Hoje vendo a transformação da cidade, de... dos bufês que tem, eu conto que vale a pena contar a história porque, ah... eram cozinheiros homens nas casas grandes, né. Era ali onde tem uma loja na Andrades, começa com a letra R que eu digo, não vai ta fazendo propaganda. Na Andrades, entre Sete e Neto, tem uma loja grande que começa com R e termina com R, e ali, eu fui criada (?) ali dentro, né. Quando a minha mãe namorou o meu pai, que namorou ele ali, a madrinha fez... ela alugar uma casa pra quando eu chegasse, que foi na Cícero, eu nasci em casa, na Major Cícero entre Quinze e Andrades. E e eram cozinheiros naquela época, e o meu pai ia nos fins de semana pra cozinhar, porque conta... conta e ele contava, né, as pessoas que conheceram ele, ele foi filho de criação numa família branca. E sempre teve o dom de cozinhar. E aí, mas às vezes, saía, cresceu saindo da família, foi pra Rio Grande, que tinha muito campo de

trabalho por causa dos estivadores, navios. Ele aprendeu a fazer comidas estrangeiras e isso aí né, eu nasci em 36, deve ser 1910... 20, ali na Sete esquina Andrades, tem uma loja, tem um restaurante, um hotel também pela Sete, ali era o hotel dos estrangeiros, tem um hotel, desde onde é o hotel, não tem um hotel um hotel ali com um nome alemão? Que vem aquela loja que vem... dobra assim, perto de uma outra que é uma perfumaria, na Andrades? Aquele prédio todo em cima e embaixo era hotel dos estrangeiros, que as pessoas do Rio Grande vinham também passear aqui. Então, lá no Rio Grande ele aprendeu a fazer muitas coisas estrangeiras. Aí, quando ele ficou maior, ele veio pra aquele hotel e as famílias ricas no fim de semana chamavam os cozinheiros pra fazer um banquete de fim de semana. E tinha... tinha um ritual deles de Natal, que, que nessa contação que eu fui, não deu tempo, porque tudo tem hora marcada, que a a gente adorava, que era preparar o peru pro Natal. Então, por exemplo aquelas famílias tradicionais, não era só ele, tinha um outro, também, que era cozinheiro do Grande Hotel. Então, assim, novembro, por exemplo, agora (?) já começavam a chamar ele e ele ia nas Três Vendas, que hoje já tá um bairro cidade, que gente diz assim, olha lá na chácara dos alemão, porque as Três Vendas era uma colônia alemã e negra também, a maioria dos negros que vieram naquela época pra trabalhar, Santa Terezinha ela foi povoada e crescida como comunidade alemã e que lá fora também eram amigos, vinha um e indicava pro outro. Eu me criei na Santa Terezinha com a mãe, minha mãe, visitar os parente. Então, eu ia naquelas chácaras encomendar perus, né? Aí, quando chegava dezembro, ele tinha um trabalho que nem sei porque quando ele ia buscar os perus, as pessoas vinham de carroça. Aí o peru ia pra aquelas casas. Dois dias antes, ele ia lá pra dar milho, depois tinha todo um ritual, que era pra... pra ir limpando o peru, e depois no dia de matar... aí ele ia na casa, aí tinha os horário, ele ia lá, dava cachaça pro peru, o peru ficava bêbado, né, porque pra matar, a carne do peru tem que tá macia, aí tirava o sangue e fazia o sarrabulho. Né? E aí... eu achava a coisa mais engraçada, que ele de tamanco... ele usava muito tamanco, roupa branca de saco, que a minha mãe fazia eu costurar à mão, né? Eu costuro desde criança à mão. Então ele tinha um avental, tinha um gorro de cozinheiro e aí depois ele matava o peru lá numa casa. Já temperava. Matava em outra. Depois, no outro dia, ele... era um ritual, eu achava tão interessante aquilo.

Eu me criei vendo eles fazerem isso. Ah... a minha mãe não chegou a casar com o meu pai, eu fiz quinze anos, quando chegou perto dos meus catorze anos, minha madrinha, viva ainda, que a minha madrinha me auxiliou bastante até os dezessete anos. E ela queria muito que ele casasse com a minha mãe. Ele era bem fuzarqueiro. Uma vez ele me contou que eu teria uns

irmãos que eu não cheguei a conhecer, né. E eu morri... ele faleceu em quinze de... nove de abril, né, e... nesse ano que ele faleceu eu fiz quinze anos e antes dos quinze anos ele tava preparando a papelada pra casar com a minha mãe, aquela coisa toda, depois relaxou, então eles não chegaram a casar... E é muito interessante porque, diz que as palavras têm... como é? Tem vida, tem alma, quando a gente era criança, eu ainda tenho amiga de infância, graças a Deus, que... que é minha vizinha hoje. A gente se criou junto e é minha vizinha. Nós brincava de mãe, nós brincava de ficar velho. Naquele tempo, nós brincava de ficar velho era com cinqüenta anos. Então nós era muito velho com cinqüenta anos. E nas brincadeira também, brincava de boneca assim, tinha filha, filho, de boneca. E a gente... eu dizia que eu queria, que eu gostaria de ter filhos homens, porque naquele tempo não existia o termo mãe solteira ainda, porque naquele tempo era muito chocante pra família.

5. [SUJEITO 5 - 71 anos]

Assim ó: como eu te disse, 71 anos e eu era a mais nova de seis irmãos. Morávamos pra fora que nem era tão longe, era às margens do São Gonçalo, agora eu olho pra lá e vejo que é perto. Naquele tempo parecia que era muito longe. Então era uma relação assim com os pais meio de proteção, por ser a mais nova. E... família pobre, passávamos algumas dificuldades, mas tínhamos casa porque onde o meu pai trabalhava davam casa e davam... sem pagar nada na casa, né. Mas não se tinha luz, depois de um certo tempo começaram, começamos a ter luz elétrica até certa hora, não era todo o tempo, mas assim... outros confortos de... geladeira, coisa assim, não se tinha nada. Me lembro que talvez eu lá com uns dez anos, o meu pai ganhou um rádio e era um acontecimento aquele rádio. Ele gostava muito de ouvir notícias e, embora ele fosse uma pessoa analfabeta, ele era dum conhecimento, uma sabedoria muito grande e de nos botar perto assim... e naquele tempo, eu, como mais nova, quando ele ia conversar com os meus irmãos, ele pedia que saísse de perto né. Mas conversava muito com os meus irmãos, muita orientação, muita coisa assim. Ele era meio, ele se dizia de origem indígena, então conhecia muito da natureza, conhecia muito de tempo, olhava as nuvens e dizia “vai chover, não vai chover”, coisas assim. A mãe já era diferente, porque a minha mãe tinha..., talvez ela fosse a mais pobre da família e tinha uma irmã professora. Então havia um outro... uma outra maneira de ser e as tias, as irmãs dela que moravam na cidade compravam muito livro. Então, havia toda uma troca de livros, né. Iam pra minha mãe os livros pra que ela lesse e... então interessante que tinha uma tia que tinha um armário de livros. Esse fato aí eu me lembro tanto e conto para os meus netos, até. Então aquele armário de livros ela botava capa nos livros que comprava. Então tinha uma cor de capa que era para

os livros dos adultos e outra cor de capa que era pra mim pra minha faixa etária, pros meus primos ali e que a gente podia tirar. Mas acontece que ela deixava acesso ao livro, ao armário. Muito pouco se vinha na cidade. Então quando vinha era um acontecimento, aí juntava tia. Não sei, acho que naquele tempo as pessoas não trabalhavam, não tinham tanto compromisso, porque “ah, vamos lá pra casa da D.”, então ia tudo, me lembro disso assim, todo mundo se mobilizava. Ou se nós viéssemos no centro, era também aquele ajuntamento de todo mundo. E essa tia, “ah, tia, a gente quer trocar uns livros e tal...”. Então, a minha prima bolou assim, “não, pra gente ler aqueles romances, né, melhores, vamos trocar a cor da capa”. Então, a gente tirava o livro da prateleira, com a determinada cor e botava a corzinha mais neutra e então pegávamos os livros mais picantes, naquela época. Mas eu gostava muito de ler, era só o acesso era essa: era os livros que essa tia emprestava, tá, e de colégio, alguma coisa. Era muito mais, era um colégio, a professora era, eu não sei se era religião batista, não sei o que, então havia muito livro, muito folheto, mas ligado à religião, não era assim, uma coisa, de livre escolha, era mais... indo pra esse lado. Então eu adquiri muito essa vontade de ler. Nesse lugar eu fui até... a quinta série, se chamava quinta série do primário. Aí tinha que fazer exame de admissão. E aí entrava numa briga assim grande, sabe... porque o meu pai não admitia que os filhos saíssem de casa. E, pra estudar na cidade, teria que morar com os tios ou as tias, e ele não admitia. Então eu me lembro assim dessa fase de muito choro, muito, muito, porque eu queria muito estudar, sabe... eu parecia que era tudo ao contrário, tá. O pai, aí nessa época, começou a ficar doente do coração. Então havia toda uma coisa assim: “mas por que, por que tu contraria o teu pai, ele é doente”, e... eu gostava muito do meu pai. Mas, aquela vontade de estudar era maior. E tanto foi, tanto foi que ele ficou realmente pior, nessa, nessa vez que eu fiz o exame de admissão e tal, eu tava com uns doze anos, não me deixaram vir mesmo, me venceram. Aí depois, o pai ficou assim, pior, né, do coração, então se mudaram daquele lugar, e aí sim, aí eu retomei as coisas e não parei mais. Fui estudar de noite, aí o pai morreu, eu continuei, mas sempre era assim, eu muito teimosa, muito tendo que abrir o meu caminho, porque aí ficou a minha mãe assim, ela dizia, e eu não condeno, porque era o pensamento da época, né: “olha, fiquei viúva, contigo pra criar”, aí a essa altura, os meus irmãos estavam todos casados, “e eu não quero que tu te perca” era bem esse termo. Então estudar de noite era um horror assim, que ela achava. E eu, teimosa, teimosa, ali, querendo, querendo estudar. Fiz o ginásial, daí eu casei, parei e tentei trabalhar, naquele tempo já aceitavam professora com o ginásial. Mas eu sentia falta né, de mais alguma coisa, acho que eu não dava boas aulas assim, enfim, aí eu fui pro curso normal, o curso de magistério né, já casada, já com filho, mas levava tudo isso. Consegui

vaga pra trabalhar de professora e daí fui indo né, cuidando filho, cuidando da mãe, que a essa altura já tava ficando doente, então não tinha muito tempo, como se diz assim, pra pensar. Era um tal de trabalhar, vir pra casa fim de semana, trabalhar em casa, cuidar da filha, enfim, todas essas coisas que a gente tem que se virar e se desdobrar como mulher né. Depois disso aí, fiz outro estudo, ligado à alfabetização, porque aí nessa altura eu gostei muito da alfabetização. Caí, por acaso, na alfabetização, mas, gostei. Sabe, aquele... aquela hora que, pelo teu, pelo que tu passa nas tuas aulas didaticamente e afetivamente pra criança e quando tu vê ele lendo por conta dele, que é uma coisa que nunca mais te tiram. É uma emoção que não tem tamanho. Não tem mesmo, tu senti que vem aquela criança com capacidades, mas as capacidades estão meio que parece assim... escondidinhas né, e quando tu vê que aquilo desabrocha, tu acredita nele e tu fica feliz e ele fica feliz; as vezes os pais cobram muito nessa época porque se a criança aprende a ler uma palavra ele já queria que ele lesse tudo né? Então... às vezes nessa hora dá algumas inseguranças que tu tem que passar essa segurança pros pais. E eu sempre fui assim ó: teve um tempo que eu trabalhei até com excepcionais, acreditar na criança né, acreditar nele, talvez até pela minha história que eu tive tanto que batalhar, eu vejo assim que as crianças têm que também terem esse esse esforço, esse pique de aprender. Às vezes, nessa hora, os pais sufocam um pouquinho. Mas voltando assim, a minha infância né, que eu já virei pro lado da professora. Mas voltando assim à minha infância, teve dados assim muito interessantes, que eu me lembro muito, muito bem. Naquela época, nesse lugar, havia muitas muitas pessoas com tuberculose e os meus pais proibiam de que fosse na casa dessas pessoas que tinham tuberculose. Mas tinha uma família que as crianças bricavam comigo. Eu, acho que não via a gravidade da coisa, fui pra lá, quando as minhas irmãs me entregaram, que eu tava lá na casa das pessoas que tinham tuberculose, o meu pai me botou assim, de bumbum pra cima, e me deu muito com a bainha dum facão. Tá (?) e aí minhas irmãs choravam, principalmente uma que era muito agarrada comigo e tal assim e depois que ele foi me dizer por quê. Então eu vejo assim, que, nessa atitude drástica, da parte dele foi um extremo carinho, porque a doença era contagiosa, e ainda é, né? Então, ele quis me preservar, ele quis me preservar e aquela atitude extrema não tinha outra maneira de fazer, não é? Pela fúria que ele ficou. E... não teve outro jeito de fazer senão aquilo, né? E ele gostava que nós tivéssemos o cabelo comprido, não era por religião. Agora eu vejo pessoas de certa religião que usam aqueles cabelos bem compridos. Ele gostava que tivesse cabelo comprido, porque ele gostava de admirar, contava coisas que os índios eram assim, cabelo escorrido, sempre nós tivemos o cabelo muito liso, pesado e... mas não nos deixava, eu ou minhas irmãs, sair pra rua sem

trançar os cabelos, porque ele dizia que era uma coisa assim, que insinuava muito, tentava os homens, aqueles cabelos compridos. E eu pedia muito pra cortar. Muito, muito, muito. Por que eu via, vinha com a minha mãe, com os outros irmãos, vinha a algumas festinhas, alguns aniversários e eu não via ninguém de cabelo comprido. Então eu me sentia diferente. Agora eu vejo né. Eu tava numa adolescência que não queria ta assim diferente da turma né. Já era de fora, era de pele muito escura... morena, por viver muito à vontade na beira dum rio e ainda aqueles cabelos assim, eu vivia querendo cortar. E ele não. Cortar, não. Tanto foi que um dia, ele disse assim: “quando eu morrer, tu corta o cabelo”. Fica livre. Ele morreu, eu acho que eu tava com uns 17, 18 anos, solteira ainda e, passou o tempo, era aquele tempo de luto fechado, passou o tempo e eu senti muito, muito a morte do meu pai. Eu fiquei assim, como que... abandonada. Eu tinha meus irmãos e a mãe, mas eu parecia que eu tava abandonada, que faltava alguma coisa. E aí um belo dia, tirei o luto e tal tal e disse “vou cortar o cabelo”. E a mãe disse: “não, teu pai não queria”. E eu digo “não, mas ele me liberou, ele disse que quando ele morresse, eu podia cortar”. E cortei. Cortei e depois era um fiasco, porque eu não sabia como arrumar o cabelo, não sabia pentear cabelo, porque nunca fui habituada, né? Mas, depois nunca mais deixei crescer também. Então, essas coisas assim me marcam muito, muito mesmo assim, muito, e muito assim muito carinho. Fogão de lenha, ele sentava no inverno, a gente em volta, sentava no colo dele, sabe essas coisas assim são muito fortes depois, na vida da gente. E eu nunca tive, eu não tive filhos homens, tenho filhas, três e... então eu procurava assim... certas coisas, por exemplo, isso aí do cabelo, eu deixava elas livres, né? Quer cortar ou não quer, quer prender ou não quer prender, porque eu via que não era por aí. Mas, este carinho sim, isso aí me guarda dele assim muito, muito presente. E outro fato assim, que eu também conto pros meus netos, ele, ele foi assim uma pessoa andava de um lugar pra outro, sem muitas raízes, como se diz né? Então ele contava que tinha irmãos em outra cidade, que tinha irmãos e tal e aquela coisa toda. A mãe não tinha conhecimento. Depois ele soube, né, por notícias muito esparsas que vinham que um dos irmãos dele tinha ido pro Paraná. E quando ele tava mal assim, tinha, ele sofria do coração, enfisema pulmonar e tal, os meus irmãos escreveram, uma possibilidade assim... muito remota e nunca veio resposta. Escreveram uma tentativa de situar essas pessoas pra que viessem ou se pronunciassem. E quatro dias depois dele morto, chegou um tio meu. Aquelas comunicações que nunca faziam, né, se tivesse ligado, “to chegando”, não, quando nós vimos, tava na porta. Aí que a mãe disse pra esse tio: “o que ele queria era entregar essa filha pra vocês”, que era eu, pra esse tio levar. Eu gostei muito do tio, de cara assim. Sabe, bem aquela coisa assim de sangue, tu olhou parecia que era o pai de novo e, enfim,

aquela coisa também de uma pessoa muito carinhosa, muito serena. As histórias que ele contava assim eram parecidas com o que o pai contava e tal. Mas aí a mãe não quis me entregar. Mas eu não sabia, pra mim aquilo ali era surpresa, né. Mas também, depois de... de analisar bem as coisas, digo... foi um cuidado porque imagina, nessa época assim né, a mãe ficar muito pobre, e ele com certeza pensou, “como é que vai criar?”. Então, dá pra esse irmão que está em melhor situação de vida, né. E essas coisas assim. Da mãe, eu também tenho boas lembranças, ela também tinha o cabelo comprido. Depois acabou cortando. Mas eu tinha assim, boas lembranças, uma mulher muito batalhadora, que... que nessa fase assim difícil, quando o pai morreu, ela fazia bolo pra vender, fazia doce, coisa assim pra se defender, né? E aí um ajudava, outro ajudava, uma situação meio assim, que agora eu vejo, seria bem complicada pra ela. Mas ela foi vencendo né? Passo a passo foi ajustando as coisas da melhor maneira. Mas era uma pessoa muito ansiosa. Talvez por isso né, por ficar pobre, custou muito a vir dinheiro do... INSS? Não sei se naquele tempo se chamava INSS. Aposentadoria, né. Custou muito sair e... então ela era uma pessoa muito ansiosa, muito... era carinhosa, mas prevalecia muito mais a ansiedade, a insegurança, essas coisas todas assim, que eu estudasse à noite, que eu me perdesse. Então era assim a minha vida com ela. Quando ela morreu, eu já tava com duas das minhas filhas. Não, eu tava com as três. Com as três filhas, a menor era pequeninha. Eu também senti muito. Muito, muito mesmo assim porque, aquela coisa, era tristeza, era. Mas ela sofria muito com a tal da doença cardíaca né. E... e meio que eu... E ela se lamentava muito da vida. Então eu via que aquilo ali foi um descanso pra ela. Sabe, ela lamentava muito a vida que tinha, enfim, uma pessoa meio amargurada. Pra nós, em casa, porque os sobrinhos dela, né “ah, ela era uma pessoa ótima, uma pessoa querida”. Ela não deixava de ser, mas pra nós tinha muito mais esse lado assim de amargura, do que ela tinha perdido, sabe? Das angústias que tinha passado, e por esse tempo também morreram dois netos, um de cada um dos meus irmãos. E ela sofreu muito, muito, sofria pelos filhos. Perdeu um filho também. Então parece assim... que... os mais velhos sempre acham que quem vai morrer primeiro são os mais velhos, né, parece que são os primeiros da fila. E... então ela sofreu muito com essa morte dos filhos, então, voltou um pouco aquela coisa assim sabe de... ah teus... teus irmãos morreram e essas meninas querem sair, tu tá deixando sair, olha que morreu o tio, querendo assim parece que trazer aquele passado assim... sabe. Botar aquela regra como era há tantos e tantos anos atrás. Não deixavam de ser regras... era daquela época, não podia ser diferente, como agora já é diferente, né. Tu já não vê pessoas vestidas de luto, aquele luto fechado, como diziam né. Tu já não vê essa coisa, porque eu acho que o sentimento não tá aí. E uma coisa que vai além de

uma cor de roupa, que tu põe. Então... eu sempre fui assim, muito teimosa. Tive muito que abrir caminhos e muitos eu perdi também, ta, e muitos eu perdi, mas com certeza, consegui trabalhar em duas escolas, durante todo o tempo da minha vida eu consegui trabalhar em duas escolas e quando eu parei eu senti muito também. Sabe... porque eu tinha aquele pique de trabalhar quarenta horas e trabalhar sábado em casa e domingo em casa e fazendo aula até sei lá que horas né. Então, quando parou foi ruim pra mim, foi ruim. Senti bastante.

De uma carreira eu aposentei bem antes né. E da outra eu fui assim levando e...e peguei um novo contrato e foi indo e tal... não, foi em 2000. Em dois mil que eu dei aquela cessada, né. E eu sempre com aquele meu jeito de teimosa. Eu, às vezes via colega dizer assim... “não, agora quando a gente aposentar, a gente faz até economia, que a gente não precisa comprar roupa, a gente não precisa comprar livro”, e eu pensava comigo, digo “não, aposentar não é pra ficar assim”. Sabe, aquele meu... então eu me envolvi, vim pra cá, coisa e tal, me envolvi em outras oficinas, outras coisas e depois voltei a ter oportunidade de entrar num grupo que queria alfabetizar adultos. Não, não... depois que eu parei, não, nem tentei, nem tentei, eu digo, não. Parei, não é mais pra isso. Enquanto trabalhei acho que fui muito, até era inovadora, porque aparecia métodos novos, eu abraçava, ia, se não davam certo eu parava, retomava com os meus alunos. Sempre visando ter o êxito deles né? Quando trabalhei com excepcionais aprendi muito, porque fazia cursos e mais cursos, nada me chegava, porque é uma coisa muito ampla trabalhar com esse tipo de pessoas, né. Então, toda essa história que agora eu vejo, ah, vejo pelo jornal, as pessoas tão tentando inovar, fazer livro com as crianças, eu fiz livro com meus alunos, há bastante anos atrás. Fiz livros com eles, sabe, inovei bastante, fui muito até, nesse livro, pode citar nomes de colégio?

Eu fiz um livro com... eu assumi uma primeira série do colégio, quando instalou o Ensino Fundamental. Então eu fui convidada a ir para a primeira série. Então aí, eu tive o meu tempo de rainha, porque não tinha outra primeira série e tudo que eu queria inovar eu tinha dentro do colégio e o que não tinha, eu pedia. Sabe, então era passeios, era isso, era aquilo, festinhas e coisas que dali eu revertia para as histórias deles. Fazia eles me contarem ou eles mesmo escreverem e depois no final saía um livro daquilo ali. Então pra mim foi uma glória né. Eu fiquei muito, muito feliz com aquilo. Depois, segui trabalhando com primeira série, pelo estado e aí já não era, eu não tinha essa independência de inovar, né, porque aí eram muitas turmas de primeira série (?) com algumas dificuldades, mas dentro da minha sala eu era dona, ta. Então aquele geniozinho rebelde, teimosa, de lá de criança, que, pela estrutura

que a gente vivia, pela estrutura de família, eu tinha que ter, me valeu depois lá na... na minha vida como profissional, entende? Então, foi tudo assim, muito bom, eu considero.

Me realizava. Cansava, se incomodava. Mas aquela relação com o aluno, aquela relação dentro da sala de aula, não tem o que pague. Sabe, fora dali tu te incomoda com livro de chamada, com planejamentos, com greves, com tudo isso, mas ali dentro não tem o que pague. Eu trabalhei com uma turma de crianças muito pobres, lá de perto do São Gonçalo, na zona ali embaixo. Não era alfabetização, mas era uma turma, talvez uma segunda ou terceira série. Muitas, muitas dificuldades. E aí, houve uma enchente e saiu fotos no jornal, da enchente e... e deles, com as casas deles de qualquer jeito. Então, daquilo ali eu aproveitei pra fazer o trabalho na aula e eles se motivaram muito mais. Foi muito bom aquilo. Mas ninguém me dizia: “faz isso”. Eu via e “ó, isso aqui vai ser bom”, né. “Isso aqui vai ser bom pra eles”. Se verem, a dificuldade deles, eles verem no jornal. Então eles ficavam felizes, nem tavam se importando se a água tava lá ou não. “Olha aqui, nós saímos no jornal”. Sabe essas coisas assim que tu vê, vai além da tristeza daquilo ali, não é. Então, eu vejo assim, o meu tempo de... de uma rebeldia, que nem era tanta. Agora eu vejo muita gente se rebelar por coisas menores. Mas aquilo ali me trouxe coisas boas na minha formação. E isso aí, do gosto da leitura, é uma coisa que até hoje, né... Mantenho o gosto pela leitura, de vez em quando comprar um livro, de vez em quando comprar uma revista, isso aí, prevalece. Foi coisas assim, muito importantes na minha vida isso aí. Vejo que agora que foram, foram coisas importantes. Não ousa dizer que os pais agora descuidam de certas coisas. Os tempos mudaram muito, né. Muito, muito, a situação econômica é muito difícil, o pai tendo que trabalhar muito, a mãe tendo que trabalhar fora pra dar comida. Não é nem pra melhorar a casa, nem pra outras coisas né. Saúde muito precária com todo mundo. O que eu vejo e sempre que posso assim, conversar com pais e... quando tenho a oportunidade é... é que dêem carinho. Que dêem essa estrutura, essa sustentação. Mesmo na pobreza, isso é possível, isso aí. Sabe, é possível, mostrar pro filho que ele pode ter uma vida melhor, que ele pode ter dias melhores. E não botar pra baixo, né. E vejo que isso aí assim, não é uma utopia minha, mas e tantas e tantas coisas que existe no mundo. Se os pais se cansarem, se não derem essa palavra de estímulo, se não derem palmadinhas na hora em que for necessário, eu acho que aí sim as coisas ficam piores. É essa a minha visão do mundo agora, né... que tem que... que a criança tem que ter um elo com aquelas pessoas que botaram ele no mundo, aquilo que chamam agora de família. Às vezes já não é nem pai e mãe. Às vezes é um irmão, é uma vó, mas aquela pessoa tem que mostrar algo melhor pra essa criança que ta em formação. E

lutar, lutar muito. Se a escola não ta boa, vamos lá, vamos lutar, vamos reclamar. O postinho não ta bom, insistir, né, porque às vezes as pessoas logo se deixam ficar assim numa coisa morna, né, que tem que dar uma definição.

6. [SUJEITO 6 – 67 anos]

Olha, a relação com meus pais era assim... sabe que antigamente a mãe não passava muitas informações muito clara, pros nossos, pros filhos, até porque... às vezes... naquela época, a senhora pode acreditar sim porque... tu... pela minha idade tu ta vendo que eu sou ainda daquele tempo e as mães da gente não passavam aquelas informações exata, bem clara como é agora, a evolução aumentou, desenvolveu muito né? Então, quando a gente menstruava, a gente nem sabia o que que era, a gente se assustava e ia perguntar né? E, sabe, a gente também morava muito pra fora né, o meu pai, a gente estudava naquela época também e pra melhorar de cargo, que era ferroviário e ele quase não parava. Então ela passava o maior tempo só com filhos né? Então era assim, mais convivência com a mãe mesmo do que propriamente o pai, porque o pai, nosso pai, viajava muito, ele trabalhava de arquiteto, engenheiro da linha, ele que construía linha, sabe? É uma coisa assim, ele tinha um cargo muito responsável, de muita responsabilidade, pela viação férrea. E... então eu tenho porque... a gente até, ela nunca nos proibiu a nossa mãe de brincar, nós éramos grandes já, brincávamos de roda, que, naquela época de se esconder, com bonequinha de pano e ela nos ensinava a fabricar as bonequinhos de pano né, com cabelinho de... de... de corda e de lã. Então era assim, a gente tinha muita obediência sabe? A hora que ela dizia assim, terminou o brinquedo, vamos guardar os brinquedos, entra pra dentro, vão fazer o que tem que fazer. Então era... era assim. Ela bater mesmo, nunca nos batia. Ela só juntava todas as queixas, das reincidências que a gente cometia, nós meninas e meninos. Aí, quando ele chegava lá, sempre ia, ela contava: “olha, fulano fez isso, fez aquilo, ofendeu a fulana” “e tu não...” “não, agora tu é que vai destinar o castigo pra eles”. E era assim né, era um castigo mesmo e a gente obedecia, havia muita obediência, não apanhávamos, era só o castigo e o olhar né, só pra ver aquele olhar assim, a gente ó, já sabia, né? Não havia desobediência e eu... gostei, gosto, acho bonito, mas só que agora a gente não pode mexer nessa parte aí né? Por que ta havendo, ta muito assim... a evolução, a criação de agora, pra educação dos filhos, não ta existindo muito amor né? Eu não sei, eu acho tão diferente, por onde eu ando, que eu lido e converso, eu vejo, os neném, tudo bem, mas depois de uma certa idade eles ficam muito distante dos pais, muito mesmo, muito afastado e eu vejo que os pais de agora criam com

tanto amor e carinho, mas depois de repente eles vão trabalhar, saem, já o trato... o tratamento do filho com os pais é bem diferente, muito frio assim, muito distante.

Eu gostava de brincar de boneca. Eu era muito moleca, também, de brincar na rua, de se esconder, esconde-esconde, de... tem pãozinho quente, lá na outra casinha. E eu... ta, eu ficava sempre atenta pra não perder a roda, né? E... e com as boneca, adorava fazer batizado de boneca, só pra fazer festinha.

Eu menti que tínhamos uma festa no colégio e era mentira. Nós íamos nos maquiar, nos pintar, nos íamos sair, se arrumar pra ir passear. Nós queríamos, já estávamos pensando em namoradinho, porque tinha uns guri que nos mandavam recado e bilhetinhos. Aí, tinha um nome dum menino, Augusto, me mandava os bilhetinhos. Tu é muito bonita, Gina, eu gosto muito de ti. Então, a gente se combinava, ai, a gente ia, uma levava, “eu vou levar o batom da minha mãe”, uma dizia assim, no momento eu não to me lembrando o nome dela. E eu, digo, “ai eu tenho que ver o que que eu posso pegar lá em casa pra levar”. E eu entrava no banheiro e saía, entrava no quarto da minha irmã. “Ta, os colar da minha irmã”

7. [SUJEITO 7 – 76 anos]

A relação com os meus pais foi muito boa. Sempre foi. Tive uma adolescência muito muito boa. Ainda ontem eu tava contando dos meus tempos de adolescente. Que tem gente que diz que não foram adolescente, que passaram muito... Minha adolescência foi ótima. Minha infância, minha juventude, tudo. Foi muito boa, porque meus pais... foram 63 anos de casado, sempre juntinho. Ele morreu, o meu pai morreu com 93. E ele era tão assim, carinhoso com a família, nós éramos 10 irmãos, cinco homem, cinco mulher, então a cada (?) uma vez por mês ele chamava as mulheres numa peça pra conversar o que que era vida, né. Que a vida tem que ser assim, assim, assim, não pode ser, levar a vida assim. Se você fizer alguma coisa errada, vocês vão agüentar sozinhos. Não pode esquecer, tudo o que vocês fizerem errado, não bote em terceiros. Pros rapazes a mesma coisa, “não façam pras filhas dos outros, o que vocês não querem pras irmãs de vocês”. Eu segui trabalhando, na lavoura, que era delicioso trabalhar, além de botar vários empregados pra trabalhar, que nós tinha muita terra, né? Nós ia trabalhar porque ele dizia “não sei que fim vocês vão ter com que viver, então tem que aprender né?” Então foi uma adolescência assim... nós tirava o leite, nós colhia da lavoura para comer, aquela coisa toda e eu brincava muito, era muito arteira, fazia arte, brincava e tudo, às vezes a mãe ficava apavorada pelas arte que nós fazia né.

8. [SUJEITO 8 - 65 anos]

Eu não lembro que idade eu tinha. Isso aí eu não lembro. Eu só sei que eu tinha entrado no colégio. Tinha entrado no colégio, me matriculado no colégio e... aí uma senhora pediu pra minha mãe uma senhora pra cuidar... cuidar da filhinha dela, né. Ta, aí a minha mãe, a gente obedecia os pais assim... um horror né. Eles... o que eles pediam, a gente fazia, né? Ta, então eu sei que a minha mãe me tioru do colégio e me levou lá pra casa dessa família pra mim cuidar a criança. E aí eu sofri muito, não porque... não pela minha mãe, pelo meu pai, eu acho porque eu me lembro dos meus irmãozinhos pequeno. Da minha irmãzinha que era bem pequeninha. Isso aí foi que eu sofria, a separação não foi tanto da minha mãe e do meu pai, foi dos meus irmãos. E o meu pai trabalhava na, na... fazia as estrada naquela época, não parava quase em casa, só vinha assim, nos fins de semana e a minha mãe, ela ia pra lavoura né, morava fora, né. Então quer dizer que o meu convívio era com os meus irmãos, não era com a minha mãe e o meu pai. Aí eu fui pra essa casa assim, eu saía lá... dum lugar, lá no mato e vim parar numa vila, pra mim aquilo tudo era um pavor. Eu me perdia dentro da vila assim, às vezes me mandavam num armazém, eu não sabia voltar, chorava, tinham que me levar, entendeu? Então, isso aí foi... é... eu não consigo esquecer nunca.... disso aí, tá. Aí depois, essa criança cresceu. Que sempre quando eu saía de uma casa: “ah, não, mas então ela vem pra cá”. Eu saía assim... aí eu já comecei a ficar adulta, eu já comecei a ver o que eu queria, que não era assim, de... porque essa menina que era irmã dessa senhora, ela me orientou muita coisa. “Tu não é escrava, ué onde é que se viu trabalhar mal pra comprar comida e ser maltratada, o que que é isso, não pode ser assim”. E me mandou nessa outra casa, mas já com salário. Aí eu já tinha um salário.